

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 20 de Julho de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1128 • Director: Carlos Brito

Os factos confirmam

O VOTO DA ESQUERDA É NA CDU

- Carlos Carvalhas nos distritos de Coimbra, Viseu e Aveiro Págs. 4 a 7
- Apresentação do Compromisso CDU com as Mulheres Portuguesas

Personalidades apoiam a CDU

Centrais

Montijo

PS e PSD juntos no boicote



• Entrevista com Jacinta Ricardo

Pág. 11

Petrogal vendida ao desbarato

Pág. 16

CUBA As eleições

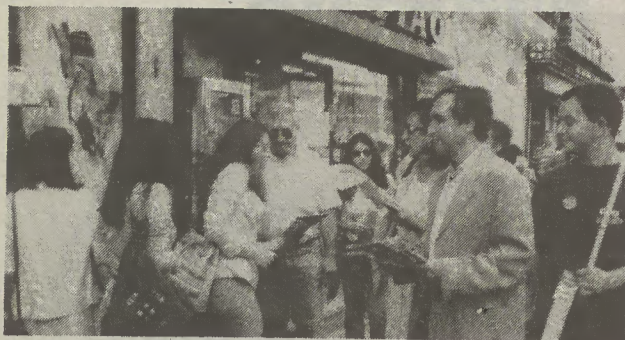
• Entrevista com o Embaixador Blanco Pujol

Pág. 17

Não há Festa como esta

Avante!





Carlos Carvalho participa numa arruada em Coimbra

RESUMO

12
Quarta-feira

Carlos Carvalho é entrevistado no programa «Prova Oral» ■ Estudantes angolanos ocupam a embaixada do seu país em Moscovo e reivindicam o pagamento das suas bolsas em atraso ■ A Fundação Calouste Gulbenkian, o Conselho de Reitores e associações empresariais assinam um protocolo para auxiliar os estudantes de língua oficial portuguesa ■ O Parlamento Europeu elege o Provedor de Justiça da União Europeia ■ D. Ximenes Belo, bispo de Díli, critica o Governo por ter medo de agir em relação à situação de Timor ■ As tropas sérvias são acusadas de expulsar mais de 30 mil refugiados muçulmanos de Srebrenica, na Bósnia ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova a intervenção armada para expulsar os sérvios do enclave muçulmano de Srebrenica ■ A França anuncia a sua disposição de intervir em defesa de Srebrenica ■ O Governo polaco aprova o novo código penal em que a pena de morte é substituída pela prisão perpétua.

13
Quinta-feira

Carlos Carvalho inicia uma visita pelo Norte onde participa em várias iniciativas nos distritos de Bragança, Coimbra e Aveiro ■ Um abaixo-assinado contra a política do ministro da Saúde é posto a circular nos hospitais ■ A greve no ensino superior continua até ao dia 22 de Julho; os docentes afirmam que as aulas não vão recomeçar sem estarem garantidas as condições necessárias para um ensino digno ■ Cerca de 200 trabalhadores metalúrgicos fazem uma marcha de protesto contra a destruição deste sector em Portugal ■ Para reclamar apoio, os pescadores do Guadiana, acompanhados pelo presidente da Câmara de Mértola, reúnem-se com o governador civil de Beja ■ A Inspeção-Geral da Administração do Território não aceita os pedidos de fiscalização à Câmara do Montijo feitos pelo PS e PSD ■ Mário Tomé, dirigente da UDP, é condenado, pelo Tribunal de Cascais, por difamação e atentado ao "bom nome" de Alpoim Galvão.

14
Sexta-feira

A Telecom pretende despedir 3500 trabalhadores, afirma um comunicado divulgado pelo Sindicato ■ O semanário «O Independente» revela que a Comissão Europeia se prepara para não aprovar o financiamento da construção da barragem do Alqueva, invocando questões ambientais ■ A época especial para a realização das provas específicas é adiada para semana de 25 a 31 de Julho ■ O Tribunal Judicial de Monsanto condena o italiano Emilio di Giovine a 16 anos de prisão ■ O Presidente francês, Jacques Chirac reafirma a decisão de recomeçar com os ensaios nucleares ■ O Presidente russo, Boris Ieltsin, anuncia que as eleições legislativas estão marcadas para dia 17 de Dezembro ■ O secretário-geral da Organização das Nações Unidas inicia uma visita a Angola

para verificar a aplicação do acordo de paz assinado em Lusaca entre o governo angolano e a Unita.

15
Sábado

Carlos Carvalho visita a feira de Barreiras, em Vila Nova de Paiva, a convite dos feirantes ■ Os agricultores do distrito do Porto manifestam-se em Aveiro contra a política governamental para o sector e pela ausência de ajuda para minorar os prejuízos provocados pela geada ■ A Associação Portuguesa de Escritores atribui ao escritor Mário de Carvalho o Grande Prémio de Romance e Novela-94, pela obra «Um Deus passeando pela brisa da tarde» ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Malcolm Rifkind, afirma à BBC que o Presidente francês, Jacques Chirac, está a fazer «bluff» e que o seu pedido de intervenção militar na Bósnia não passa de «retórica».

16
Domingo

Apresentação pública do compromisso da CDU com as mulheres portuguesas, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação de Carlos Carvalho ■ Dois jovens negros são abatidos a tiro, próximo da Junta de Freguesia de Alcântara ■ Passa hoje o 50º aniversário do primeiro teste nuclear, realizado no deserto do Novo México, nos Estados Unidos.

17
Segunda-feira

Passam 19 anos sobre a anexação de Timor-Leste pela Indonésia ■ A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis revela que o sector registou uma perda de 50 mil postos de trabalho em relação ao ano anterior ■ A Administração e a direcção da Quimigal Adubos vencem a corrida na privatização do consórcio integrado pela Sapec e pelo grupo Mello ■ Elevadas temperaturas registadas nos últimos dias nos Estados Unidos da América provocaram já 213 mortes ■ Morre Juan Fangio, aos 84 anos, considerado o mito da Fórmula 1.

18
Terça-feira

Cavaco Silva recebe Carlos Carvalho para lhe dar a conhecer as propostas que o Governo vai apresentar na cimeira comunitária extraordinária de Palma de Maiorca, preparatória da Conferência Intergovernamental; é o primeiro da série de encontros de Cavaco Silva com os dirigentes partidários ■ Cavaco Silva recusa negociar com os docentes universitários ■ O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado acusa o Governo de «má fé» negocial ■ A Assembleia Nacional de Angola reforma a Constituição criando duas vice-presidências ■ O primeiro-ministro espanhol anuncia a intenção de dissolver o Parlamento e convocar eleições gerais antecipadas em Março ou Abril.

A utilidade do voto

A utilidade do voto é seguramente a questão mais discutida em todas as campanhas eleitorais.

As forças políticas tecem em torno dela a mais cerrada da sua argumentação. Os candidatos dedicam-lhe os mais veementes dos seus apelos. Uma grande parte dos eleitores, sobretudo os não filiados partidariamente, procuram, naturalmente, encontrar para ela uma resposta antes de decidirem a sua opção.

O apelo ao voto útil é geralmente um embuste, pelo contrário o esclarecimento da utilidade do voto é um honesto procedimento de campanha eleitoral que ajuda a desmascarar o embuste do voto útil.

A questão da utilidade do voto implica antes de tudo uma primeira pergunta: utilidade para quê? E se quisermos ser mais precisos uma segunda: utilidade para quem?

Em matéria de embuste, todos nos lembramos que Cavaco fez as suas campanhas a apelar ao voto útil para a estabilidade governativa. Ganhou duas maiorias absolutas que logo procurou transformar em poder absoluto.

Não se contentou em ter antecipadamente ganhas as votações na Assembleia da República, fez tudo para anular a competência fiscalizadora deste órgão de soberania e reduzir ao mínimo a contestação parlamentar. Tentou governamentalizar todos os mais órgãos de fiscalização do Estado e inventou a expressão de «forças do bloqueio» para pressionar os que lhe resistiam e contrariavam a sua política. Procurou englobar nesta designação pejorativa a contestação das oposições e em especial o combate do PCP. Nem hesitou na tentativa de neutralização do Presidente da República.

Não conseguiu nunca eliminar a luta popular, a acção dos trabalhadores e os protestos das populações que algumas vezes o colocaram em dificuldade, como durante a crise da Ponte, mas governou bastante à vontade para concretizar a seu programa e realizar a sua política.

Estamos hoje em condições de avaliar o que foi a utilidade do voto na estabilidade governativa do cavaquismo que seduziu muitos portugueses que estão longe de simpatizar com o PSD. Foi o voto que viabilizou o poder autoritário ao serviço de um projecto de consumação da contra-revolução, com a restauração e reinstalação dos grupos capitalista monopolistas, através das privatizações e outras medidas do Estado, com a última machadada na reforma-agrária e os pacotes de ataque aos direitos dos trabalhadores.

Ao cabo de dez anos de vigência deste poder e deste projecto cavaquis-

ta, o saldo, em vez da prometida modernização e aproximação dos indicadores socioeconómicos dos outros países comunitários, é a crise regressiva de todo o aparelho produtivo nacional - na agricultura, nas pescas e na indústria - e o aprisionamento do país no colete-de-forças da «convergência nominal» e noutras duras imposições da União Europeia que estrangulam toda a perspectiva de desenvolvimento.

O voto no cavaquismo foi útil, naturalmente, para o grande capital, que retomou o seu poder, privilégios e influência sobre o próprio poder político. Foi útil também, é claro, para as clientelas do PSD que enriquecem à sombra do poder absoluto.

Foi, no entanto, desastroso para os trabalhadores e toda a população laboriosa atingida pelo desemprego avassalador, a precarização e a insegurança do emprego, o ataque sistemático a direitos históricos, a redução da parte do trabalho na distribuição do rendimento nacional.

O apelo ao voto útil é geralmente um embuste, pelo contrário o esclarecimento da utilidade do voto é um honesto procedimento de campanha eleitoral que ajuda a desmascarar o embuste do voto útil.

São muito profundas as causas do descontentamento e muito fortes as razões de uma grande parte da população para correr com o PSD do poder.

Percebe-se, também, toda a indignação de muitos daqueles que se deixaram levar pelo canto de sereia cavaquista. É natural que hoje não só anseiem poder corrigir o seu engano votando com utilidade, mas até desforrar-se do ludíbrio em que caíram ajudando a infligir uma clamorosa derrota ao partido laranja.

São estes sentimentos de descontentamento e indignação e esta vontade de derrotar o PSD, que o PS procura agora cavalgar com os seus, também enganadores, apelos ao voto útil.

A experiência muito recente recomenda então que se pergunte: voto útil para quem e para quem?

Comecemos por indagar uma primeira questão: voto útil para que política.

É verdade que o PS que em iniciativas que desenvolveu ao longo dos meses quis criar a ideia de que apostava numa perspectiva de mudança e de esperança. Foram os tempos dos chamados «estados gerais» e ainda os tempos da chamada

«caravana da nova maioria». Tudo não passava entretanto da mais balofa propaganda.

Há medida que, com aproximação das eleições, o PS tem sido forçado pelo debate político, as instâncias comunitárias e se calhar pelas associações e confederações patronais, a precisar o seu programa, tornou-se claro que este é idêntico ao que tem sido seguido pelo PSD.

Como temos dito e repetido é no essencial a mesma política de direita.

É, assim, em toda a estratégia económica, inteiramente subordinada aos interesses do grande capital e pautada pelos critérios da União Europeia, tendo em vista a adesão à moeda única, com o exposto reconhecimento de que o país não vai acompanhar o crescimento médio comunitário e que «vai viver tempos muito duros».

É assim no plano social onde até não se esconde a repressão salarial, a permanência das altas taxas de desemprego, a simpatia pela chamada «flexibilização» e a continuada desresponsabilização do Estado em relação a algumas das suas mais importantes obrigações sociais, nomeadamente no tocante à segurança social.

Isto não é uma política de verdade, é uma política de abdicação social e nacional.

O voto numa tal política não é evidentemente útil aos trabalhadores e a toda a população laboriosa, mas também não é útil à agricultura, às pescas, à indústria, ao desenvolvimento do país e ao bem estar do nosso povo.

Percebe-se muito bem a grande decepção e a revolta de muitos socialistas em relação às propostas e à política que está a ser apresentada pela direcção do seu partido.

Neste sentido, tem que se considerar muito justo e adequado o apelo recentemente feito por Carlos Carvalho aos socialistas descontentes para que votem na CDU, indo aliás ao encontro do que alguns já anunciaram publicamente, nos últimos dias.

Não é demais salientar que, ao contrário do que afirma mentirosamente o PS, o voto na CDU é tão eficaz como o voto no PS para derrotar o PSD e toda a direita.

É preciso esclarecer que o voto na CDU intervém e influencia a composição e a política do futuro governo e tanto mais quanto maior for a votação e o número dos deputados eleitos pela CDU.

Além disso o voto na CDU significa a mais valia de esperança e de luta por uma Nova Política inspirada pelos ideais e os valores da esquerda, que quer dizer: pelo desenvolvimento do País, pela justiça social, pela prioridade ao saber, pelo aprofundamento da democracia e a participação dos cidadãos, por um novo rumo para a integração europeia, por um Portugal cooperante e aberto ao mundo.

Avante!

Proleiros de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricial: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amalora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O programa comum

Ao discursar no Campo Pequeno, António Guterres acusou o PSD, Cavaco e Nogueira de «não terem ideias nem propostas».

Não se pode dizer que não tenha razão, mas o pior é que não olhe para o discurso do PS e para o seu próprio, incluindo o que fez na ocasião.

Com efeito, depois da falsa polémica do «despesismo», o volumoso programa de promessas do PS, saído dos chamados «estados gerais» e pomposamente apelidado de «contrato de legislatura», emagreceu a um tal ponto, que parece reduzir-se agora ao mínimo do «rendimento garantido» e não se sabe por quanto tempo.

Entretanto, o que tem sido precisado pela equipa económica que trabalha com Guterres, e que conta com a sua inteira solidariedade como se tem visto, é que com um governo PS não se esperem mais salários e menos desemprego, ao mesmo tempo, nem aumentos dos vencimentos da função pública, «o único compromisso» «é o de não os baixar», nem grandes aumentos de emprego, nem crescimento económico que acompanhe o nível médio comunitário.

O passado fim-de-semana foi especialmente revelador do confrangedor deserto de ideias em que navega a oratória dos dois partidos - PSD e PS - e dos respectivos líderes, que querem impor, em proveito próprio, a bipolarização, através da influência de que disfrutam no aparelho de Estado e na comunicação social.

Apesar disso, foi difícil às televisões, às rádios e aos jornais fazerem ressaltar das discursatas de Nogueira e de Guterres qualquer coisa de significativamente importante para o nosso povo e o nosso país: qualquer resposta às ansiedades presentes, qualquer perspectiva positiva em relação ao futuro.

Nas iniciativas que as duas máquinas partidárias quiseram retumbantes e em que deram o máximo, ficando, contudo, aquém dos objectivos, Nogueira, no Norte, pedinchou «a maioria absoluta», enquanto Guterres, em Lisboa, pedinchou a mesma coisa, mas chamando-lhe «maioria estável».

Nos dois casos é o poder absoluto que está na mira.

Nem um nem outro foi capaz de explicar o que oferece em troca a um país que está a fazer a experiência de oito anos consecutivos de maioria absoluta com os dolorosos resulta-

dos que estão à vista de todos, no plano económico, social, cultural e político.

Nogueira aludiu ao «combate à corrupção» como se não fosse com a maioria absoluta que esta atingiu uma extensão e níveis nunca antes conhecidos.

Guterres «argumentou» inteligentemente, à maneira cavaquista, que «estabilidade só com o PS».

Dá vontade de dizer, com o Fernando Peça: «E esta, hein!».

O que traduz este vazio de ideias e propostas políticas, tão patente no discurso dos dois partidos da bipolarização, é a completa subordinação do PSD e do PS ao colete-de-forças das normas da «convergência nominal» e a sua obediência às imposições da União Europeia, mesmo quando colidem com os mais profundos interesses nacionais.

Por isso é que clamam que é pequeno o espaço de manobra e não vêem qualquer saída para o País.

E como se os dois partidos tivessem um verdadeiro programa comum: o Tratado de Maastricht.

■ Carlos Brito

E assim se disse

Estava decidido e escrito que o comício do PS no Campo Pequeno seria um êxito de lotação esgotadíssima. Era o comício que «assinalaria a arrancada do PS para a campanha eleitoral» (minha nossa!, quantas vezes já arrancou este PS para esta campanha eleitoral!); encher o Campo Pequeno era «o grande desafio», «a grande aposta», a mãe de todas as apostas.

Como já sabíamos que assim iria ser não nos surpreendemos por ter lido e ouvido nos grandes órgãos de comunicação social que assim foi. Na realidade, o comício nacional do PS não encheu a Praça do Campo Pequeno nem nada que se parecesse: apesar da precaução de encher a arena com palcos, apesar das 90 camionetas vindas de vários pontos do país, apesar dos ranchos folclóricos que enchem que se faram, a verdade é que os presentes no comício do PS cabiam, bem arrumadinhos, no Pavilhão Carlos Lopes (talvez por terem faltado as 120 camionetas que, se tivessem vindo, teriam, de facto, esgotado a lotação....

Mas estava decidido e escrito que o PS iria encher o Campo Pequeno e, por isso, a generalidade da comunicação social não viu o que na realidade se passou e «informou» sobre o que estava previsto passar-se. Atenção-se nestes títulos: «PS em grande no Campo Pequeno»; «PS vence no Campo Pequeno»; atente-se ainda nestes pedaços de heróica prosa: «A aposta do Campo Pequeno era de alto risco» (...); «O PS ganhou a aposta do Campo Pequeno». É claro que nem os jornais nem a televisão mostraram fotografias ou imagens gerais da Praça. Todos jogaram nos grandes planos... É que estava decidido e escrito que o PS iria encher o Campo Pequeno. E mostrar o imenso espaço vazio constituiria imperdoável impertinência.

Estava igualmente decidido e escrito que tudo iria correr sobre rodas no respeitante à formação das listas do PS. Sabia-se já que o PS vive um momento de grande unidade interna, que os deputados saintes sairiam com um sorriso nos lábios e que os ditos entrantes ostentariam igual sorriso, todos amigos, tudo em família, que assim é que é bonito.

Na realidade não foi exactamente assim: houve quem saísse disparando declarações desambientadas em relação ao previsto, houve quem recusasse a «humilhação» de baixar de lugar na lista... mas houve também, é justo que se diga, elogios aos que saíram por parte dos que ficaram ou entraram (elogios sinceros, despidos de qualquer hipocrisia e por vezes até acompanhados da promessa de um lugar a uma das mesas governamentais no caso de vitória...)

E assim os média puderam «informar», de consciência tranquila, que o PS conseguiu, «em paz, aprovar as listas de candidatas a deputados por todos os círculos»; que se assistiu a um «consenso histórico nas listas do PS», que se assistiu, enfim e segundo a palavra sempre rigorosa de Guterres, a um «recorde mundial absoluto».

Tudo isto, naturalmente, porque estava decidido e escrito que assim seria.

O Campo Pequeno não encheu, nem nada que se parecesse. E só acrescentando a palavra podre à paz decretada se definiria com justeza o processo de formação das listas do PS.

Mas estava decidido e escrito que o Campo Pequeno encheria e que as listas se formariam num ambiente de fraternidade e concórdia.

E assim se disse.

■ José Casanova

Duzentos e trinta

Parece ter sido o Canal 1 da RTP a dar o tiro de partida para mais uma nova variante do vasto empreendimento de deturpação e perversão do verdadeiro carácter das eleições de Outubro que está em curso ao serviço da engenharia das almas promovida pelos sacerdotes da «bipolarização» PSD-PS.

Com efeito, foi no Telejornal de sexta-feira passada (com nova dose no domingo, apesar dos protestos do PCP) que foi incluída uma peça, intitulada «Duelos», em que para um conjunto de sete círculos eleitorais apenas eram referidos os cabeças de lista do PSD e do PS.

Depois, no sábado, veio o «Expresso» com a publicação de um mapa de Portugal repartido em círculos eleitorais acompanhado, para cada um, do nome e da foto apenas dos respectivos cabeças de lista do PSD e do PS.

Na segunda-feira, a doença chegava ao «DN» que, sob o título «Candidatos frente-a-frente» dedicava uma página inteira a

contrapor os primeiros nomes das listas do PSD e do PS.

Parece portanto que a uns e a outros não lhes bastava a quotidiana insistência nessa viciosa entorse de querer converter as eleições para a Assembleia da República numas inexistentes eleições para Primeiro-Ministro através da propaganda dos «candidatos a Primeiro-Ministro» (essa «figura recém-surgida sem qualquer estatuto legal ou constitucional» - escrevia saudosamente há dez anos a Direcção do «DN» em polémica com o PS).

Parece que uns e outros, forçados a descobrir que em Outubro há deputados para eleger, resolveram estender e prolongar para a escala distrital a mesma falsificação dos «candidatos a Primeiro-Ministro», procurando agora incutir a ideia de que, em cada círculo, ou só estaria em disputa um lugar a decidir entre o PS e o PSD (versão RTP e «Expresso») ou que haveria vários lugares em disputa mas também apenas entre

os candidatos do PSD e do PS (versão «DN»).

Sendo evidente que semelhantes critérios soterram o mais elementar pluralismo e assassinam perfidamente a verdade, acrescenta-se entretanto que a sua matriz bipolarizadora é tão férrea e doentia que até leva os seus autores a esquecerem-se de que há círculos eleitorais onde, a haver «duelos», a CDU seria sempre de referência obrigatória dada a sua qualidade de primeira ou segunda força mais votada.

É um triste sinal da incultura democrática e cívica ou da obsessão manipuladora em que mergulham algumas meninges que mandam em influentes órgãos de comunicação social, que se tenha de escrever contra este novo truque para condicionar e aprisionar antidemocraticamente as escolhas do eleitorado, incutindo-lhe a falsa imagem de que as eleições se destinariam a eleger uma de duas pessoas (do PSD e do PS) ou a eleger 22 entre 44 (também do PS

e do PSD), como se Portugal fosse todo ele um imenso círculo uninominal ou estivesse repartido por 22 círculos uninominais (os tais, com que sonham, em que só um lugar está em disputa e em que todos os votos que não tenham ido para o candidato vencedor são mandados para o lixo, para suprema glória da democracia representativa).

Por muito penoso que isso se apresente, a verdade é que se torna necessário elevar em toda a parte a consciência de que, em 1 de Outubro, se elege não uma, não vinte e duas pessoas, mas 230 deputados pelo sistema proporcional, de que, nessa data, se contam votos que também falam por si e pesam sobre o curso dos acontecimentos, de que uma grande votação na CDU, além de tudo o mais, será a única forma de dar uma lição aos que se comportam como tutores de uma democracia que querem cada vez mais vigiada e empobrecida.

■ Vitor Dias

COLÔMBIA

«Voz - La Verdad del Pueblo»

Grave ameaça pesa sobre o director do jornal «Voz», Carlos Lozano, membro do Comité Executivo Central do PC Colombiano. Foi-lhe movido um processo - posteriormente extensivo a toda a redacção - a pretexto da transcrição pela «Voz» de citações sobre violação dos direitos humanos por parte de militares colombianos, dum livro «Terrorismo de Estado na Colômbia», editado por organizações não governamentais belgas.

Processo provocatório, é também, na sua essência, intimidatório e de diversão. Insere-se na contínua perseguição aos trabalhadores e distribuidores da «Voz», procurando constituir um elemento para calar o periódico e eliminar destacados dirigentes comunistas, como já aconteceu com Miller Chacon e Manuel Cepeda, assassinado ainda não há um ano. Este processo procura ainda desviar as atenções dos muitos processos contra o Estado colombiano que a Corte Interamericana de Justiça tem entre mãos. Nunca tendo sido possível, durante a presidência de Gaviria, colocar em instâncias internacionais de justiça os crimes de Estado, o actual Presidente procura desvalorizar tal facto. O poder e o Estado colombianos contam que a impunidade seja eterna...

Com esta «convicção», o parlamento decidiu o mês passado, em final de legislatura, e sob pressão do executivo e do próprio presidente Samper, que os juizes sem rosto e as testemunhas ocultas permanecerão por mais 5 anos. A justiça encapuçada substitui cada vez mais a justiça ordinária e o crime político torna-se forma natural de exercício do poder. Invocando a luta contra a droga, crescem os grupos paramilitares e respectivos apoios. A «guerra suja» contra o povo e as forças democráticas mais consequentes - União Patriótica e PC Colombiano - vai assim continuar.

Apesar da crescente exploração dos trabalhadores e da liquidação dos pequenos e médios empresários, entre os quais os produtores de café, deteriora-se a situação económica. Aumenta a dependência do exterior, cresce o capital especulativo e o desemprego. Degradam-se mais e mais as já difíceis condições de vida da população. O Pacto Social, implementado por Samper no início do seu governo, é denunciado pelos trabalhadores. Criam-se novos movimentos sociais. Desenvolvem-se expressivas lutas. Mas também a violência.

Após sucessivas propostas da FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e da Coordenadora Guerrilheira Simon Bolivar para conversações, o Governo declarou-se disposto ao diálogo. Mas, arrogante, pretende impor condições ao movimento guerrilheiro enquanto exige às FFAA «resultados da sua acção». Anuncia um brutal investimento para equipamento militar e criou um imposto de guerra. Cede às pressões da ultradireita e dos militaristas, adiando o início das conversações, enquanto permite uma cada vez maior presença de funcionários dos EUA no país. Tudo isto são sinais que o poder continua a encarar a «saída militar para acabar com a violência».

Perante a complexidade da situação, prossegue a luta em várias frentes. Para hoje está marcada uma greve nacional dos produtores de café, reivindicando melhores condições de vida. Há um mês, os trabalhadores de 13 distritos fizeram greve, obrigando o Governo a anunciar projectos de electrificação, para rede viária e centros de saúde.

Associando a luta por objectivos imediatos à luta mais ampla por uma «nova Colômbia», o povo colombiano necessita da solidariedade de todos os povos.

É tempo da Colômbia deixar de ser uma causa esquecida. Denunciando o terrorismo de Estado, divulgando «la verdad del pueblo», urge encontrar formas de apoio, também em Portugal, à luta do povo colombiano.

■ Manuela Bernardino

Carlos Carvalhas em Espinho aponta a diferença e desafia:

«Se PS e PSD fizessem como nós não teriam problemas com as listas»

Na «Festa de Verão» da CDU, o secretário-geral do PCP recordou que «não há o manda-chuva que fica com umas quotas» de candidatos e que «os nossos eleitos não ganham nem mais um tostão do que ganhariam na sua profissão»

Sábado passado Carlos Carvalhas participou na «Festa de Verão» que a CDU levou a cabo na Praia da Baía, em Espinho, e onde foram apresentados publicamente os candidatos, naturais ou residentes no concelho, que integram a lista da coligação por Aveiro.

O dirigente comunista, falando de improviso, comentou o anúncio, feito na véspera pelo PSD e o PS, de que, por fim, tinham as suas listas prontas, notando que «todos se preocuparam em dizer que não houve muitos problemas, alguns estiveram até altas horas da noite, mas disseram que, pela primeira vez, os problemas foram menores».

Carvalhas contrapôs que, na CDU, «há muito tempo que temos as nossas listas já concretizadas», explicando os motivos de tal avanço: «No nosso Partido e na CDU

não há o manda-chuva que fica com umas quotas para dizer eu é que vou escolher aquele e

do e na Coligação Democrática Unitária que escolhem os seus representantes - homens,

português, os trabalhadores e o nosso País.

Nenhum de nós está na AR para se governar. Temos uma regra que não há em nenhum outro partido: os nossos eleitos, quando estão na AR, numa Câmara ou numa Junta de Fre-

mo-nos de, há três semanas, temos entregue aqui mil contos para os Bombeiros, para a CERCI e para outras associações. Desafiámos outros partidos a fazerem o mesmo. E, quando fizerem o mesmo, não têm problemas em arranjar listas, não precisam de estar até às duas e três da manhã a discutir lugares.»

Podia e pode!

O dirigente comunista criticou as declarações nessa manhã proferidas por Duarte Silva, que na inauguração da Agro-vouga foi confrontado com uma manifestação de agricultores contra a importação de carne, leite e frutas: «O que lhes disse o sr. ministro da Agricultura? Que os compreendia, mas não podia fazer nada!... Não! Podia! Podia e pode!»

«Um governo de esquerda, um governo democrático, um governo que se interesse pela actividade agrícola e pelas actividades produtivas tem que fazer, isto é, tem que defender e valorizar a produção nacional; não podemos continuar a assistir à substituição da produção nacional pela produção estrangeira, porque isto tem como consequência o aumento do desemprego, do trabalho precário e da emigração» - contrapôs Carlos Carvalhas.

A recusa da política dos últimos anos e a necessidade de um

rumo diferente para os destinos do País foram concretizadas, como exemplo, na distribuição dos dinheiros do Estado: «Quando se deu cem milhões de contos de benefícios fiscais para as actividades financeiras especulativas, naturalmente que esse dinheiro falta. Falta para se aumentar as reformas dos pensionistas, idosos e deficientes, falta para se aumentar os vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública, e falta para se dinamizar toda a actividade económica através do consumo e através do investimento.»

O PCP e a CDU defendem «uma política que não concentre a riqueza num pólo, criando dificuldades a milhares de famílias, a milhares de trabalhadores, a milhares de jovens, que se vêem excluídos de um nível de vida digno, do acesso à habitação, ao ensino, à cultura e aos tempos livres», disse Carlos Carvalhas.

Depois de lembrar que «nestes últimos 4 anos foram liquidadas cem mil explorações agrícolas» e que «quando aderimos à Comunidade, eram importados 50 por cento dos produtos que consumíamos; agora, já são 70 por cento», o dirigente comunista retorquiu às afirmações propagandísticas do Primeiro-Ministro e do PSD: «Nós não queremos ficar no pelotão da frente da moeda única e no carro-vassoura do desenvolvimento.»



aquele outro. Não. São as bases, é o povo, são os trabalhadores, são as trabalhadoras, são aqueles que militam no nosso Parti-

mulheres e jovens que querem ir para a Assembleia da República, não para se governarem, mas para defenderem o povo

guesia, não ganham nem mais um tostão que aquilo que ganhariam na sua profissão.»

Referiu, a propósito, que «em relação aos eleitos no poder local, temos uma associação que, com esse dinheiro, procura ajudar autarquias e associações cívicas e culturais, como, por exemplo, aqui no concelho de Espinho. Honra-

Concelhia de Estarreja em casa própria

Carlos Carvalhas visitou no sábado à tarde as novas instalações do centro de trabalho do PCP em Estarreja. A organização concelhia do Partido, que antes tinha a sua sede em casa alugada, mudou agora para um espaço próprio, numa zona onde ainda estão a crescer outras novas urbanizações.

O CT concelhio ocupa um rés-do-chão, onde está a ser instalado o espaço de convívio e reuniões, e uma cave, já recheada com materiais de propaganda e onde eram visíveis as marcas do trabalho mais recente, precisamente os panos que, nos principais pontos de Estarreja, anunciavam a visita do secretário-geral do Partido.

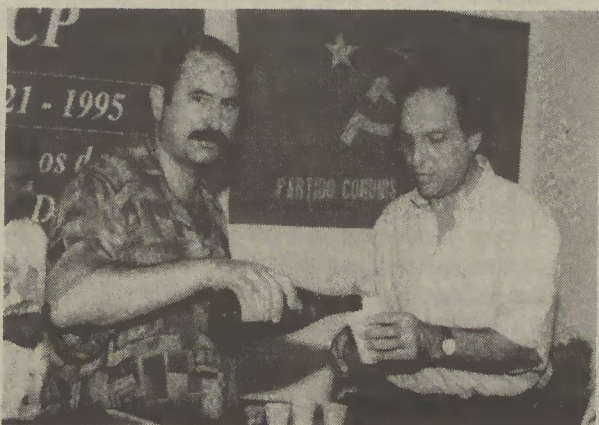
A inauguração da casa própria foi festejada por comunistas e simpatizantes, num breve e informal lanche-convívio. Depois de uma saudação feita em nome da Comissão Concelhia, Carlos Carvalhas falou sobre a «onda de simpatia» para com a CDU que está a marcar este

período de pré-campanha e apelou à participação de todos na batalha do esclarecimento, do convencimento e da conquista de novos eleitores.

Incineradora

Antes de partir para Espinho, o secretário-geral do PCP encontrou-se com um grupo de activistas do movimento contra a instalação de uma incineradora de resíduos tóxicos no concelho de Estarreja. Falando em nome da Comissão Nacional contra os Tóxicos (estrutura que, segundo informaram, pretende reunir representantes dos movimentos que despontaram em várias localidades), os activistas da defesa do ambiente interpelaram Carlos Carvalhas acerca das posições do PCP e da CDU quanto ao problema dos lixos tóxicos.

O dirigente comunista, realçando que tem acompanhado as diversas movimentações populares motivadas por esta questão, recordou que o PCP e os seus aliados na CDU (particularmente o Partido Ecologista «Os Verdes») concedem especial importância à defesa do ambiente. «Não entendemos o desenvolvimento económico sem uma dimensão social e sem uma dimensão ambiental e ecológica», salientou Carlos Carvalhas.



Manuela Silva, cabeça-de-lista da CDU

«Vamos eleger deputados por Aveiro!»

Antes da intervenção de Carlos Carvalhas, a cabeça-de-lista da CDU fez uma breve apresentação dos candidatos da coligação pelo distrito de Aveiro que são naturais ou residentes em Espinho: Joaquim Almeida, sindicalista, Fausto Neves, pianista, e António Gaio, director do Cinanima. Manuela Silva salientou que a lista aveirense da CDU (divulgada no «Avante!» de 29 de Junho) integra «cidadãos e cidadãs que representam várias actividades do distrito, profundamente inseridos no pulsar da vida desta região, conhecidos pela sua intervenção cívica e social em tantas lutas pelo bem-estar social e por um desenvolvimento à medida do ser humano».

«Orgulhamo-nos muito de ser portadores de um património político de esquerda, de luta pela democracia, pelos ideais e valores humanistas da esquerda» - fez questão de salientar a professora e sindicalista. E apontou a meta colocada para dia 1 de Outubro: «Porque nos orgulhamos dos nossos compromissos, porque ninguém se sentiu nunca

defraudado quando votou CDU, entendemos que é altura de eleger novamente deputados pela CDU no distrito de Aveiro. Entendemos isto porque entendemos também que é fundamental alterar qualitativamente a representação do nosso distrito na Assembleia da República, onde tem estado tão mal representado por aqueles 14 deputados do PSD, do PS e do CDS, em quem praticamente ninguém se revê, que não prestam contas à população daquilo que fazem na AR, porque se encontram completamente desfasados do sentir e da vida desta região e das suas gentes.»

Com este objectivo, «vamos levar a nossa mensagem a todos os eleitores do distrito, procurando mesmo despertar consciências adormecidas para o voto na CDU, o voto sempre útil num novo rumo, pelo desenvolvimento, pelo progresso e pela esperança» - concluiu Manuela Silva, que é também dirigente do Movimento Democrático de Mulheres e membro-suplente do Comité Central do PCP.



Em Coimbra

■ Isabel Araújo Branco

Grande corrente de simpatia à volta da CDU

Na passada sexta-feira, Carlos Carvalho deslocou-se ao concelho de Coimbra, onde participou em diversas iniciativas no âmbito da apresentação dos candidatos da CDU. À noite, foi a vez de Buarcos ouvir as palavras do dirigente comunista.

A alegria da música do arrufo e dos bombos estava patente na expressão de todos os que se dirigiam a Carlos Carvalho para o cumprimentar, desejando-lhe boa sorte e «muita força» ou queixando-se dos preços dos medicamentos, das rendas de casa e das dificuldades da educação dos filhos. A arruada da CDU pela baixa de Coimbra foi seguida pelos populares, que vinham às janelas e às portas das lojas e que recebiam os panfletos das propostas e listas de candidatos da Coligação, o que, segundo o secretário-geral do PCP, mostra que «existem muitos portugueses que desejam que a CDU se reforce», acreditando que é possível voltar a eleger um deputado pelo distrito.

Durante um jantar em Fala, em São Martinho do Bispo, o

primeiro candidato pelo distrito de Coimbra, Avelãs Nunes, depois de apontar o caso do programa da Associação Industrial do Porto elaborado por membros do PS, PSD e PP, afirmou que, se o porta-voz para a área económica de um partido que «aspira a substituir o PSD está de acordo, não só com os empresários e a sua estrutura, mas também com dirigentes nacionais do partido mais à direita com representação parlamentar e com o partido do Governo, não inventamos algo falso quando dizemos que, se o PS não for obrigado pelos eleitores a fazer entendimentos com a nossa Coligação, o PS vai praticar uma política de direita».

Aludindo ao simbolismo do local, um pavilhão ainda em construção nesta localidade da margem esquerda do Monde-



Carvalho durante a arruada pelas ruas de Coimbra

go, cuja população «foi expulsada da cidade por razões económicas e sociais e que luta pela cultura e tempos livres e pela melhoria das condições de vida», Carlos Carvalho referiu-se a todos os que, com prejuízo da sua vida profissional e familiar, dão a cara na luta pelo seu povo para a transformação da sociedade.

«Há uma grande corrente de simpatia em torno da CDU por todo o país e, por aquilo que

sentimos e conhecemos, verifica-se, de facto, uma adesão superior à de há quatro anos atrás», disse Carvalho, acrescentando ainda que «hoje ouvem-nos com mais atenção e dão mais credibilidade às nossas propostas».

Pronunciando-se sobre as projecções do PS, o secretário-geral dos comunistas chamou a atenção para o facto de que, com um governo socialista, o emprego não irá crescer muito,

os trabalhadores da administração pública apenas não verão os seus salários reais diminuídos e que a política das privatizações do PSD será prosseguida.

A apresentação dos candidatos pela CDU continuou por Santo Barão e por Formoselha, onde Carlos Carvalho foi acolhido com simpatia pelas populações, defendendo que só uma verdadeira política de esquerda poderá acabar com as injustiças e desigualdades sociais e trazer dignidade àqueles que trabalham.



Carvalho em Buarcos

«Queremos decidir o nosso destino»

Buarcos, uma vila piscatória colada à Figueira da Foz, tinha o Largo da Varina em festa, quando o secretário-geral do PCP chegou. As sardinhas já tinham sido comidas, acompanhadas por música tradicional portuguesa, e a população esperava a presença de Carlos Carvalho e dos candidatos da CDU pelo distrito de Coimbra.

A primeira intervenção coube a Licínio Maia Azedo, que, apontando para as consequências da política de direita na Figueira da Foz, nomeadamente para o encerramento de empresas do sector têxtil, metalúrgico e de construção naval e para a destruição da frota pesqueira, reafirmou a necessidade de uma política diferente que combata a destruição do aparelho produtivo português.

A lista para as eleições legislativas foi apresentada por Avelãs Nunes, da qual é o primeiro candidato: «Esta é uma lista com gente de grande qualidade, conhecida nos seus sectores profissionais, respeitada pelos seus companheiros de trabalho, que nos dá garantias de ter ideias para apoiar o nosso trabalho político na Assembleia da República. Esta lista é constituída por gente com experiência na vida cívica, sindical e política, que conhece o distrito e os seus problemas e que tem soluções para eles. Os eleitos da CDU saberão honrar com honestidade e competência os compromissos que agora assumem perante os seus eleitores.»

Assumindo a coerência do discurso político da CDU, que sempre se pôs ao serviço do povo, «contra tudo o que seja feito a favor das multinacionais que exploram as nossas riquezas e o nosso trabalho, contra a especulação e os que a favorecem e contra os que promovem o desemprego, a corrupção, a clientela e a concentração de riqueza à custa da miséria de um grande número de portugueses», o cabeça de lista afirmou que está ao lado do pequeno comércio contra os privilégios das grandes superfícies. «Uma das linhas de força das nossas propostas políticas assenta na necessidade de se desenvolver uma política de combate ao desemprego. Hoje é claro que isto não é possível sem o apoio às pequenas e médias empresas, à produção nacional na agricultura, na pesca, nos serviços ou na indústria», acrescentou.

«Numa altura em que já ninguém duvida de que a nossa integração na UE representa um elemento condicionante importante na definição da nossa política interna é preciso rever com muita clareza, coragem e apoio do povo português os compromissos assumidos pelo Governo no quadro da integração europeia». Foi um dos momentos

mais aplaudidos do discurso de Avelãs Nunes, que prosseguiu: «O PS diz que respeitaria os critérios impostos por Maastricht, o que significa que se dispõe a aplicar no interior do país os comandos dos grandes monopólios europeus e mundiais.»

«Aqueles que querem verdadeiramente uma política de esquerda, sejam socialistas, cidadãos sem partido ou eleitores tradicionais da CDU, têm de saber que uma política de alternativa não é possível sem o reforço da CDU», acentuou, por fim, o candidato.

Carlos Carvalho, depois de aludir aos encerramentos de indústrias metalomecânicas, navais e têxtil, ao abate de navios, ao grande aumento da importação de pescado e de leite e à liquidação de cem mil explorações agrícolas, sustentou que é necessário aumentar o poder de compra, a produção nacional e aproximarmo-nos da média europeia. «Em Portugal quem deve decidir são os portugueses e não os espanhóis, os franceses ou ingleses em Estrasburgo. Queremos decidir o nosso destino e o nosso futuro», concluiu.

Muito saudado pelo público, prosseguiu, considerando que uma sociedade que só tem para oferecer à juventude trabalho precário, emigração e desemprego, sem perspectivas ou saídas profissionais é uma sociedade que fecha o seu próprio futuro.

A saída da actual conjuntura política passa, segundo o dirigente comunista, pelo aumento do poder de compra, das reformas, dos vencimentos dos funcionários da administração pública de forma a alargar o mercado interno, dar escoamento à produção, dinamizar o comércio e, consequentemente, aumentar o investimento e o emprego. «É fundamental também defender a produção nacional, estimular os investimentos e cuidar do interior do país que se está a desertificar e a envelhecer. É necessária uma política de independência e defesa nacional.»

«Partimos para as próximas eleições com uma confiança que se baseia nas nossas propostas e em termos cumprido a nossa promessa de estar sempre ao lado do nosso povo na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, no Conselho da Europa e nos sindicatos», concluiu Carlos Carvalho.

Depois das intervenções, o presidente da Junta de Freguesia daquela localidade ofereceu ao secretário-geral do PCP uma medalha comemorativa dos 650 anos do foral de Buarcos. No Largo da Varina a festa continuou com as danças do Rancho Folclórico de Maiorca e ao som de um grupo de música moderna.



O jantar em Fala

Carlos Carvalho visita feira em Viseu

Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, visitou, no passado sábado, a Feira de Barreiras, em Vila Nova de Paiva.

A visita efectuou-se a convite da Associação de Feirantes da Beira Alta, tendo-se iniciado cerca das 10.30 horas, com um encontro com representantes daquela Associação, a quem foram entregues as «propostas da CDU para o desenvolvimento do distrito de Viseu», por Manuel Rodrigues, cabeça de lista da Coligação pelo distrito de Viseu.

Acompanhado por muitos candidatos e activistas da CDU, Carlos Carvalho visitou toda a Feira de Barreiras, con-

tactando feirantes e populares, sempre num clima de grande receptividade e simpatia.

Cerca das 12 horas, numa paragem numa barraca de bifanas, onde se aproveitou para pesticar e tomar um copo, num «briefing» promovido pelos camaradas da Organização Concelhia de Vila Nova de Paiva, os representantes dos órgãos de comunicação social que acompanharam a visita tiveram ocasião para colocar questões ao secretário-geral do PCP.

Da parte da tarde, realizou-se uma reunião da DORV do PCP com os candidatos CDU, que debateu questões da programação da pré-campanha no distrito de Viseu.



Carvalhas em Bragança crítica inaugurações duplas

Carlos Carvalhas esteve em Bragança, onde participou num almoço com os candidatos da CDU e com inúmeras personalidades apoiantes da Coligação.

José Brinquete, responsável pela Direcção Regional do Partido deu a palavra aos dois oradores: António Morais, cabeça de lista por Bragança e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

António Morais, referiu-se aos objectivos da Candidatura da CDU, pelo Distrito de Bragança nomeadamente nas áreas da

E continuou: «nós precisamos de obras, de seriedade, de encarar os problemas que não são fáceis mas de seriedade. Estamos numa região que tem vindo a envelhecer, que se tem vindo a desertificar, o que vemos é um conjunto de aldeias no fundo quase transformadas em asilos, com os velhos e com os netos, porque



Agricultura, Indústria, Comércio, Emprego, Regionalização, etc.

O cabeça de lista, depois de referir o pouco trabalho e a inexistência de propostas que resolvam os problemas do Nordeste, da parte dos deputados do PSD e do PS eleitos pelo distrito concluiu que «a alternativa passa pelo reforço das posições da CDU. O PS não está à altura de ser alternativa».

Carlos Carvalhas, começou por saudar os Candidatos e apoiantes da CDU presentes. De seguida afirmou: «creio que os Transmontanos só teriam a ganhar com uma voz na Assembleia da República, uma voz que levantas-se os problemas, que desse voz aqueles que não têm voz, aos trabalhadores aos agricultores, a todos aqueles que criam riqueza, a todos aqueles que estão preocupados com o progresso e o desenvolvimento desta Região, que a CDU fosse uma voz activa, não fosse uma voz passiva e de retórica». E, acrescentou: «mesmo sem deputados nós procuramos muitas vezes levantar as questões que preocupam toda a Região e toda a população não só de Trás-os-Montes mas também Bragança».

Carlos Carvalhas abordando os perigos da demagogia do Governo disse: «Como sabem aqui em Bragança a Escola Superior Agrária foi inaugurada duas vezes por portas diferentes para que as fotografias não coincidisse».

«Creio também que a Escola Superior de Tecnologia vai ser também inaugurada pela segunda vez, esta situação passa-se em várias regiões, sabem que na Cova da Beira uma barragem que ainda não existe que é a Barragem do Sabugal, já teve este ano a visita de cinco membros do Governo: três foram anunciar que agora é que ia e dois foram anunciar a adjudicação. Como vêm também em Bragança nesta questão não é sui generis».

Autónomas da Madeira e dos Açores, nós temos que também falar do isolamento económico e social de algumas regiões do País».

Carlos Carvalhas já na parte final disse «A CDU, apresenta-se de cara: levantada porque tem cumprido o que tem prometido, por isso é altura de dar voz a uma força que tem levantado os problemas da Região na Assembleia da República, mesmo sem ter Deputados eleitos por aqui: O que é preciso é o reforço da CDU para um novo governo e uma nova política.»

Após o almoço, Carlos Carvalhas acompanhado dos Candidatos e dirigentes regionais do PCP, aproveitou a oportunidade da sua passagem por Bragança para visitar várias instituições nomeadamente: O Hospital Distrital de Bragança sendo recebido pelo seu Director, que informou das condições do Hospital e acompanhou numa visita às urgências, e a outras áreas do Hospital; O Núcleo Empresarial da Região de Bragança, sendo recebido pelo Presidente da Direcção recentemente eleito, que expôs as dificuldades que os empresários enfrentam numa região do interior como é Bragança; e o Instituto Politécnico, onde foi recebido pelos Presidentes das três Escolas Superiores: a Agrária, a de Educação e a de Tecnologia.

Por fim, Carlos Carvalhas recebeu ainda no Centro Cultural desta cidade, os trabalhadores da Grunig, a União dos Sindicatos de

PCP quer salvar arte rupestre no Vale do Côa

A arte rupestre de Foz Côa foi o tema de um debate promovido, quarta-feira da passada semana no Centro de Trabalho Victória, pela Comissão da Área da Cultura Literária e Artística junto do Comité Central do PCP.

Na iniciativa foi apresentado um filme sobre as gravuras do Tejo submersas pela barragem do Fratel. As belas imagens de Costa e Silva testemunham tanto esses monumentos desaparecidos como os esforços então desenvolvidos por jovens arqueólogos para conservar a sua memória.

Seguiu-se o debate em que intervieram entre outros José Pessoa, José Manuel Vargas, Helena Medinha, Paulo Rodrigues, os arqueólogos Mila

Na sequência de diversas tomadas de posição e iniciativas sobre a salvaguarda da Arte Rupestre do Vale do Côa, desde que em Novembro de



Simões de Abreu, Luís Raposo e Carlos Brito, que apresentou uma declaração em nome da Comissão, que a seguir transcrevemos.

1994, foi tornada pública a sua descoberta, a Comissão da Área da Cultura Literária e Artística junto do CC do PCP entende agora ser oportuno reafirmar as suas propostas para defender esse valioso património.

Oportunidade tanto mais justificada numa altura em que outras forças políticas persistem em atitudes de indefinição e ambiguidade, quando a inoperância do IPPAR se arrasta de forma irresponsável e o Primeiro Ministro e o Ministro da Indústria se agarram com estranho entusiasmo a argumentos carentes de validade procurando desvalorizar o que é hoje inquestionável para a comunidade científica nacional e internacional. Isto é, o complexo de arte rupestre do Côa constitui um património único, insubstituível, que não pode ser posto em confronto com quaisquer valores económicos, também importantes e respeitáveis, e deve ser preservado no seu todo indissociável de sítio arqueológico e de paisagem natural.

Tendo sido aberto o processo de classificação como património nacional, ainda em Dezembro de 1994, por um secretário de Estado da Cultura de promessa fácil, até à data nada se avançou nesse processo porque ainda não foi nomeada qualquer equipa de investigação a tempo inteiro para proceder aos necessários estudos, o que revela uma deliberada omissão do IPPAR e da SEC das suas funções.

Entretanto assistimos às abusivas iniciativas da EDP de mandar proceder a testes de corte de rochas e a encomendar as «datações» das gravuras mais convenientes aos seus interesses, em escandalosa violação das atribuições do IPPAR que permanece numa indiferença conivente.

Não faz sentido que seja uma empresa pública de electricidade a orientar os seus esforços para questões de património cultural, ao invés de estudar e encarar soluções alternativas à barragem de Foz Côa, para corresponder aos interesses da região e do país que têm sido invocados.

A salvaguarda do complexo de arte rupestre do Vale do Côa – enriquecido quase diariamente com novas descobertas – configura-se como um dos grandes desafios à cultura portuguesa neste limiar do milénio, perante o qual não é possível outra posição que não seja a da defesa intransigente desse Património da Humanidade, situado no nosso território e sob a nossa responsabilidade indeclinável.

A Comissão de Cultura Literária e Artística do PCP, apresenta como prioritárias para a salvaguarda da arte rupestre do Côa as seguintes medidas:

1. Que o Governo acelere o processo de classificação do sítio arqueológico do Côa e solicite junto da UNESCO a sua inscrição na Lista do Património Mundial, de modo a garantir a salvaguarda e a prestação de assistência e cooperação internacional nos planos financeiros, científicos e técnicos.

2. Que seja promovida a criação do Parque Arqueológico e Natural do Vale do Côa, de forma a assegurar a sua preservação e valorização, numa perspectiva de desenvolvimento sócio-económico e cultural da região e do país.

3. Que sejam reparados os estragos já causados no Vale do Côa, repondo o mais possível o enquadramento paisagístico natural.

4. Que seja reestruturado o IPPAR, no quadro de uma nova política para o Património Cultural, de forma que as situações como a do Côa não voltem a repetir-se.

A comissão da Área da Cultura Literária e Artística junto do CC do PCP reafirma a sua confiança nos arqueólogos portugueses e na comunidade científica portuguesa, na certeza de que saberão orientar a investigação do complexo de arte rupestre do Vale do Côa, numa demonstração de que a cultura portuguesa soube corresponder e está à altura deste grande desafio.

Comício em Sarilhos Pequenos

Na passada segunda-feira a caravana CDU deslocou-se a Sarilhos Pequenos, no concelho da Moita, para mais uma festa comício desta pré-campanha. Terra simples e hospitaleira, Sarilhos Pequenos recebeu a CDU com bastante afluência,

no seu Largo Humberto Delgado, pelas 21.30 horas. Para abrir a festa e após um breve desfile, subiu ao palco o Grupo Coral da União Alentejana da Baixa da Banheira, brindando os presentes com algumas modas da planície alentejana. Quanto ao comício, decorreu em ritmo de festa animado, pela presença da juventude CDU, que aqui compareceu em força, para escutar os três oradores da noite.

A abrir, uma candidata do concelho da Moita, Heloísa Apolónia do partido «Os Verdes» estabelecendo comparações entre o trabalho realizado pelos autarcas CDU desta região, em defesa do meio ambiente e o abandono por parte do Governo em relação às Reservas Naturais dos estuários do Tejo e Sado e ao Parque Natural da Arrábida. De seguida o cabeça de lista da CDU para o distrito de Setúbal, Octávio Teixeira, a frisar a importância de acabar com as maiorias do PSD e todos os inconvenientes da sua política, nomeadamente neste distrito, apontando como exemplos o encerramento de várias empresas públicas e privadas que provocaram milhares de desempregados, referindo ainda o milagre da saúde em que para obter uma consulta, os utentes têm de formar bicha a partir das quatro horas da manhã, estas e outras razões servem para concluir que é necessário despedir o governo PSD, condição necessária mas não suficiente para mudar a política do país,

lembrando que essa só se altera com um maior peso da CDU no parlamento e não com uma maioria PS, tempo ainda para uma especial referência aos autarcas da CDU, enaltecendo o seu trabalho em prol do bem-estar das populações.



Por fim, a presença mais esperada, Carlos Carvalhas, aproveitou para enviar um recado aos eleitores socialistas, alertando-os das poucas diferenças entre o PSD e o PS, dizendo que só o reforço da CDU pode dar ao país uma nova política, que contrarie a política anti-social do PSD e PS, que diga não à concentração da riqueza e sim ao aumento do poder de compra do povo trabalhador. Carvalhas afirma que a CDU parte para estas eleições com a confiança e determinação necessárias para derrotar as políticas de direita.

Após o comício, a festa prosseguiu pela noite dentro, com canto livre no palco do Centro de Trabalho do PCP de Sarilhos.

Na terça-feira, Carlos Carvalhas e Octávio Teixeira participaram na sessão pública de apresentação do compromisso eleitoral dos candidatos CDU no distrito, realizada no edifício Arrábida, em Setúbal.



Intelectuais subscrevem apelo da CDU

Num encontro da CDU com intelectuais do Porto, realizado na Cooperativa «Árvore» no passado dia 10 (na foto, a Mesa em que participaram o escultor José Rodrigues e os candidatos Isabel Cabral, Jorge Sarabando, João Amaral e José Calçada), foram divulgados os nomes de algumas personalidades que subscreveram já o apelo do voto na CDU: os arquitectos Siza Vieira, Andreia Soutinho, António Madureira, Annie Gunther, Augusto Amaral e Domingos Tavares, os escritores Manuel António Pina, José Viale Moutinho, José Emílio Nelson e Francisco Mangas, os artistas Álvaro Salazar, António Quadros Ferreira, José Paiva, Lídia Vieira e Manuela Bronze, a galerista Laura Soutinho, os professores Carlos Pimenta, Gomes de Sá, Abel Macedo, Iracema Santos Clara e Isabel Baptista, os juizes desembargadores Pires de Miranda e Sá Coimbra; o coronel Martins Rodrigues e os advogados João Moura e Romeu da Cunha Reis.



João Amaral com sindicalistas

Realizou-se no Hotel Tuela, no Porto um encontro em que estiveram presentes cerca de 200 trabalhadores activistas e dirigentes sindicais. Na sessão intervieram os camaradas Manuel Freitas, coordenador da Federação Têxtil, e João Amaral, primeiro candidato da CDU pelo Círculo do Porto.

Juventude CDU anima pré-campanha

Terminou no passado domingo um acampamento de três dias, promovido pela Juventude CDU de Setúbal, no Campimeco, em Sesimbra. Esta iniciativa contou com perto de duzentos jovens activistas e apoiantes da Coligação, tendo participado ainda os candidatos jovens que integram a lista pelo distrito.

O programa do acampamento foi preenchido com diversas actividades culturais e desportivas, destacando-se, na noite de sexta-feira, um convívio com momentos de teatro, música, mímica e poesia.

No sábado, decorreu um torneio de futebol de cinco, onde participaram equipas de todos os concelhos do distrito. Teve ainda lugar um animado jantar com a presença do cabeça de lista por Setúbal, Octávio Teixeira.

Em Almada, a Juventude CDU promoveu uma sessão de apresentação da candidata jovem do concelho, Filipa Silva, que teve lugar num bar daquela cidade.

Em Vila Nova de Famalicão, o organismo de jovens da CDU inaugurou no passado sábado, na esplanada do 3º andar, nº200, Campo da Feira, o bar-concerto/Espaço Jovem, com música popular de Filipe Miranda. A inauguração contou ainda com participação dos candidatos jovens da CDU pelo círculo de Braga.

Comerciantes lesados

Numa nota divulgada, a CDU da Marinha Grande refuta as acusações que lhe são feitas pela maioria PS na Câmara no sentido de responsabilizar os eleitos da coligação por decisões que lesam os comerciantes da Praia da Vieira.

Como recorda o comunicado, a CDU votou contra as novas taxas e licenças municipais, ao contrário do presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria que as votou favoravelmente na Assembleia Municipal, em conjunto com o PS e PSD.

A CDU afirma ainda que não exerceu qualquer pressão sobre a maioria no executivo municipal no sentido de reduzir os espaços para esplanadas e vendas. O texto deixa igualmente claro que a CDU repudiava categoricamente a forma prepotente como foi retirada publicidade, «não cumprindo a legislação em vigor»

Adiada privatização do BCA

O Governo Regional dos Açores decidiu adiar a anunciada privatização do Banco Comercial dos Açores. As razões invocadas prendem-se com a eventual «conjuntura desfavorável do mercado financeiro» e a «instabilidade criada pela proximidade das eleições».

Para o PCP/Açores, que sempre defendeu a continuação do BCA como empresa pública tutelada pela Região Autónoma, «a necessidade deste adiamento é demonstrativa de que a natureza

específica do BCA, como banco regional, não convida os grandes grupos económicos e financeiros à sua compra, a não ser num quadro de descaracterização e barateamento que seriam profundamente contrários ao interesse regional».

«O BCA é a instituição de crédito com a maior parcela no mercado bancário da região e com resultados largamente positivos. Embora se possam fazer críticas à sua gestão, nem sempre isenta de erros sérios, pode afirmar-se que o

BCA tem constituído um apoio importante para a existência e actividade de muitas pequenas e médias empresas».

Os comunistas açorianos consideram fundamental que a instituição pudesse continuar a desempenhar aquele papel o que «seguramente não acontecerá uma vez privatizado e gerido segundo a lógica da concentração do capital».

Por outro lado, o PCP/Açores sublinha que «o adiamento da privatização agora anunciado não

deve ser usado para que a própria região proceda à reestruturação dos recursos humanos do Banco, o que implicaria despedimentos, nem deve motivar uma reavaliação com descida de preço de venda», como de resto já foi reclamado pelo Partido Socialista.

Pelo contrário, «o adiamento agora decidido deve servir para reabrir o exame do processo, estudando-se, com todo o cuidado, as vantagens económicas e sociais da manutenção do BCA no sector público».

Aveiro PSD aproveita inauguração da JPC

O edifício restaurado da antiga fábrica Jerónimo Pereira Campos em Aveiro foi inaugurado no passado dia 8 de Julho, evento saudado numa nota à imprensa pela Comissão Concelhia de Aveiro do PCP, que afirma ter-se empenhado fortemente na luta pela reconstrução do prédio, não deixando que fosse sacrificado aos interesses imobiliários.

A Concelhia, sublinhando que sempre se debateu pela defesa do património arquitectónico e his-

tórico de Aveiro, esclarece que o edifício foi recuperado com o objectivo de ser utilizado para cursos de formação profissional, realização de congressos e apoio a actividades culturais.

O PCP lamenta que Cavaco Silva tenha participado nesta inauguração, tentando aproveitar-se de uma obra que resultou da «luta tenaz dos aveirenses», para continuar com a sua política de inaugurações à beira das eleições. Segundo o comunicado, «a Jerónimo Pereira Cam-

pos é em primeiro lugar um símbolo do trabalho e por isso não merecia que viesse a servir de palco a quem mais tem ofendido e prejudicado os trabalhadores». Em relação à empresa de restauro, a IMOC, o PCP acrescenta que esta é «alvo de suspeita de escandaloso tráfico de influências e de negociatas de milhões de contos», em que segundo notícias vindas a público «estarão profundamente envolvidos membros do Governo e dirigentes do PSD». Neste

momento, as cerca de duas centenas de trabalhadores que restam na empresa estão sem trabalho e com salários de vários meses em atraso.

A concelhia do PCP aponta ainda a forma «demagógica» como Cavaco Silva apoia a Formação Profissional, «um dos objectivos mais importantes em que o País precisa de investir», mas que em consequência da política do Governo apenas tem servido para «encher as contas bancárias dos capitalistas».

Vila Verde Moção repudia aumento da água

No passado dia 30 de Junho, por proposta da CDU, a Assembleia de Freguesia de Vila Verde aprovou uma moção que repudia os aumentos escandalosos da água, bem como a ideia da sua privatização no concelho da Figueira de Foz.

A moção refere que os aumentos do abastecimento ao domicílio atingem os 36,5%, o que representa cerca de oito vezes mais que a inflação, afectando especialmente as famílias de menores recursos.

Por outro lado, o texto observa que «a rede de água do concelho da Figueira da Foz se encontra completa, não necessitando de grandes investimentos em infra-estruturas, além da sua manutenção», dando lucros de várias de-

nas de milhares de contos por ano. Os eleitos da CDU consideram que estes aumentos «antecedem e preparam a pretendida privatização da água no concelho», aliás prevista no Plano de Actividades da Câmara para 1995.

Ministro nas festas de Odivelas

O PS na Junta de Freguesia de Odivelas aprovou, com os votos a favor do PSD, a inclusão do deputado socialista António Costa e do Ministro/PSD Ferreira do Amaral na Comissão de Honra das Festas da Cidade, argumentando com o elevado contributo de ambos na decisão sobre o eléctrico rápido.

Condenando a «clara partidarização das festas da Cidade», o PCP sublinha que «a ânsia eleito-

ralista do PS o faz esquecer que a ausência de resposta atempada do seu vereador na CM de Lisboa pode prejudicar os prazos definidos».

Os comunistas recordam que «a decisão do eléctrico rápido é resultado de uma longa luta das autarquias locais, em particular de Odivelas, por um transporte de massas, há muito necessário, urgente e claramente atrasado».

A Comissão de Freguesia de Odivelas do PCP acusa ainda os eleitos do PS à frente da Freguesia de Odivelas (que dispõe de um orçamento de 300 mil contos e 130 trabalhadores ao seu serviço), de «clara incapacidade de gerir com eficácia os recursos humanos, financeiros e técnicos existentes».

Todavia, o PS «tem optado pelo auto-elogio à sua gestão e por uma linha de afrontamento à Câmara Municipal de Loures, omitindo todas as intervenções municipais que a mesma tem realizado na freguesia, em áreas tão diversas como

a repavimentação de vias, a construção e manutenção de escolas do ensino básico e apoios a diversos projectos escolares e ao movimento associativo».

O PCP esclarece que «a manutenção e conservação de zonas verdes, equipamentos desportivos, escolas e jardins de infância da rede pública e a limpeza urbana são competências delegadas pelo Município de Loures na Junta de Freguesia de Odivelas, recebendo a mesma, para o efeito a respectiva dotação financeira, no valor de 141 mil contos/ano».

Castelo Branco CDU pede meças

Em nota de imprensa, Luís Lourenço, cabeça de lista da CDU por Castelo Branco, critica o repto lançado pelo deputado do PSD, Carlos Pinto, aos deputados do PS para um debate público sobre a situação no distrito. Segundo afirma Luís Lourenço, «este desafio constitui mais uma tentativa abusiva de transformar a discussão política numa conversa a dois bem como uma tentativa de transformar o panorama político distrital num mundo a duas cores quando ele é multicolor».

Por seu lado, o candidato CDU desafia os deputados dos referidos partidos a «publicamente compararem a sua actividade com o trabalho que os deputados do PCP desenvolveram em prol dos interesses dos trabalhadores e da população do distrito de Castelo Branco». Ficou ainda o convite para um debate público, democrático e com a participação de todos os partidos interessados, para permitir um maior esclarecimento à população acerca dos problemas do distrito de Castelo Branco.

CAMARADAS FALECIDOS

António Azevedo

Faleceu recentemente António Lopes Azevedo. Era membro da Célula da Lisnave, tendo integrado o seu secretariado bem como a Comissão de Trabalhadores da empresa, onde era muito prestigiado.

Arménio Gaspar

Faleceu no passado dia 13, vítima de doença grave, Arménio Duarte Gaspar, de 43 anos de idade. Natural do Socorro/Lisboa, era operário metalúrgico e membro do Partido há mais de uma década. Fez parte da Comissão de Freguesia da Ameixoeira e foi eleito na Assembleia de Freguesia.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Governo PSD apoia exploração de emigrantes

O Governo português está contra a directiva comunitária sobre o «destacamento de trabalhadores» (contratação temporária) que visa aplicar as condições locais aos trabalhadores em prestação de serviço noutra Estado-membro, medida esta que voltou a não ser aprovada pelo Conselho Social da União Europeia, realizado no passado dia 4 de Julho.

Segundo uma declaração tornada pública por Fátima Garcia, candidata da CDU pela Europa e membro do Gabinete de Apoio em Bruxelas aos deputados do PCP no Parlamento Europeu, o Governo do PSD manifestou-se contra esta directiva e defende um período de não aplicação nos casos de destacamento a curto prazo.

Desta forma, considera a candidata da CDU, o PSD ignora «os interesses de milhares de trabalhadores portugueses que se encontram nestas condições em vários países da UE e faz tábuas rasas dos acontecimentos ainda recentemente ocorridos na Alemanha».

Fátima Garcia afirma que o Governo PSD prefere «manter as condições para que empresas, em muitos casos empresas fantoches, possam continuar a explorar e vigiar os nossos

compatriotas obrigados a vender a sua força de trabalho no estrangeiro, aproveitando igualmente para artificialmente mascarar o crescimento do desemprego que se vem verificando em Portugal, crescimento que é o mais elevado na Europa dos 15.

A CDU defende «a aplicação de directivas comunitárias que regulamentem o destacamento de trabalhadores no espaço europeu salvaguardando a igualdade de tratamento», considerando ao mesmo tempo fundamental o combate eficaz às «redes de contratação de mão-de-obra em condições de precariedade».

Convívios da CDU

Entretanto prosseguem as iniciativas da CDU no âmbito

da pré-campanha para as legislativas.

Em Mureaux, na região de Paris, decorreu um jantar-convívio promovido pela comissão local da CDU. A iniciativa teve lugar na Associação dos Portugueses naquela cidade e contou com a presença de muitos amigos e simpatizantes da CDU, nomeadamente membros do rancho folclórico da Associação assim como o seu presidente.

Alexandre Milheiro, candidato independente da CDU pela Europa, tomou a palavra para apresentar as propostas da CDU, tendo salientado a importância do reforço eleitoral da CDU e da necessidade de uma nova política de emigração.

Na sul da Alemanha, o candidato da CDU pela Europa, José Ventura, visitou as associações de emigrantes em Sindelfingen, Reutlingen, Durnau, Geislingen e Stuttgart.

Em Muhlacker, realizou-se um piquenique da CDU, promovido pela comissão da CDU na região de Stuttgart, que juntou cerca de 60 pessoas.

Santarém CDU ausculta problemas

No âmbito da pré-campanha eleitoral, a CDU tem vindo a realizar um conjunto de reuniões e visitas com diversas entidades dos mais variados ramos de actividade do distrito, onde para além dos candidatos pelo Círculo Eleitoral de Santarém às próximas eleições legislativas, têm participado outros quadros das estruturas regionais e concelhias da CDU.

A realização destes encontros tem por objectivo fundamental o contacto directo com a realidade da região, aprofundar o conhecimento dos problemas existentes e em diálogo com os interessados procurar as melhores soluções.

Das visitas efectuadas a partir de 6 de Julho, ao Instituto Politécnico de Santarém, Região de Turismo do Ribatejo, Estação Zootécnica Nacional, Escola Superior de Tecnologia

— Tomar, SPGL (Sindicato dos Professores da Grande Lisboa), Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública FERNAVE, União dos Sindicatos do Distrito de Santarém, constatámos um traço comum quanto à necessidade de uma nova política, para ultrapassar os problemas existentes, sendo geral a insuficiência de verbas para manutenção e funcionamento, assim como o agravamento da destruição do aparelho produtivo e da situação económica e social com consequências bastante graves para os trabalhadores e população do distrito.

Na reunião realizada na Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém, entre outras matérias foi-nos presente as conclusões do Conselho Distrital da Federação, realizada no passado dia 8, que engloba

a análise da situação da agricultura (cereais, vinhas e pomares, pecuária, tomate etc.) no distrito bem como um conjunto de propostas e reivindicações dos agricultores. Na troca de opiniões realizada importa sublinhar de que os agricultores ribatejanos foram marginalizados quase na totalidade em relação às medidas anunciadas do Ministério da Agricultura em conferência de imprensa de 28/06/95.

Neste conjunto de visitas participaram para além da cabeça de lista Dr.ª Luísa Mesquita, os candidatos Manuel Brandão, Armindo Pinhão, Valdemar Henriques, Amândio de Freitas, Nuno Guedelha, Luís Grácio e Custódio Ferreira, que manifestaram a solidariedade e empenhamento na resolução dos problemas, para os lugares que forem eleitos.

Na Póvoa de Santa Iria Lamuginhas «pescam» fundos

«Pensámos em lavar a cara ao Centro de Trabalho e em arranjar dinheiro para reparar a máquina de café e comprar um balcão frigorífico». Por estas razões começou há alguns meses uma iniciativa de um grupo de camaradas da Póvoa de Santa Iria: o produto da venda da apanha da lamuginha rendeu o suficiente para concretizar aquelas melhorias na casa dos comunistas da Póvoa e, desde que se iniciou a Campanha Nacional de Fundos, fazer com que o objectivo inicial de cerca de 400 contos esteja ultrapassado e atinja um saldo que neste momento é superior a 500 mil escudos.



Não só a lamuginha

Esta iniciativa dos camaradas da Póvoa de Santa Iria teve já antecedentes, pois nas festas do «Avante!» realizadas no Jamor e na Ajuda a lamuginha apanhada na Ponta de Évora fez parte do roteiro gastronómico da Festa.

Cada viagem para a apanha rende «para sermos modestos» cerca de 90 quilos o que representa mais de vinte mil escudos, entre as patuscadas feitas no Centro de Trabalho, em que cada comensal contribui com uma pequena quantia em dinheiro, ou entre a venda aos comerciantes do mercado local.

Mas para a Campanha Nacional de Fundos outras iniciativas permitiram a obtenção destes resultados excepcionais na Póvoa de Santa Iria: bolos feitos por camaradas; ofertas de um grupo de caçadores de coelhos, patos e perdizes; feitura no Centro de Trabalho de petiscos pagos entre todos; etc.

Quanto à lamuginha, Graciano, Mário Dias e António Júlio fazem a sugestão aos camaradas de Vila Franca de Xira e Alhandra, «que estão mais perto dela» de tomarem a mesma iniciativa e têm esperança de que ela venha a contribuir para outra melhoria no Centro de Trabalho: a compra de mobiliário que dê mais conforto «sobretudo à gente jovem que aqui se costuma juntar nas sextas-feiras à noite».

Como participar

Para participar nesta Campanha Nacional de Fundos pode-se adquirir em qualquer Centro de Trabalho do PCP cupões que representem contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos ou participar em listas para recolha de fundos.

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

Para além da vertente contributiva pontual, esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

Há que examinar medidas concretas para a realização desta componente da Campanha Nacional de Fundos e para a avaliação do seu andamento (trimestral quanto às quotizações e mensal quanto às contribuições).



A apanha da lamuginha ajudou a que na Póvoa se ultrapassasse já as metas da Campanha Nacional de Fundos

Nota da Comissão Política Problemas actuais da agricultura nacional

No seguimento da sua reunião desta semana, a Comissão Política do PCP tornou pública, em conferência de imprensa que decorria à hora do fecho da nossa edição, uma nota sobre os problemas actuais da agricultura nacional.

A entrada em vigor do GATT, em 1 de Julho, para a generalidade da produção agrícola, que vem agravar os problemas do mercado do sector e as medidas eleitoralistas do Governo no «apoio» aos agricultores e zonas afectadas pela seca e pela geada são temas abordados pela nota, cujo texto publicaremos na próxima edição.

Eurodeputados contra as armas nucleares

Como noticiámos a semana passada, a decisão da França de retomar os ensaios nucleares provocou uma vaga de protestos em toda a Europa, culminando com uma verdadeira subversão dos trabalhos da sessão de Julho do plenário do Parlamento Europeu. Os eurodeputados de todas as forças políticas, que se manifestaram das mais diversas formas contra a decisão francesa, personificada pelo Presidente Jacques Chirac (ostentando cartazes e camisolas com *slogans*

anti-nuclear, proferindo inflamados discursos a favor da proibição total das experiências nucleares, etc.), numa contestação inédita à política defendida por um chefe de Estado, aprovaram na ocasião o *Apelo de Estrasburgo*, subscrito por todos os deputados do Grupo Coligação de Esquerda Unitária, que hoje reproduzimos na íntegra. O documento consta de duas partes: a primeira, dirigida a Jacques Chirac, convida o Presidente francês, que na juventude

defendeu a proibição total de armas atómicas, a rever a sua decisão, a "reflectir de novo, a consultar outros especialistas, e a escutar o coração e a razão da sua própria juventude que poderão aproximá-lo melhor dos povos da França, da Europa e do mundo"; a segunda parte é uma firme tomada de posição a favor da paz e do desarmamento, em que se apela "aos governos de todas as potências nucleares para que renunciem definitivamente a todos os ensaios nucleares".

Apelo de Estrasburgo

Ao Presidente da República francesa, Jacques Chirac:

Senhor Presidente, sabemos que na sua juventude militou a favor da proibição absoluta da arma atómica recolhendo, nas ruas de Paris, assinaturas para o Apelo de Estocolmo.

Nesse época, o combate contra o armamento nuclear era complexo e estava enfraquecido pela Guerra Fria. Hoje, em que a bipolarização do mundo e o "equilíbrio do terror" que ela engendrara já não existem, é chegado o momento de continuar esse combate que inspirou a sua juventude, e de o vencer.

Isso é tanto mais urgente quanto a ameaça nuclear em nada diminuiu. Actualmente essa ameaça está mesmo acrescida pelo risco de banalização das armas, devido tanto à proliferação como à modernização dos arsenais nucleares existentes dotando-os com armas destinadas não à dissuasão mas ao "campo de batalha".

E para este perigo que contribui a sua decisão de proceder a uma nova série de ensaios nucleares no Pacífico.

Queremos acreditar que ainda existe no Presidente que hoje sois alguma coisa do jovem que fostes, do jovem que há 45 anos teve uma saudável manifestação de bom senso contra a terrível ameaça que pesa sobre a humanidade. Convidamo-lo vivamente a recordar as suas convicções de outrora, quando o coração tinha mais razão do que a "razão" que hoje citais.

Recusamo-nos a acreditar que a sua lamentável decisão de retomar os ensaios nucleares seja "irrevo-

gável". Convidamo-lo a reflectir de novo, a consultar outros especialistas, e a escutar o coração e a razão da sua própria juventude que poderão aproximá-lo melhor dos povos da França, da Europa e do mundo, perante os quais assumis uma tão grande responsabilidade.

Nós, os deputados do Parlamento Europeu abaixo-assinados, exigimos a proibição imediata e absoluta de todos os ensaios de armas nucleares.

Considerando que todos os ensaios nucleares contribuem para minar o sentido do Tratado de Não-Proliferação Nuclear que acaba de ser prolongado, apelamos solenemente aos governos de todas as potências nucleares para que renunciem definitivamente a todos os ensaios nucleares, aguardando a conclusão de um tratado de proibição total dos ensaios.

Enquanto europeus, dizemos claramente que não consideramos que a segurança do nosso continente e do nosso planeta possa ser assegurada doravante por nenhum "guarda-chuva nuclear", seja ele americano, francês ou "europeu".

Pelo contrário, no verdadeiro interesse da segurança de todos, pretendemos que a União Europeia e os seus países membros exerçam toda a sua influência a favor do desarmamento nuclear global. Exigimos, portanto, do Presidente da República francesa, senhor Jacques Chirac, que restabeleça esta influência anulando o mais depressa possível o projecto de proceder aos ensaios nucleares no Pacífico.

Estrasburgo, 11 de Julho de 1995

Açores

PE propõe auxílio às vítimas do temporal

O Parlamento Europeu propôs a concessão de ajuda comunitária a fundo perdido às vítimas do temporal que assolou a ilha das Flores, no início de Junho, provocando prejuízos materiais avaliados em cerca de 1,7 milhões de contos.

A proposta consta de uma resolução aprovada no plenário do Parlamento, em Estrasburgo, a semana passada, por iniciativa dos grupos da Esquerda Unitária Europeia/ Esquerda Verde Nórdica, Liberal e da União para a Europa, subscrita pelos eurodeputados portugueses Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo (comunistas), Arlindo Cunha e Costa Neves (socialistas-democratas), Girão Pereira e Rosado Fernandes (Partido Popu-

lar). De assinalar que esta proposta de resolução comum, resultante das propostas apresentadas pelos comunistas e populares e posteriormente subscrita pelos socialistas-democratas, não despertou qualquer interesse aos deputados socialistas, que não se associaram à iniciativa.

A resolução solidariza-se com a população das Flores, em particular com os "que se viram privados de habitação ou de possibilidade de deslocação dentro da ilha" e solicita à Comissão Europeia "a concessão, a título excepcional, de uma comparticipação a fundo perdido por forma a minorar as perdas e prejuízos causados às populações e reparar os estragos".

As fortes chuvas torrenciais

que assolaram a ilha, entre 6 e 9 de Junho, causaram elevados prejuízos materiais, incluindo a destruição de vias de comunicação, de habitações, de culturas agrícolas, de explorações pecuárias e pastagens, que ultrapassam a capacidade de resposta do governo regional, pelo que o Parlamento Europeu exige "o rápido reforço de meios humanos, técnicos e financeiros para fazer face à situação".

A resolução aprovada no PE chama ainda a atenção das autoridades comunitárias e nacionais para a necessidade de dotar com meios técnicos e humanos operacionais os serviços vocacionados para a prevenção e resolução de situações de emergência ou catástrofe.

Montijo PS e PSD juntos

Num golpe a todos os títulos reprovável — aproveitando o falecimento do anterior presidente, o prestigiado democrata Jorge Peixinho —, PS e PSD tomaram de assalto no passado dia 14 a Mesa da Assembleia Municipal do Montijo. Em Assembleia Extraordinária — que deveria ter servido apenas para a eleição de um novo Presidente —, não foram de modas e vai de propor a destituição da Mesa e a eleição de uma nova Mesa.

Previamente preparada ao nível das direcções locais dos dois partidos, como o próprio debate acabou por evidenciar, esta atitude inqualificável de excluir da Mesa a primeira força política do concelho veio perverter por completo o sentido de voto maioritariamente expresso na CDU pela população do Montijo nas últimas eleições autárquicas.

Com razão, pois, fala a Coordenadora Concelhia da CDU do Montijo de «uma santa aliança feita de baixezas», que põe os interesses partidários acima dos interesses da população, lamentando simultaneamente em comunicado dirigido à população o que considera ser a «postura imoral e anti-ética do PS e do PSD» que, sublinha, «deixa uma revolta em todos aqueles que conhecem os factos».

E os factos são de uma singela clareza: o PS indicou o nome de um seu candidato para presidente e o PSD escusou-se, argumentando que não tinha que indicar nomes dado que a votação era secreta. Com isto o PSD tentou esconder que não tinha candidato devido ao acordo existente com o PS, como ficou demonstrado através da votação: 15 votos a favor, tantos quantos os eleitos do PS e do PSD. Para o primeiro e segundo secretários fizeram ao contrário.

O casamento entre PS e PSD estava consumado: desrespeitando os resultados eleitorais de 1993, elegeram uma Mesa constituída por um presidente PS (que é a terceira força política no concelho) e por dois secretários do PSD (que é o segundo partido mais votado), deixando «democraticamente» de fora a força política maioritária.

Em entrevista ao «Avante!», a camarada Jacinta Ricardo, Presidente do Município, explica em que circunstâncias todas estas coisas aconteceram, comenta detalhadamente o comportamento do PS e PSD e revela como a CDU vai prosseguir a sua linha de rumo em defesa dos interesses da população.

— Como interpreta o facto de o PS e o PSD terem agendado para a Assembleia Municipal Extraordinária a destituição da Mesa e a eleição de uma nova Mesa?

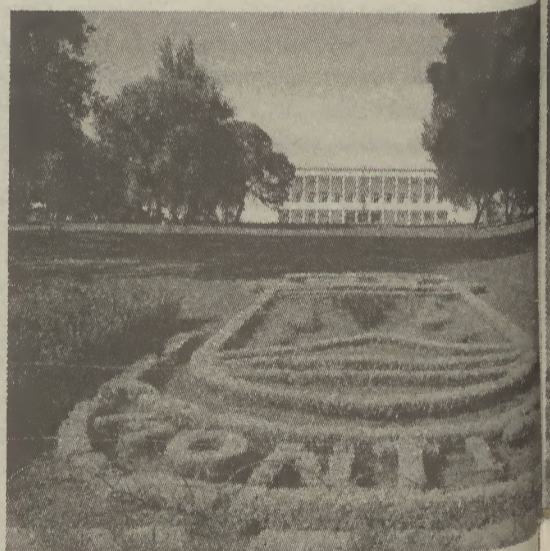
Começo por referir que este acto não aparece isolado: é mais uma situação lamentável num processo de guerrilha do PS e do PSD contra a CDU e contra os interesses do Município do Montijo.

Considero esse acto político, sucedido a 14 de Julho, a prova cabal de quanto PS e PSD se aproximam e quanto os une um ao outro quando se trata de atitudes imorais, antimunicípio, numa aliança cujos objectivos se não vislumbram, e não assumindo as suas responsabilidades: é uma coligação com um passado terrível no Montijo e por todos conhecida nos seus resultados. Mas a eleição de uma Mesa da Assembleia neste momento, em que mal acabamos de nos separar do prestigiado Maestro Jorge Peixinho, aproveitando a sua morte (ele era o Presidente da Assembleia) para um lamentável espectáculo — isto só mostra a falta de dimensão, a falta de moral e a falta de princípios destes nossos adversários. Chamo, no entanto, a atenção para o facto de, antes deste atitude, os mesmos eleitos se terem prestado à figura triste de aprovarem uma moção a que chamaram de censura contra os eleitos da CDU na Câmara, os quais, como se vê, são os únicos que trabalham e são quem assegura o cumprimento das atribuições da Autarquia...

Não se esqueça que a moção citada não foi apresentada na Câmara e não é nada que já não tenham feito. Fizeram coisas (para boicotar) que não lembram ao diabo: avocaram as competências delegadas na Presidente, obrigaram à total burocratização dos serviços em prejuízo de todos os munícipes, requereram inspecções, pediram fiscalizações, levantaram inquéritos, promoveram e instigaram processos contra o seu próprio Município... e, não satisfeitos, fazem perguntas sobre perguntas, não para saberem o que se passa mas para nos ocuparem nas respostas...

O Município e a população não lhes interessam para nada. Prova disso é o facto de terem recusado repetidamente aceitar pelouros e trabalhar, participar em comissões e grupos de trabalho. Não aceitaram nem cargos de vereador a meio tempo nem o lugar de vogal dos Serviços Municipalizados. Trabalho, não querem. Limitam-se ao trabalho de boicote e de guerrilha total e permanente.

O desespero deles é a nossa alegria, pois não conseguiram nunca impedir-nos de trabalhar e de continuarmos a gerir os destinos do



Município, com um Plano Director pronto, com grandes potencialidades de futuro com a oportunidade histórica derivada da Nova Ponte. De tudo o que é positivo se alheiam: PS e PSD não têm nada a ver com isso. Pelo contrário, se pudessem, impediriam também a CDU de trabalhar...

Circunstâncias chocantes

— A verdade é que de um ponto de vista regimental nada obrigava à eleição de uma nova Mesa e bastaria apenas a eleição de um novo Presidente...

no golpismo

Entrevista com a presidente Jacinta Ricardo



Pois claro que não! Pelo contrário, num gesto de economia de energia política e até de entendimento democrático, seria absolutamente natural que procedessem de uma de duas maneiras: ou que dialogassem com a CDU e se tomassem uma decisão de consenso; ou que enveredassem pela guerrilha, mas apenas quanto ao cargo deixado vago pelo malogrado Maestro, o cargo de Presidente da Assembleia Municipal.

Mas a ganância cegou-os, e enveredaram pelo caminho da imoralidade e da anti-ética. Cada um assume as suas responsabilidades e as consequências dos seus actos.

A população não é cega.

Estas circunstâncias chocantes ferem os nossos sentimentos.

— Não pode deixar de merecer vivo repúdio, simultaneamente, o facto de os dois partidos aproveitaram o falecimento do prestígio do democrata que foi Jorge Peixinho para levarem a cabo aquilo que configura claramente um «golpe» condenável à luz da ética política e da moral...

Estes factos falam por si e são revoltantes. As pessoas são o que são. E estas atitudes são suficientes para provarem aquilo que vinhamos dizendo: é que estes eleitos do PS e do PSD e, sobretudo, as respectivas direcções partidárias locais não mostram qualquer dimensão moral, não mostram qualquer sentido de dignidade, e não parecem hesitar perante nada, quando o que está em causa é o seu interesse mesquinho e de pequeno grupo.

Acho que agora tudo está lamentavelmente mais claro para a população.

— Os factos indiciam que os dois partidos concertaram cuidadosamente a sua acção. É também esse o seu entendimento?

Entendo que, de facto e objectivamente, os dois partidos PS e PSD aparecem neste processo perfeitamente sincronizados e coordenados, sobretudo desde há alguns meses. Esta é a reali-

CDU, e contra toda a actividade da Autarquia, doa a quem doer...

Mais o que também é de justiça e tem de ser dito é que, neste processo do PS, com a sua indisfarçada gula e ambição e a sua apetência pela administração urbanística, tem maior grau de culpa, arrastou inexplicavelmente o PSD para este procedimento suicida, tem mostrado (o PS) ainda maior gula do que o próprio PSD, quer no que se refere ao boicote contra a actividade autárquica, quer no tocante à questão dos pelouros, com a «exigência» da administração e planeamento urbanístico... ou ainda quando sabemos que é do PS que surgem quer as propostas que todos acabam por assinar ou votar em conjunto quer também situações como a ridicularia a que chamaram moção de censura ou mesmo os sucessivos pedidos de inquéritos, sem eficácia, felizmente para o Município. Em resumo: julgo que o PSD anda neste processo completamente a reboque da má língua, do fel e do ódio do PS, que não perdoa à CDU as duas maiorias obtidas em 1989 e em 1993, relegando o PS para o lugar modesto de terceira força política do Concelho... Isto, para quem tinha pretensões à presidência da Câmara deve ser, efectivamente, um factor de incurável frustração e de um incontido sentimento permanente de vingança!

Golpe de secretaria

— Ao concretizarem esta medida, pode dizer-se, PS e PSD estão a jerverter o sentido de voto da maioria da população do Montijo democraticamente expresso nas últimas eleições autárquicas...

caricata, para lá de ser anti-democrática. Do nosso ponto de vista, e devido à postura que estes dois partidos têm adoptado, não dis-

tinguimos o procedimento do PS daquele que o PSD adopta — e, entre os dois, «venha o diabo e escolha», como diz o nosso Povo. Mas com honestidade, verdade se diga que, a haver mudança da presidência da Assembleia, nunca seria o favor do PS. É mais uma situação duvidosa que ninguém entende. Mas o mais sério foi o método e o momento que escolheram para um tal golpe de secretaria... julgo que a população de Montijo, sensível como é e decidida e frontal como tantas vezes já deu provas de ser, não vai perdoar esta desumanidade e esta insensibilidade. Parecem personagens daqueles filmes da Mafia em que o homem poderoso acaba por dar a sentença de morte com um sorriso nos lábios ao mesmo tempo que vai dizendo que «não tem nada de pessoal, são apenas negócios»... Aqui às vezes também parece que o humanismo não interessa nada, que o interesse das populações não conta para nada: o que conta realmente são mais uns artigos de jornal e mais uns momentos de guerrilha contra a autarquia e contra o Município. Ainda se esta gente demonstrasse capacidade ou mostrasse ter um projecto para o Montijo... Mas não têm. Nem capacidade, nem conhecimento, nem projecto, nem vontade de trabalhar...

Aliás, o tristemente fatídico mandato de 86 a 89, em que o Montijo teve o azar de ser desgobernado por uma Câmara de maioria coligada PSD/PS, esse mandato deixou bem clara a vantagem de ter esta gente longe do poder e longo do orçamento municipal: a Câmara ficou endividada até hoje, com dezenas de processos às costas e com deliberações inconsequentes por cumprir, com centenas de trabalhadores da Câmara lesados na sua situação (quase todos já resolvidos por nós), e com o crédito da Autarquia com-

situação de forte derrota política. Não esqueçamos que a própria IGAT referiu já por várias vezes que em períodos pré-eleitorais é muito maior a carga de pedidos destes... que caem num certo descrédito e até parecem mero jogo partidário.

Prejuízos incalculáveis

— De que modo é que esta situação pode dificultar a acção da autarquia?

Os prejuízos são incalculáveis quer politicamente quer financeiramente e em termos de actividade. Não pelo facto de a actual Mesa ser PS e PSD — isso, legalmente, não tem qualquer problema: são órgãos autónomos, nós cumprimos sempre a lei; à Assembleia compete fiscalizar esse cumprimento — portanto, por essa vertente, não receamos e não vem mal ao mundo. O que vai trazer ainda mais prejuízos são situações em que a aliança irracional não deixa as pessoas pensarem no interesse da nossa terra mas apenas na guerra partidária. Dou apenas o exemplo último de a oposição, arbitrariamente, após ter aprovado as contrapartidas de um loteamento, em obras no valor de 90 mil contos beneficiando cinco das oito freguesias por via da instalação de um equipamento (de combustíveis) numa urbanização, estar agora tanto o PS como o PSD, mas sobretudo o PS a tudo fazer para impedir aquelas obras, as quais vão desde campos de ténis e recuperação de património e de mercados, até à recuperação de estradas e ruas e à execução do mercado numa freguesia, por exemplo. Ora este caso mostra quanto pode uma tal aliança PS/PSD prejudicar realmente, mas mesmo muito, toda a população. E é preciso que as pessoas saibam isto, que saibam quem é que as prejudica.

— Como vai reagir a CDU? Este episódio vai afectar a linha de rumo traçado dirigida para a resolução dos problemas e para a defesa dos interesses da população?

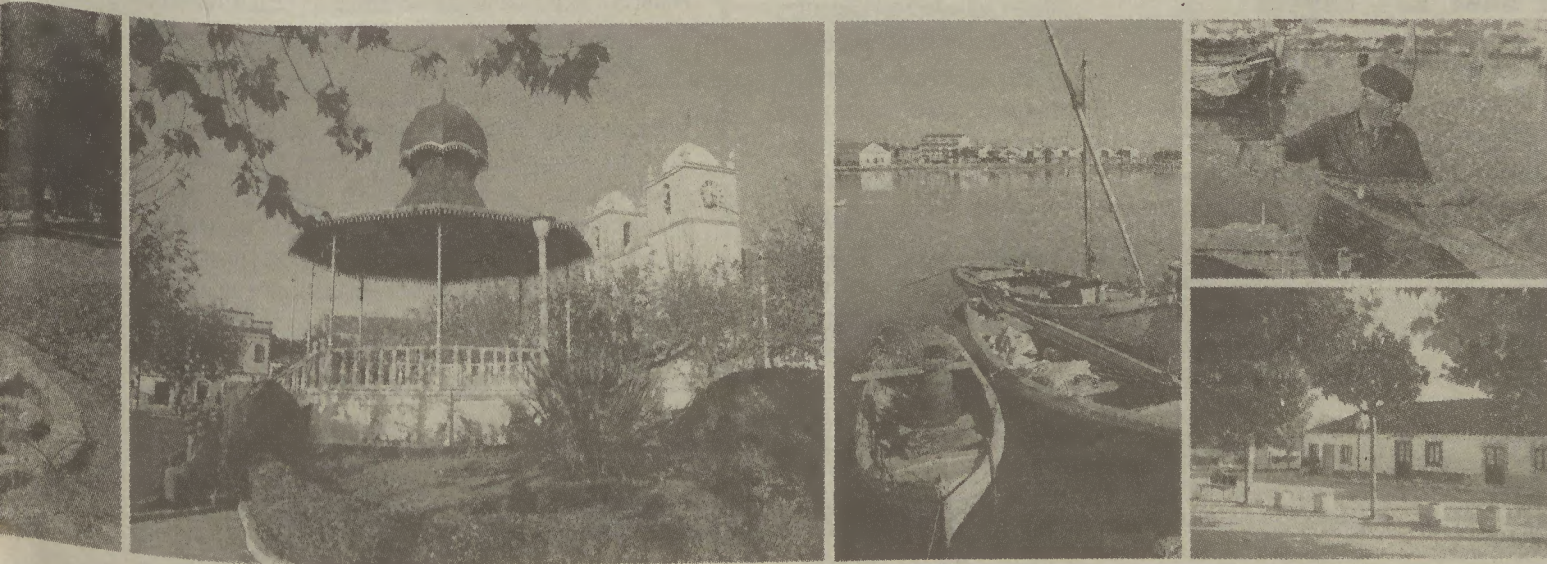
Evidentemente que a CDU garantiu já a toda a população que os nossos eleitos continuam a trabalhar em prol do Município como é sua obrigação.

O nosso lema, a partir de agora, será o de aprofundarmos ainda mais os factores de coesão e de cerrarmos fileiras contra o adversário externo que neste caso é encarnado pelo PS e pelo PSD.

Aliás PS e PSD que como sempre dissemos são uma face da mesma moeda — e não servem para governar o País. Estes eleitos da oposição colocam-se declaradamente de costas para a população e para os interesses do Município. Ora, perante os factos, sobra ainda mais trabalho para os eleitos da CDU — os quais demonstrarão mais uma vez que estão à altura da situação.

Repare-se que no mandato anterior, entre 1990 e 1993, a CDU obteve obra e património para o Município no valor de um milhão de contos. Neste mandato, apesar das guerrilhas, não parámos e a prova está em obras e acções como o Quartel dos Bombeiros de Canha, o Pontão de Canha, o empedrado do Largo de Canha, o Refeitório do Alto Estanqueiro, o Programa Especial de Realojamento, os Protocolos para dois pavilhões gimnodesportivos, as acções culturais, sociais e desportivas, a modernização dos serviços e a sua informação, o trabalho com a Escola Profissional e as restantes escolas do Concelho — isto só para dar exemplos.

Estas obras e acções é que fazem doer muito ao PS e ao PSD. Mas, porque elas são do agrado da população, vamos fazer muitas mais... e vai doer-lhes ainda muito daqui até Dezembro de 1997!



dade, e seria ocioso negá-la ou camuflá-la: ambas as direcções dos partidos, PS e PSD, têm neste momento as mesmas responsabilidades políticas gravíssimas para com a população do Montijo, e vão ter de assumir publicamente essa culpa, vão ter de ser sancionados pela população por igual, um e outro desses partidos, devido à situação que estão a criar, em prejuízo das populações, para cujos interesses se estão nas tintas. Portanto, voltando à questão colocada, temos de ser justos e afirmar que os dois partidos, as suas direcções locais, estão perfeitamente mancomunados e conluídos contra o Município, aliados um ao outro, numa guerra permanente contra aqueles que trabalham, contra os eleitos da

A perversão e a subversão das regras democráticas são inegáveis, são evidentes, e decorrem a vários níveis: primeiro, pelo facto de, nas eleições autárquicas, há apenas um ano e meio, a população ter confiado a maioria dos votos à CDU que agora aparece afastada da Mesa da Assembleia Municipal; segundo, porque a presidência da Mesa da Assembleia aparece, entregue ao PS, terceira força do Concelho, pela simples soma bruta dos votos e das alianças conjunturais contra a natureza, celebrada momentaneamente entre o PSD e o PS, mas em prejuízo do PSD, que, diga-se de passagem, sendo a segunda força política do Concelho, acaba prejudicado em toda a linha. É realmente uma situação duplamente

pletamente na rua da amargura: ninguém fiava um tostão, tal a fama que ganharam... Esta foi a situação que encontramos em 1990, quando vencemos novamente as eleições.

Ainda hoje nos ressentimos dos erros que o PSD e o PS cometeram à frente da Câmara!

Julgo que lhes vem da lembrança desse tempo e dos erros que cometeram esta insistente e doentia fixação em pedirem inquéritos e inspecções que nada apuram de negativo, felizmente, porque nada há para apurar — como o caso recente de mais três situações em que a Inspeção Geral da Administração do Território lhes fez sentir que não têm razão em insistir, retirando-lhes toda a razão e colocando-os em

Contra o crime da destruição premeditada Metalomecânica protestou junto à sede da ABB

Os trabalhadores das empresas de metalomecânica pesada do grupo ABB estiveram concentrados durante cerca de seis horas junto à sede da multinacional, em Alfragide, na passada quinta-feira, no âmbito de uma jornada de luta contra a ofensiva em desenvolvimento e que aponta para a destruição do sector, como já sucedeu com a Mague.

Adriano Matoso, dirigente da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, disse à agência Lusa que o responsável pelos recursos humanos da ABB se disponibilizou a receber uma pequena delegação, solução que não foi aceite porque os tra-

balhadores entendiam que deviam ser representados por um camarada de cada uma das sete empresas ou por dirigentes da federação.

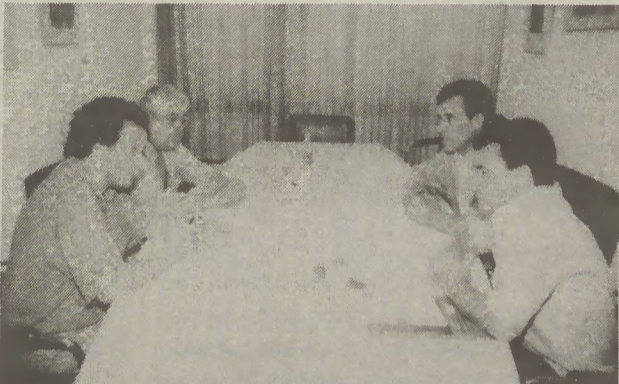
Os trabalhadores da Sorefame, Hidrosorefame, Metal-sines, Mague, Mset, SMM e

Sermague pretendem que o grupo ABB acabe com o desmantelamento do sector e os despedimentos que, nos últimos anos, levaram à liquidação de milhares de postos de trabalho. Desde que tomou conta da metalomecânica

nacional, numa escandalosa manobra larga e vigorosamente denunciada pelos trabalhadores e os sindicatos mais representativos do sector, a multinacional sueca despede, ataca direitos e não mostra empenho na procura de novos trabalhos.

Segundo Adriano Matoso, a direcção da FSMMP vai reunir-se em breve para decidir outras acções de protesto.

A Sorefame e a Hidrosorefame estiveram paralisadas desde as 10 horas até às 24, encontrando-se os trabalhadores em plenário permanente, que se deslocou da Venda Nova à sede da ABB, reclamando a viabilização das empresas e a garantia dos postos de trabalho.



Membros da Comissão de Trabalhadores da Hidro-Sorefame foram recebidos na semana passada, no CT da Soeiro Pereira Gomes, por uma delegação do PCP, constituída pelos camaradas Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, e Alexandre Teixeira, do Comité Central

Administração Local continua em luta

Os trabalhadores das autarquias vão prosseguir, mesmo no período habitual de férias de grande parte do pessoal, a luta pela negociação de uma revisão salarial intercalar (e a resolução de problemas como

o adicional de 2 por cento e o salário mínimo ainda inferior ao nacional), a segurança de emprego, melhores condições de segurança e saúde no trabalho e o subsídio de insalubridade, penosidade e risco.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, em conferência de imprensa conjunta dada dia 13 em Lisboa, anunciaram que

vão promover uma vigília junto à residência oficial do primeiro-ministro durante cinco dias consecutivos, já a partir de 24 de Julho.

Além disso, desde segunda-feira estão a decorrer plenários nos locais de trabalho, no que os sindicatos pretendem que seja uma grande acção de esclarecimento, depois de a semana que passou ter sido dedicada à colocação de pendões exigindo a revisão salarial intercalar ainda em 1995.

Em Agosto, os dois sindicatos vão levar a cabo várias acções públicas de denúncia dos problemas deste sector, fazendo questão de destacar a recepção a governantes em pré-campanha eleitoral, e estão a programar uma grande jornada de luta para a segunda quinzena de Setembro.

Pessoal da Dextra ocupou Segurança Social de Braga

Cerca de 150 trabalhadores das Malhas Dextra, de Briteiros (Guimarães) invadiram sexta-feira de manhã, pacificamente, as instalações do Serviço Sub-Regional de Braga da Segurança Social, exigindo ser recebidos pelos responsáveis.

Adão Mendes, coordenador da União dos Sindicatos de Braga, disse à agência Lusa que os manifestantes pretendiam obter respostas para os graves problemas vividos na empresa e as ilegalidades praticadas pela administração. Uma nota da USB/CGTP-IN, enviada à nossa redacção, refere que há três meses que os representantes dos trabalhadores vêm insistindo em ser recebidos pela presidente do Centro Regional de Segurança Social do Norte, mas Filomena Bordalo recusa qualquer informação sobre medidas tomadas ou a tomar, e não se tem mostrado disponível para receber uma delegação do pessoal

A ocupação terminou após a chegada da PSP, que não precisou de intervir, e dos responsáveis da Segurança Social se terem comprometidos a recebê-los dia 18 de Julho, uma vez que o director de serviço se encontrava ausente, referiu Adão Mendes.

Plenário na STCP

Os trabalhadores da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto decidiram dia 13, em plenário, mandar a federação sindical do sector (Festru/CGTP-IN) para a assinatura do Acordo de Empresa com os últimos valores apresentados pela administração.

Na moção aprovada no plenário, os trabalhadores decidiram também optar pela aceitação das 42 horas de trabalho semanal, «sem perda de qualquer regalia». Os trabalhadores decidiram ainda exigir do Conselho de Administração (CA)

que, após o período de férias, seja reanalisado o processo do Regulamento de Carreiras Profissionais da STCP.

Relativamente à redução do horário de trabalho, os funcionários da transportadora portuguesa defendem que a mesma seja feita no final do período da tarde, disponibilizando-se para «desenvolver as necessárias acções por este princípio».

Na moção, os trabalhadores reafirmam que «jamais permitirão qualquer retirada dos seus tão magros mas legítimos direitos» e disponibilizam-se para as «mais variadas formas de luta, caso o CA tente o contrário».

Os funcionários da STCP protestam contra a forma como o CA tratou as suas propostas e consideram ainda que os resultados finais das negociações «poderiam ter sido melhores se todas as organizações sindicais tivessem tido um maior empenho na defesa dos direitos dos trabalhadores».

Professores suspendem greve Assembleia do Superior exige nova política

Na assembleia nacional de docentes e investigadores do Ensino Superior, realizada na semana passada em Lisboa, foi aprovada uma resolução em que se valoriza o «expressivo apoio» dos professores à luta e às razões que estão na sua base. No documento, a assembleia e os sindicatos subscritores da plataforma reivindicativa comum exigem «uma nova política, que permita erradicar as causas da degradação do Ensino Superior público, o que, na prática, se traduz numa revalorização do Estatuto dos docentes e investigadores e na melhoria da qualidade do ensino».

A resolução saúda os docentes em greve, bem como a solidariedade manifestada pelos estudantes e suas associações, e a posição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. «Lamentando, mais uma vez, o transtorno causado pela intransigência da sr^a ministra da Educação», afirma-se no documento de 13 de Julho que Manuela Ferreira Leite «continua apostada em provocar os docentes e em agravar a situação no Ensino Superior, de que claramente pretende retirar dividendos eleitorais». Uma vez que a ministra «não deseja um diálogo sério e não hesita na utilização da hipocrisia para atingir os seus fins políticos», «não teve competência» e «não desempenhou efectivamente» o seu cargo, a assembleia e os sindicatos decidiram não a aceitar mais como interlocutora no conflito e exigiram a intervenção do primeiro-ministro.

Na assembleia foi decidido prosseguir a greve às avaliações até dia 22 (depois de amanhã), «como forma de reafirmação da firmeza com que os docentes repudiam as atitudes da sr^a ministra». O período de suspensão que se segue «destina-se à resolução de situações críticas de avaliação».

Pré-escolar

Reagindo ao anúncio da promulgação, pelo Presidente da República, do diploma com que o Governo pretende transferir para entidades privadas competências do Ministério da Educação na área do ensino pré-escolar, a Federação Nacional dos Professores reafirmou que «a educação pré-escolar não deve ser privatizada». O decreto, promulgado dia 6 por Mário Soares, «não só transfere competências na construção de edifícios, mas também no que se refere à selecção, recrutamento e gestão de pessoal, ao mesmo tempo que impõe às famílias a responsabilidade de custear parte dos financiamentos necessários ao funcionamento dos jardins de infância», afirma a Fenprof.

Entre as consequências da aplicação deste diploma, a federação aponta o aprofundamento das assimetrias regionais e das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, o decreto «abre caminho ao agravamento da situação profissional dos educadores de infância e à perda de direitos adquiridos».

«É por isto que a Fenprof e os educadores de infância continuarão a lutar pela defesa de uma educação pré-escolar pública e gratuita para todas as crianças nas idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos» - afirma-se na nota divulgada pelo Secretariado Nacional da federação.

Encontros concelhios de desempregados de Lisboa

Por iniciativa da União dos Sindicatos de Lisboa, iniciou-se ontem uma série de encontros concelhios de desempregados. A estrutura distrital da CGTP e os sindicatos pretendem, com estas iniciativas, pretendem que os desempregados tenham oportunidade de discutir os seus problemas e, em conjunto, possam apresentar as suas reivindicações.

Numa nota divulgada pelo departamento de informação da USL, manifesta-se séria preocupação pelo facto de que «o desemprego está a atingir níveis assustadores e a aumentar rapidamente», enquanto «muitos dos trabalhadores que se encontram nesta situação continuam sem receber as ver-

bas a que tinham direito, designadamente salários em atraso».

O encontro de ontem devia reunir desempregados do concelho de Sintra e estava marcado para a Junta de Freguesia de Rio de Mouro. Hoje, às 14.30 horas, tem lugar um encontro de desempregados do concelho da Amadora, no auditório da Câmara Municipal.

Estão ainda marcados encontros para os concelhos de Oeiras e Cascais (dia 25, às 14.30, na delegação sindical da Parede, na Travessa Rocha Martins) e de Loures (dia 27, às 14.30, na Academia Recreativa de Sacavém, na Travessa do Charfariz).

Bósnia Nova escalada na guerra Milhares de refugiados

Milhares de crianças, mulheres e velhos estão concentrados em condições precárias em Potocari, aldeia a dois quilómetros da cidade muçulmana de Srebrenica, após a sua conquista pelas forças sérvias.

Calcula-se em 30 000 o número de refugiados, que o governo de Sarajevo se recusa entretanto a receber, considerando que se trata de "um problema da ONU".

Neste momento o enclave muçulmano de Zepa é igualmente alvo de bombardeamentos por parte dos sérvios e fala-se da possibilidade do avanço militar sérvio para o enclave de Gorazde.

A concretizar-se esta possibilidade, os sérvios bósnios passariam a deter o controlo de toda a região Leste, da

fronteira com a Sérvia até Sarajevo, o que poderá corresponder às recentes declarações do líder sérvio da Bósnia, Radovan Karadzic, ao diário espanhol "El País", que considerou "morto" o plano de divisão do território concebido pelo Grupo de Contacto (França, Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Rússia), sublinhando: "temos agora um Estado de uma só peça, territórios contíguos".

A cidade de Srebrenica foi a primeira das seis regiões na Bósnia a ser decretada "zona de segurança" das Nações Unidas, a 16 de Abril de 1993.

No plano internacional são diversas as reacções.

A França defende uma

"acção militar firme e limitada" (apesar das consequências negativas dos bombardeamentos da NATO).

A Grã-Bretanha propõe uma reunião, a realizar dia 21 em Londres, reunindo os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa e os chefes de estado-maior dos cinco países do Grupo de Contacto, e os representantes da ONU e da NATO, para além dos mediadores da União Europeia e das Nações Unidas.

Os Estados membros da União Europeia excluíram a possibilidade de retirada das tropas da ONU, admitindo mesmo a possibilidade de uma acção militar que designam como limitada.

Cólera

O número de países atingidos pela cólera em 1994 é o mais elevado de sempre - 94, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). O número de casos declarados em 1994 é de 384.403, o que corresponde a um aumento de 2% em relação a 1993. Em 1994, a doença provocou 10.692 mortes registadas. O aumento de número de casos de cólera afecta sobretudo o continente africano, em particular com a verdadeira devastação registada em Julho do ano passado nos campos de refugiados ruandeses no Zaire. Os países mais atingidos foram o Zaire, o Brasil, o Afeganistão, a China, a Guiné, a Somália, o Perú e a Guiné-Bissau.

Nuclear

No dia 14 de Julho, dia da França, realizaram-se manifestações contra a decisão do presidente Chirac de reiniciar os testes nucleares, um pouco por todo o mundo, em cidades tão diversas como Sidney, Bona, Phnom Penh, Londres ou Bruxelas. Uma sondagem realizada em Itália pelo instituto Datamedia indica que 89,8% dos italianos estão contra a decisão do presidente francês.

Haiti

A coligação apoiada pelo presidente Jean-Bertrand Aristide, a plataforma "Lavalas", ganhou folgadoamente as eleições de 25 de Junho, ficando com a presidência das câmaras das nove principais cidades do país, incluindo a capital, Port-au-Prince.

Itália

O governo italiano obteve o acordo da Câmara de deputados para acelerar a adopção do projecto de alteração das pensões de reforma. O grupo da Refundação Comunista opõe-se a este projecto, que levará a uma redução das pensões de reforma.

Greve

Os 12.000 maquinistas britânicos realizaram uma greve que paralisou completamente os transportes ferroviários. Os trabalhadores exigem aumentos salariais de pelo menos 3,4% para dar resposta ao aumento do custo de vida. Os maquinistas anunciaram mais seis greves durante o verão, caso as suas reivindicações não sejam atendidas.

Birmânia

A dirigente democrata birmanesa, Aung San Suu Kyi, libertada em Rangun a semana passada, afirma o seu desejo de negociar com a Junta no poder, pedindo, entretanto, à comunidade internacional, que se mantenha atenta à evolução da situação no seu país.

Cientistas franceses denunciam decisão do governo de Chirac

Mais de 400 investigadores e cientistas franceses assinaram um documento de denúncia da decisão do governo de Chirac de retomar os ensaios nucleares.

"Declarar que a França precisa destes ensaios porque ainda não dispõe de instrumentos de simulação, é abusar da opinião pública e enganar os cidadãos", afirma-se no documento.

"Um número limitado de ensaios permitirá simulações que, por sua vez, sugerem novas experiências, novos ensaios e novas armas. Uma engrenagem que só pode ser

travada por uma decisão assente na ideia de que já chega."

Uma denúncia que vem confirmar uma opinião expressa por especialistas americanos,

agora divulgada nas páginas de "Libération", e em que se afirma: "Se o objectivo do programa nuclear francês é continuar a produzir cabeças nucleares de um modelo mais avançado, então os testes nucleares são indispensáveis à sua credibilidade técnica.

Se a França optar, no futuro, por se apoiar nos modelos existentes, totalmente testados, então a credibilidade técnica destas armas pode ser mantida sem os ensaios nucleares".

O que em síntese significa que a França está a preparar novas armas nucleares.

PCP condena testes nucleares

No seguimento do telegrama endereçado ao presidente francês, Jacques Chirac, que aqui também reproduzimos, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, enviou ao secretário nacional do Partido Comunista Francês, Robert Hue, o seguinte telegrama:

"Queria exprimir-te, em nome dos comunistas portugueses, inteira solidariedade com as vossas posições e acções de condenação da grave decisão do presidente Chirac de retomar os ensaios nucleares franceses.

"Tal decisão, que nenhum motivo de segurança justifica no mundo de hoje, é contrária ao desanuviamento que se impõe nesta matéria para implementar a completa interdição de todos os ensaios, com vista ao desarmamento nuclear global.

"Manifestámos directamente ao presidente Chirac o nosso protesto e participamos no nosso país nas acções unitárias em curso sobre esta questão, que aqui, tal como em todo o mundo, se estão a realizar.

"Renovando o nosso apoio às acções que vós desenvolveis contra uma medida que não corresponde aos sentimentos pacifistas do povo francês, assim como aos interesses de todos os povos do mundo, envio-te as melhores saudações fraternais".

CPPC apela ao protesto contra ensaios nucleares

Em Declaração divulgada à imprensa, a direcção nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) denuncia, uma vez mais, a decisão do presidente francês de recomençar os ensaios nucleares como "uma séria ameaça à Paz, ao desanuviamento internacional" e que "sobretudo pode comprometer as conversações de Genebra sobre o desarmamento nuclear".

O CPPC refere os resultados da revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares como "uma triste decepção, pois nem um novo prazo para uma autêntica revisão foi acordado", mantendo-se assim "a chantagem nuclear de uns poucos países sobre os restantes, ainda que com promessas de redução dos seus arsenais nucleares e dum acordo para o fim dos ensaios".

A Declaração sublinha que "Chirac tenta minimizar a gravidade do seu acto, anunciando ir assinar, em 1996, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, como se isso anulasse os malefícios materiais (sobre as populações, a fauna, a flora e o ambiente) que permanecerão

durante dezenas de anos, e os políticos (aumentando o estado de insegurança, acelerando a corrida aos armamentos, mostrando preferir a acção militar ao diálogo, com todas as consequências sociais sobre o desemprego e a exclusão)".

O documento da direcção do CPPC dá ainda particular relevo aos acontecimentos de Estrasburgo, que vieram confirmar "que os países da Europa não aceitam que um dos seus, no 50º aniversário dos horrosos massacres de Hiroshima e Nagasaki, insista na via que a este levou, pondo até em causa a seriedade da PESC - Política Europeia de Segurança Comum".

Uma delegação do CPPC foi entretanto recebida, na passada terça-feira, na Embaixada da República da França.

Nesta iniciativa, o CPPC conta com o apoio de mais 14 organizações, nomeadamente da Associação 25 de Abril, da CGTP, do MDM, do ZLAN (municípios pela paz e desenvolvimento) e do Sindicato dos Professores.

Telegrama a Chirac

Carlos Carvalhas, secretário geral do Partido Comunista Português, enviou a Jacques Chirac, presidente da República Francesa, o seguinte telegrama:

"Em nome do Partido Comunista Português transmito-lhe o mais vivo repúdio pela sua decisão de retomar os ensaios nucleares.

"Uma tal decisão relança o ciclo infernal da corrida aos armamentos nucleares, quando, pelo contrário, os povos, a Humanidade inteira reclamam o desarmamento nuclear total.

"Este é o sentimento dos comunistas portugueses que lhe transmito, esperando que revogue a sua decisão."



Uma imagem da guerra na Bósnia. A fuga à ameaça dos tiros, em Sarajevo

Personalidades apoiam a CDU

Como o "Avante!" noticiou a semana passada, a CDU conta desde já com o apoio de muitas centenas de personalidades de diferentes sectores da vida nacional, o que constitui um importante sinal do crescente movimento de adesão que se está a verificar na sociedade portuguesa em torno das propostas que a Coligação apresenta ao eleitorado para uma efectiva alternativa democrática. Sem pretender ser exaustivo, e sem prejuízo da futura divulgação de novas manifestações de apoio, publicamos hoje a lista de apoiantes CDU divulgada a semana passada num convívio no terraço do CT Vitória, que contou com a presença de inúmeros camaradas e amigos.

O encontro, em que o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, fez uma breve intervenção, publicada no último número, foi também a oportunidade para um agradável momento de cultura, em que a poesia e a música marcaram lugar.

Os sindicalistas Manuel Carvalho da Silva, Manuel Lopes, José Ernesto Cartaxo, Florival Lança, Victor Ranita, Manuel Freitas, Rui Paixão, Mário Jorge, Paulo Sucena;

Os autarcas Daniel Branco, Orlando Almeida, Demétrio Alves, Rui Godinho, António Abreu, Abílio Fernandes, Maria Emília Sousa, Eufrásio Filipe, Hélder Madeira e muitos outros;

Os actores Irene Cruz, Fernanda Lapa, Henrique Viãna, Fernanda Montemor, Rui Mendes, Linda

Silva, André Gago, Ana Nave, Raquel Maria, Morais e Castro, Carmen Santos, Gil Matias, Mário Jacques, Canto e Castro, Estrela Novais, António Assunção, Armando Caldas, Eugénia Bettencourt, José Gomes, António Banha, Rita Tomé, Carlos Santos, José Peixoto, Magda Cardoso, Leonor Lains, Luís Alberto, Norberto Barroca, Mário Pereira, Paulo Barreto, Paulo Pinto, Carla Maciel, Alexandre Falcão, Jorge Pinto;

Os encenadores Luzia Maria Martins, Mário Barradas, Armando Caldas;

Os cenógrafos António Casimiro, Augusto Sobral, Mário Alberto, Juan Soutullo;

Os escritores Alexandre Cabral, José Saramago, Urbano Tavares Rodrigues, Alice Vieira, Gonçalves Preto, Modesto Navarro, Alexandre Babo, Rui Nunes, Orlando da Costa,

Mário de Carvalho, José Manuel Mendes, Mário Castrim, Joaquim Lagoeiro, Serafim Ferreira, José Felicidade Alves, Hélder Pacheco, Romeu Correia, Luís Pacheco, José Emílio Nelson e os editores António Melo, Zeferino Coelho, Cruz dos Santos;

Os realizadores de cinema ou TV Teresa Vilaverde, Monique Rutler, José Álvaro Morais, Manuel Costa e Silva, Artur Ramos, Fernando Midões, Jaime Campos, Cecília Neto, Luís Filipe Costa, Manuel Ruas, António Marques Pinto;

Os cantores Carlos do Carmo, Janita Salomé, Vitorino, Maria Guinot, Manuel Freire;

Os músicos e compositores Álvaro Salazar, Borges Coelho, Joaquim Magalhães, Aníbal Lima; José Eduardo, Alfredo Flores; e o musicólogo José Duarte;

Os artistas plásticos Maria Keil, António Carmo, César Lopes, Albertina Mântua, Alberto Gordillo, Fernando Cruz, Geni Carvalho, Luís Rodrigues, Luísa Sabino, Maria Gabriel, Rogério Ribeiro, Virgílio Domingos, José Aurélio, José Penicheiro, Ângelo de Sousa, Jorge Pinheiro, Rogério Amaral; Manuela Bronze, Lídia Vieira, José Paiva, António Fernando, Rodrigo Cabral

Os arquitectos Siza Vieira, Domingos Tavares, António Madureira, Annie Gunther, Andreia Soutinho, Celestino de

Castro, Fernando Torres, Filipe Dinis, Filipe Lopes, Francisco Silva Dias, José Mesquita Neves, Leopoldo de Almeida, Luís Bruno Soares, Pedro Graça, Pedro Vieira de Almeida, Rodrigo Ollero;

Os prof. e assistentes universitários Jorge Alarcão, Jorge Veiga, Eduardo Chitas, Francisco Vasconcelos Esteves, José Barata Moura, João Cunha e Serra, José Baginha, José Simões da Fonseca, José Vitória, Manuel Portela, Luis Metzner Serra, Manuel Frias Martins, Manuel Gusmão, Manuela Esteves, Maria Helena Mira Mateus, José Arsénio Nunes, Helena Seródio, Marieta da Silveira, Rui Namorado Rosa, Óscar Lopes, Vítor de Sá, Aníbal Almeida, Rogério Fernandes, José Morgado, Armando Castro, Carlos Pimenta, Helena Morgado, José Cavalheiro, Coelho dos Santos, Augusto Amaral, Armando Gomes de Sá;

Os jornalistas José Quitério, Vialle Moutinho, Manuel Pina, Alberto Vilaverde Cabral, Armando Pereira da Silva, Domingos Mealha, Fernando Valdez, Figueiredo Filipe, Henrique Custódio,



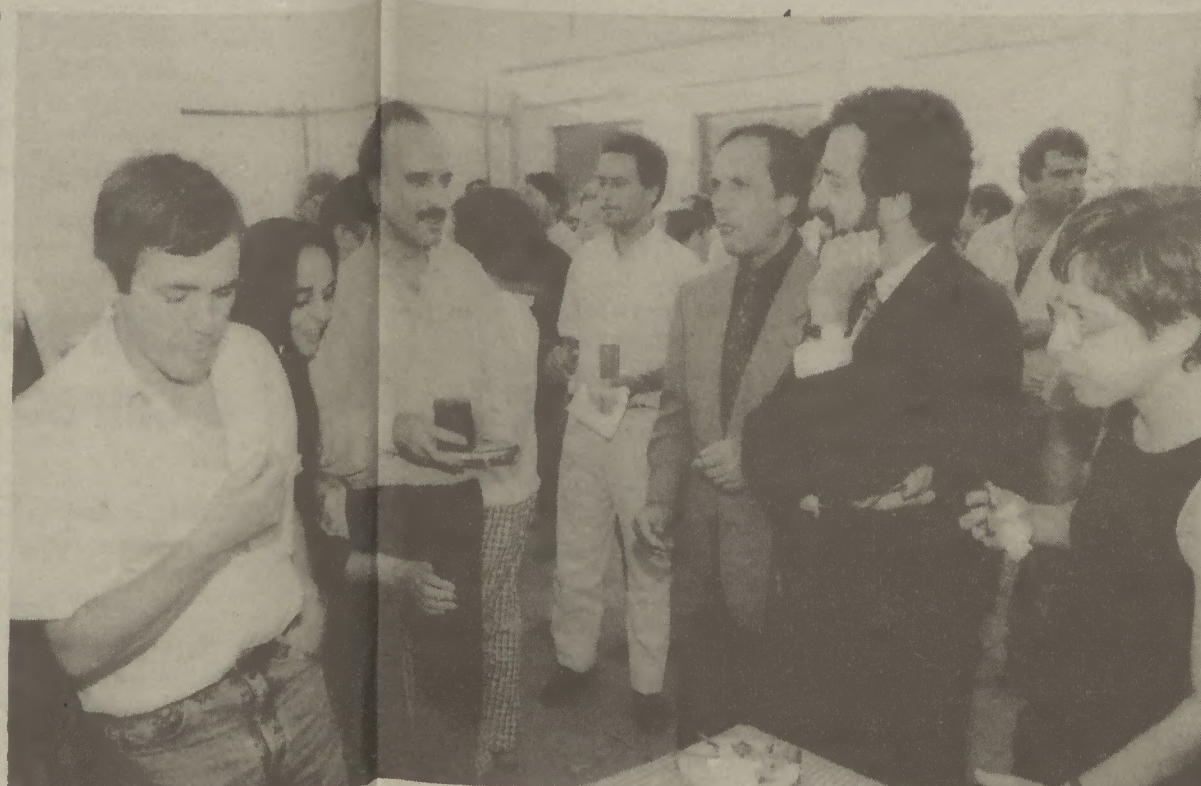
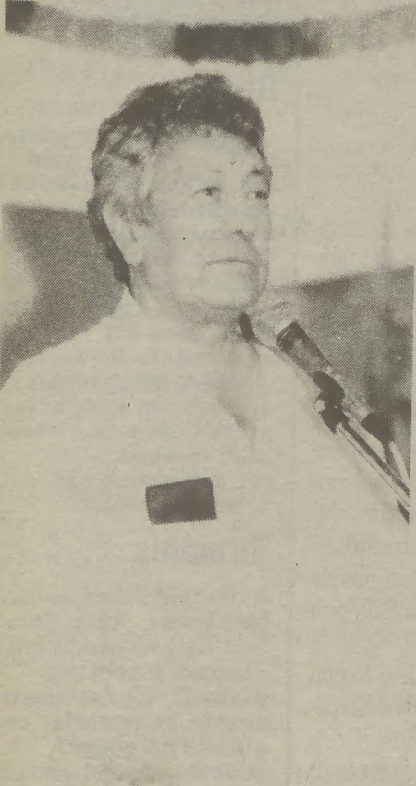
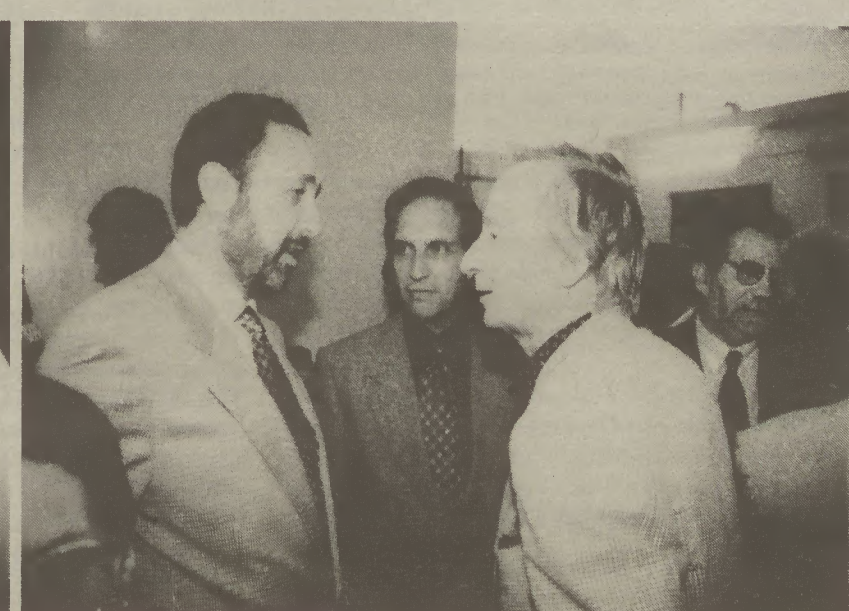
Isabel Carvalho, João Alferes Gonçalves, João Chasqueira, José Goulão, João Corredor da Fonseca, Armando Monteiro da Silva, José Garibaldi, José Morim Lopes, Leandro Martins, Leonor Nunes, Lígia Calapez, Manuel Rodrigues

Vaz, Maria Manuel Costa, Miguel Urbano Rodrigues, Nuno Ramos de Almeida, Orlando César, Rúben de Carvalho, Pedro Tadeu, Alfredo Maia, Francisco Mangas, Araújo Moreira, César Príncipe, Júlio Roldão, Anabela Fino;

Os desportistas e técnicos desportivos Veiga Trigo (árbitro de futebol), Armando Aldegalega, Albertina Dias, Pompílio Ferreira, Bernardino Pereira, Melo de Carvalho;

Os médicos António Galhordas, Allen Gomes, Emílio Peres, António Barros, Cassiano Abreu Lima, António Graça, Bento Pinto, Artur Ramon de La Féria, Carlos Silva Santos, Rui Pinhão, Tito Seabra Dinis;

O arqueólogo Cláudio Torres, o **advogado e dramaturgo** Jaime Gralheiro e o **locutor** Cândido Mota



Num fim de tarde ameno, com os céus de Lisboa como pano de fundo, o terraço do CT Vitória foi palco privilegiado do encontro de personalidades de diversas áreas da vida política, social e cultural portuguesa. Poesia, música e política coexistiram no espaço, deleitando os espíritos, tecendo solidariedades, reforçando convicções. A poesia esteve a cargo de Estrela Novais, Mário Pereira e Leonor Lains; a música foi a de Carlos do Carmo. E porque "tudo é política", porque "tomar partido" é próprio dos homens e das mulheres que prezam o país a que pertencem, Carlos do Carmo não se limitou a cantar. Numa intervenção particularmente emotiva, sublinhou o papel dos comunistas na luta pela liberdade e a democracia, teceu um rasgado elogio ao Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, destacou a acção da CDU na vida política nacional e o seu papel imprescindível para um novo governo e uma nova política. Depois, depois cantou-se o fado.

■ DM

Acções de 1700 escudos saem por menos de 200

Petrogal privatizada ao gosto do capital financeiro

A Comissão Central de Trabalhadores quer que seja completamente esclarecido o processo

que, por menos de 9 milhões de contos, entrega a um grupo privado 45 por cento das acções e o controlo da Petrogal

Quando se sabe que a ofensiva contra o sector empresarial do Estado nasceu torta e avança por caminhos muito sinuosos, becos escuros e antros mafiosos, não se pode esperar que, a meio do caminho, haja uma privatização transparente e que não lese os interesses nacionais para bem de qualquer grupo capitalista. Mesmo sem esperar tanto, é com espanto e indignação que tomamos conhecimento do que se passa com a entrega da Petrogal aos privados da Petrocontrol/Finpetro.

Aprovada a Lei das Privatizações, em 1990, o pontapé de saída para a venda da Petrogal foi dado a 20 de Setembro de 1991, com a publicação do decreto-lei 353/91. Depois do concurso público, e conforme o caderno de encargos da privatização, a Petrocontrol foi escolhida para ficar com 51 por cento do capital social, operação a realizar em duas fases:

1ª - em 19 de Junho de 1992, adquire 25 por cento, pagando ao Estado cerca de 8,5 milhões de contos e entrando para a Petrogal com pouco mais de 32 milhões (como aumento do capital social);

2ª - até 19 de Junho de 1995, poderia adquirir mais 26 por cento, a um preço equivalente aos 1700 escudos por acção, praticados três anos antes de acordo com o decreto-lei, acrescidos dos juros dos Fundos de Investimento Público (cerca de 2300 escudos no total); caso não optasse pela aquisição da segunda tranche, o grupo privado seria penalizado em 6 por cento do capital adquirido (ou seja, em cerca de dez milhões de contos).

Quem desdenha quer comprar...

Ainda haverá, certamente, quem se recorde que um dos argumentos que esteve na base da ofensiva privatizadora foi o propalado prejuízo que as empresas públicas e nacionalizadas significariam para o Orçamento do Estado. Logo que começaram as privatizações se viu que o objectivo era aliviar o Estado... mas das empresas mais lucrativas e ao preço mais baixo.

Já há três anos se fizeram ouvir os representantes dos trabalhadores da Petrogal, que afirmam nunca ter havido informações claras sobre os fundamentos e os motivos da privatização. Já nessa altura defendiam que a Petrogal deve manter-se no sector empresarial do Estado, ao serviço do País.

Mas o negócio fez-se, a contento de quem nele estava empenhado e tinha perfeito conhecimento da situação da empresa. Como mais recentemente sucedeu na Portugal Telecom, também na Petrogal houve declarados compradores entre os avaliadores (curiosamente, o mesmo grupo Espírito Santo).

À medida que se aproximava a data de aquisição dos restantes 26 por cento, representantes do grupo privado encetaram manobras de desestabilização e, apesar da evidente recuperação financeira da empresa, foram tecendo nova teia de argumentos, na mira de condições ainda mais favoráveis.

Se destes se pode dizer que cumpriam o seu papel, já do Governo se exigiria que defendesse o interesse público. Neste caso, tal significaria, no mínimo, dar o justo valor à Petrogal e opor a devida resistência às pressões da Petrocontrol.

O favor do fole

Foi outra a opção de Cavaco, Catroga e Mira Amaral: ceder em toda a linha às exigências do grupo privado. É isso que representa o decreto-lei com que o Governo ajusta a primeira fase da privatização da Petrogal e que enviou no final de Maio passado ao Presidente da República, para promulgação.

Quando o projecto chegou a Belém, já o executivo laranja tinha feito publicar uma resolução do Conselho de Ministros, de legalidade duvidosa, prorrogando para 31 de Julho o prazo previsto para que os privados concretizassem a sua opção de compra.

O decreto, além deste prolongamento, oferecia ainda à Petrocontrol aquilo a que alguns chamaram a operação harmónio ou fole:

1 - o capital social da Petrogal é reduzido de 96 para 26 milhões de contos;

2 - ao preço nominal de mil escudos por acção, a Petrocontrol entra com 40 milhões de contos em dinheiro, e o Estado converte em

capital da Petrogal 37,35 milhões de contos de títulos de participação; assim, logo depois da redução, o capital social é aumentado para 103,35 milhões de contos;

3 - esticado o fole, a Petrocontrol passa a deter 45 por cento do capital da Petrogal, ficando o Estado com 55 por cento.

Não foi por acaso que nos jornaes este esquema foi considerado

rar um novo decreto para fazer o favor a este grupo, partindo das premissas que o grupo apresentava e de que sobressaía um agravamento dos prejuízos da Petrogal. Só que, contrapõem os representantes dos trabalhadores, no período decorrido desde a privatização não houve deterioração da situação financeira. A situação crítica que se poderia considerar era já conhecida na primeira

fase da privatização: um fundo de pensões negativo, um investimento importante para ser realizado na refinaria de Sines (na ordem dos cem milhões de contos) e um passivo. Nada disto piorou. De acordo com os resultados líquidos da empresa, houve mesmo uma grande recuperação nos últimos 3 anos, a par de fortes investimentos. Só em Sines a Petrogal investiu recentemente cerca de cem milhões de contos! E é, sem dúvida, uma empresa bem colocada no mercado nacional e internacional (com destaque para Espanha) e com boas perspectivas de futuro.

Do Grupo Parlamentar do PCP tiveram uma resposta positiva, que foi para além da expressão de apoio e solidariedade: o Partido fez várias diligências e acabou por apresentar um pedido de ratificação da legislação sobre o processo privatizador.

O PS foi dos primeiros partidos, com o PCP, a quem os representantes dos trabalhadores da Petrogal comunicaram as suas reservas. Contudo, apesar das insistências junto da direcção e do próprio secretário-geral, não surgiu nenhuma posição oficial,

mas apenas declarações de alguns deputados e dirigentes, a nível individual.

Quando, na passada segunda-feira, estiveram na redacção do «Avante!», Daniel Almeida, Marisa Azevedo, Hugo Basto e Rogério Sousa interpretaram assim a posição da direcção socialista: «Parece-nos claro que o PS estará disposto a fazer o mesmo que o PSD, o que poderá justificar a falta de resposta às nossas cartas ao PS e aos pedidos de audiências com o PR». É que, notaram, há uma «contradição grande» entre as fundadas dúvidas de Mário Soares quanto a todo este processo e a sua decisão de promulgar o novo decreto do Governo.

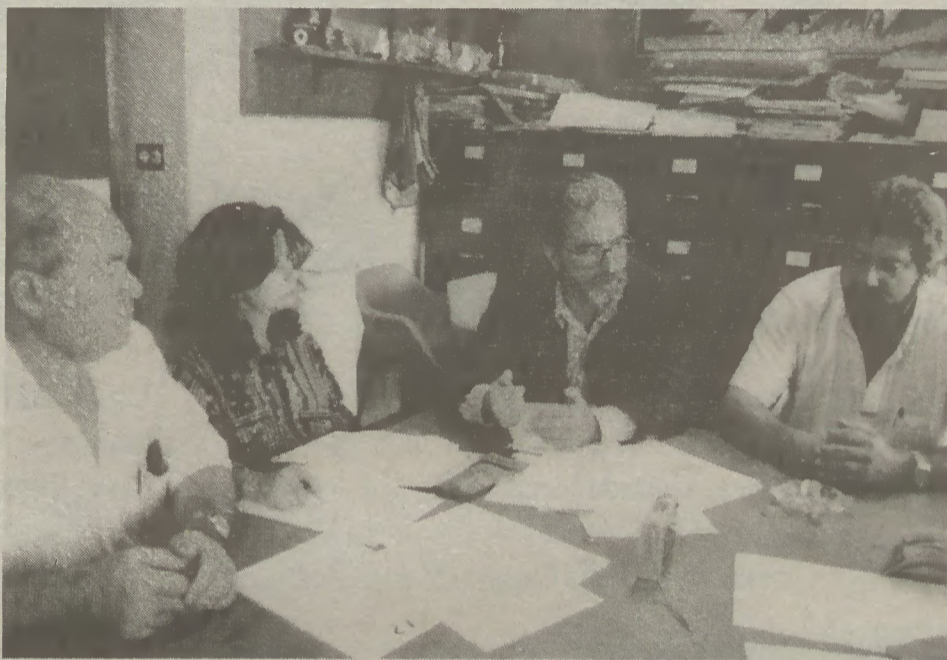
Os membros da CCT da Petrogal reconhecem que «há muita coisa que nós não sabemos» e, por isso, reclamam uma investigação: «Isto

devia ser posto a limpo, e nós temos reclamado isso nas várias instâncias a que nos temos dirigido, desde os grupos parlamentares, ao Supremo Tribunal Administrativo.»

As interrogações que deixam no ar apenas acentuam a urgência da clarificação que exigem: «O que está por trás disto tudo? Como é possível que uma empresa como a Total se tenha metido neste negócio para agora se retirar? Terá como contrapartida a entrega da Petrogal espanhola? A empresa vai cumprir no futuro as suas obrigações para com os reformados e pensionistas, particularmente no que toca às reformas antecipadas? O que mais poderão ainda alterar, depois de tudo o que já vimos?»

E, tendo em conta que os detentores do capital da Petrocontrol/Finpetro não estão, no fundamental, ligados ao petróleo, mas aos negócios financeiros, os representantes dos trabalhadores admitem que, «se isso lhes for mais lucrativo, corremos o risco de um dia destes acordar e não termos a Petrogal que hoje conhecemos, mas uma empresa espartilhada, amputada ou batida por falta de investimentos».

É contra este rumo que os membros da CCT, com os demais trabalhadores da Petrogal, se mostram determinados a continuar a lutar.



Daniel Almeida, Marisa Azevedo, Hugo Basto e Rogério Sousa, da CCT da Petrogal, manifestaram ao «Avante!» a sua indignação e a sua determinação para prosseguir a luta em defesa dos interesses do País, da empresa e dos trabalhadores

como sendo do particular agrado dos accionistas privados. Por um lado, a redução do capital social é muito superior aos prejuízos verificados desde a privatização; depois, o preço das acções após a redução seria de 3700 escudos, e não de mil; por fim, o Estado fica com a maioria do capital mas aceita um contrato de gestão que exige o voto de dois terços dos accionistas para aprovar quaisquer decisões relevantes.

Feitas as contas, o grupo privado pagou ao Estado 8,5 milhões de contos, recebendo em troca 45 por cento do capital, com um valor nominal de mais de 46,5 milhões de contos, o que significa que pagou por cada acção menos de 183 escudos! Quem se recorda ainda do DL 353/91, onde era estipulado o preço de 1700 escudos por acção?

Petrocontrol aliás, Finpetro

Desde 1992, após concurso público internacional, 25 por cento do capital da Petrogal pertence à Petrocontrol. Esta é uma holding, constituída pela petrolífera francesa Total (que detinha pouco mais de um terço do capital privatizado) e pela sociedade gestora de participações Finpetro. Da Finpetro fazem parte os grupos Espírito Santo e Amorim, a Fundação Oriente, António Champalimaud, Quintas e Quintas, José Manuel de Mello, Patrick Monteiro de Barros. Na Finpetro acabou por diluir-se a posição da Petromadeira. Uma participação de 0,85 por cento do capital privado pertence a Manuel Bulhosa.

Na data da promulgação do novo esquema de privatização, a Total vendeu à Finpetro a sua parte na Petrogal, extinguindo-se a Petrocontrol. Depois do negócio do Banco Totta e Açores, Champalimaud passou a ser o maior accionista privado, com uma quota estimada em 20 por cento.

Apoios, silêncios e interrogações

Acompanhando o processo, sobretudo, por aquilo que vinha a lume na comunicação social, a Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal desmultiplicou-se em contactos oficiais, exposições, pedidos de audiência.

No entender da CCT, o Governo, sabendo que a Petrocontrol não iria cumprir o decreto-lei da privatização, começou a prepa-

Cubanos votaram em massa nas eleições municipais

■ Lígia Calapez

Entrevista com German Pujol

Noventa e sete por cento dos cubanos com direito a voto foram às urnas, nestes dois últimos domingos, para eleger os seus 14 229 representantes para as assembleias municipais, a base do poder popular em Cuba. Iniciámos a entrevista com o embaixador de Cuba em Portugal, German Blanco Pujol, com um breve comentário sobre os significado dos resultados destas eleições.

Num total de 7 795 623 eleitores, votaram um pouco mais de sete milhões e quinhentos mil, o que corresponde a uma participação, no acto eleitoral, da ordem dos 97%.

No total da votação, os votos em branco foram 4,3 por cento e os votos nulos - que não poderemos entretanto equiparar - sete por cento. Há comentadores que dizem que esta é a única forma de as pessoas exprimirem o seu desacordo com os candidatos ou com o governo, com a orientação política do país. Mesmo partindo deste princípio, teremos de concluir que a maioria da população apoia a orientação seguida no país.

Em Cuba o voto não é obrigatório. É verdade que há toda uma propaganda oficial no sentido do apelo ao voto, por parte dos sindicatos, do movimento das mulheres, dos pioneiros, das organizações camponesas, dos Comités de Defesa da Revolução (CDR). Mas o voto é voluntário. Ninguém é obrigado a votar.

O mais significativo no processo eleitoral cubano é o seu carácter democrático, participativo.

As listas de candidatos não são elaboradas por nenhum partido. A lei eleitoral é clara. É proibida a elaboração de listas de candidatos pelo partido, tal como está interdita a realização de campanhas eleitorais com carácter partidário, o discurso de promessas eleitorais. As candidaturas partem da base, dos municípios. Antes do início do período eleitoral fazem-se reuniões de vizinhos. E é nestas reuniões que são elaboradas as listas de candidatos.

E nas reuniões de vizinhos não são apresentadas propostas, nomeadamente por parte de associações, de estruturas organizadas?

Não. São os vizinhos que fazem as suas propostas, de forma livre e directa. A condição é que a pessoa proposta esteja presente e naturalmente aceite vir a ser candidato. Porque a verdade é que pode estar sobrecarregada, por razões familiares ou de trabalho, e não ter assim condições para aceitar tal cargo. Ou simplesmente porque não está disposto, pois há que ter em conta a vontade de cada um. O proponente explica então as suas razões.

Há mais do que uma proposta nestas assembleias de vizinhos?

Tem de haver mais de uma proposta. Nas circunscrições de dois ou três mil habitantes pode haver até sete propostas. Mais não, porque poderia entrar-se num processo sem fim. Mas também nunca um único. Deverá sempre haver pelo menos duas propostas.

Com base nas propostas feitas, o presidente da mesa (igualmente designado pela assembleia de vizinhos) reúne com os candidatos para elaborar as suas biografias. Essas biografias serão afixadas em zonas particularmente frequentadas dos bairros. As listas eleitorais contêm os nomes das pessoas assim escolhidas. E através do voto secreto serão depois escolhidos os nomes das pessoas que irão fazer parte da assembleia municipal do poder popular.

Para ser eleito, um candidato tem que ter cinquenta por cento dos votos, mais um. Caso contrário será necessária uma segunda volta. Nestas eleições, foi o caso de 326 circunscrições.

Assim, na primeira volta houve um total de 13 903 eleitos, passando à segunda a eleição de 14 229 representantes locais.

Como se iniciou este processo? Qual é a história das eleições em Cuba?

Em 1977 começámos a fazer uma experiência desta forma de poder popular numa província do país, com o objectivo de iniciar um processo de democratização, de maior participação popular no governo do país.

No início deste processo - entre 1977 e 1990 - as assembleias municipais eram eleitas por voto directo, enquanto as assembleias pro-

vinciais e nacionais, resultavam do voto das assembleias municipais. Uma eleição indirecta, portanto.

As últimas eleições, em 1993, já foram eleições directas.

A Assembleia nacional é eleita por períodos de cinco anos, enquanto as municipais são de dois e meio em dois e meio.



No total da votação, os votos em branco foram 4,3 por cento e os votos nulos - que não poderemos entretanto equiparar - sete por cento. Há comentadores que dizem que esta é a única forma de as pessoas exprimirem o seu desacordo com os candidatos ou com o governo, com a orientação política do país. Mesmo partindo deste princípio, teremos de concluir que a maioria da população apoia a orientação seguida no país.

Há ainda que considerar, de par da participação nas eleições e na escolha dos candidatos, a prestação de contas como uma prática regular. O calendário de prestação de contas prevê assembleias de vizinhos com uma periodicidade trimestral. Aí se discute o que foi bem ou mal feito. E o que há a fazer. Se mais de 30 por cento dos eleitores nestas assembleias consideram que um delegado não está a fazer um bom trabalho, este poderá ser afastado.

Os delegados nas assembleias têm um trabalho muito duro. Têm que dispor de tempo para semanalmente receberem as pessoas, fora das horas de trabalho. Só em casos especiais - se há que resolver um problema que exige mais tempo e deslocações - é que há dispensa de horas de trabalho. Doutra forma, aliás, não seria possível resolver alguns problemas.

As pessoas eleitas não têm quaisquer benefícios. Têm é muito trabalho e mais responsabilidades.

Estas eleições ocorrerem num momento em que se vive em Cuba uma situação económica muito difícil. Que evolução se tem registado neste domínio?

Antes do mais queria salientar o facto de 97% das pessoas irem votar num momento económico tão difícil, resultante da queda do campo socialista e do agravamento do bloqueio por parte dos Estados Unidos.

O bloqueio sofreu agora novo agravamento com a aprovação da lei Helms-Burton. O que na prática levou a uma ainda maior adesão do povo cubano com o regime revolucionário.

Pretender-se-ia com esta lei que o levantamento do bloqueio ficasse dependente de uma devolução de bens aos seus antigos proprietários... De notar que tanto a lei cubana das nacionalizações como a da reforma agrária previam pagamento de indemnizações. Que só não foram pagas a quem fugiu para os Estados Unidos (contrariamente a outros países) por recusa do diálogo. A verdade é que, mesmo em termos de direito internacional, as nacionalizações, no interesse dos Estados, são consideradas legítimas.

Entretanto a situação é de facto muito difícil - encaramo-la como um período de excepção, ainda que em tempo de paz.

Em 1969 Cuba tinha uma capacidade de compra - ao nível de comércio externo - da ordem dos 8.200 milhões. Em 1993, esta capacidade estava reduzida a 1.700 milhões. Deixou de haver os créditos e as condições comerciais vantajosas dos países socialistas.

Apesar de tudo isto, a população cubana acorreu em massa às urnas. Uma atitude que demonstra, antes do mais, a sua confiança no governo. E o reconhecimento de que a política que temos vindo a seguir - portanto no quadro do sistema - é a única forma de sairmos, passo a passo, da actual situação.

Há quem diga que há uma imposição e que os CDR na prática obrigam as pessoas a votar. Os CDR são assim apresentados como um bando de gorilas. Mas a verdade é que a maioria dos cubanos - mais de sete milhões - são membros dos CDR. Tratar-se-ia então de uma autocompulsão...

A maioria do povo cubano está organizado - nos sindicatos, na organização de mulheres, nas organizações camponesas. A pertença a estas organizações é voluntária e não há, por exemplo, descontos automáticos nos salários para os sindicatos. São os trabalhadores que pagam voluntariamente as suas quotizações.

Existem também em Cuba cerca de cinco dezenas de organizações não governamentais (ONG).

Que medidas económicas foram, entretanto, tomadas para tentar ultrapassar a actual situação?

Muitas e muito profundas.

Dizem que nos limitámos a tomar medidas muito superficiais. Mas, então, eu pergunto se mudar a forma de propriedade, no que respeita à posse da terra, que actualmente está, em 80%, nas mãos dos pequenos agricultores, é uma medida superficial.

A nossa política de desenvolvimento em relação ao campo baseava-se em grandes empresas estatais, na mecanização, na utilização de fertilizantes, de herbicidas, pesticidas. Mas agora não temos nenhum destes produtos, que anteriormente nos vinham do campo socialista.

A solução foi entregar a terra aos pequenos produtores, que a sabem utilizar e trabalhar de forma mais tradicional.

Mas não é apenas em relação à posse da terra que se avançou para grandes transformações.

Fomos para o autofinanciamento das empresas, para a criação de empresas mistas. Foi eliminado o monopólio do comércio externo - hoje qualquer empresa pode negociar directamente com países e empresas estrangeiras. Há vários bancos em Cuba, e não apenas a banca nacional. Liberalizou-se ainda a posse de divisas estrangeiras, medida particularmente importante no que respeita ao turismo, responsável por 30% das divisas que entram no país.

Para além do turismo, a nossa aposta é na indústria farmacêutica e na alimentar.

No segundo semestre de 1994 as medidas tomadas começaram a dar alguns frutos. Mas no açúcar - que continua a ser a base da nossa economia - mantém-se o défice. E em geral a situação é ainda muito difícil e há pessoas que desesperam.

Estas medidas tiveram, naturalmente, consequências sociais.

Claro que todas estas medidas geraram algumas desigualdades sociais. Mas a nossa opção é continuar a reforçar áreas como a saúde e a educação. Com resultados positivos.

Por exemplo, no nosso país a mortalidade infantil, no primeiro ano de idade, é de nove por mil. Uma média que está ao nível da dos países desenvolvidos. Em Washington, a média é de 17 por mil. Em países subdesenvolvidos, anda-se frequentemente pelos 60 por mil. E no Haiti são mais de cem crianças, em cada mil, que morrem no primeiro ano de vida.

Não temos crianças com fome, ou descalças pelas ruas a pedir esmola. Não há um professor sem trabalho. Nenhum hospital ou zona hospitalar deixou de funcionar. Pelo contrário. Foram criadas novas instalações hospitalares onde estas eram insuficientes.

Com que países mantém Cuba relações económicas normais?

Com a maioria dos países do mundo. Antes do mais com o Canadá e os países latino-americanos, com destaque para o México (40% do nosso comércio externo é com estes países), e com Espanha, Itália, França, Alemanha, China, Austrália. E mesmo com os ex-países socialistas.

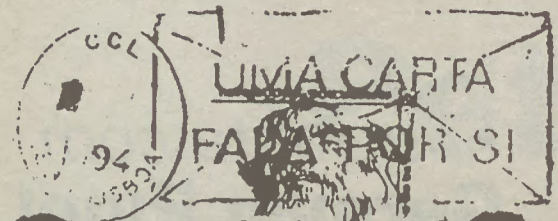
Com o início da revolução e o bloqueio que nos foi imposto, perdemos as relações económicas normais de um dia para o outro. Desenvolveu-se então todo um processo de relações com o campo socialista. E uma vez mais tudo isto foi destruído.

É uma lição que aprendemos. A centralização das relações económicas é uma pedra em que não voltaremos a tropeçar. Hoje apostamos antes na sua diversificação.

O governo cubano tem vindo a realizar contactos com cubanos residentes nos Estados Unidos. Que resultados há a assinalar desses contactos?

Quando se iniciou o processo revolucionário, muitas pessoas imigraram para os Estados Unidos. O que nos parece natural. Posteriormente, nas condições de bloqueio - e não apenas económicas, pois houve mesmo tentativas de invasão, organização de bandos contra-revolucionários - as condições tornaram-se particularmente difíceis. E houve muita gente - como aliás acontece em todos os países do Sul - que foi para os Estados Unidos, em busca de melhores condições de vida.

É precisamente a estas pessoas - que na verdade sentem igualmente os problemas de Cuba como seus - que é dirigido o diálogo. Note-se que elas são também atingidas pela política dos Estados Unidos que, por exemplo, impede que mandem dinheiro para Cuba e assim possam ajudar os seus familiares.



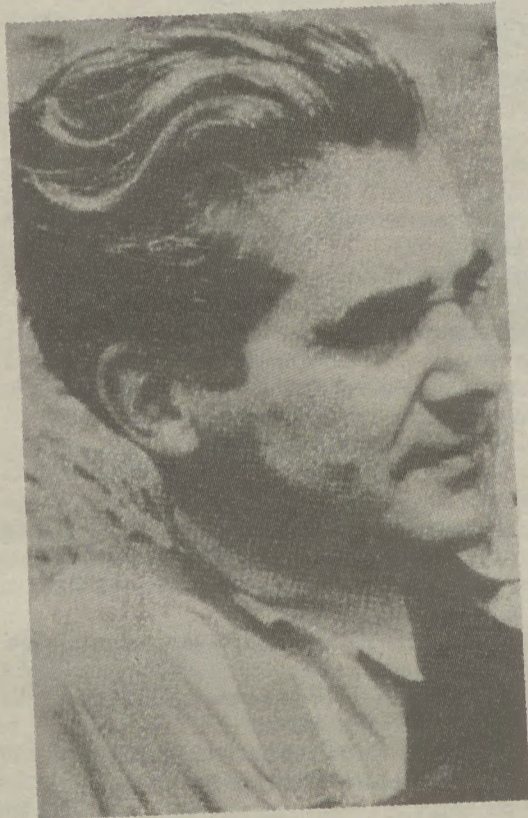
O LEITOR

Bento de Jesus Caraça

Tenho o propósito de escrever em breve um artigo acerca de um grupo de intelectuais comunistas existente em Lisboa nos finais de 1931, destinando-se em princípio à publicação na revista *Vértice*, conforme compromisso já tomado. Assentando, no essencial, em vários documentos a que há pouco tempo tive ocasionalmente acesso no decurso das pesquisas que tenho vindo a fazer para um livro que estou a escrever sobre a história remota do PCP em Coimbra, está ainda dependente da recolha de alguns elementos complementares e das exigências de periodicidade e planificação daquela revista.

Mas ocorreram entretanto factos que me fizeram ponderar a utilidade e a oportunidade de desde já anunciar aquele intento.

Com efeito, no «Avante!» de 22/6/95 e num programa televisivo em 27/6/95, o nosso camarada Álvaro Cunhal testemunhou de forma inequívoca os seus contactos com



Bento de Jesus Caraça na década de trinta, então não declaradamente partidário mas no pressuposto de que também o segundo era comunista, e, já nos anos quarenta, numa ligação regular em que ambos assumiam as suas explícitas e reais qualidades de militantes do PCP.

Apesar deste conhecimento pessoal e directo dessa qualidade de Bento de Jesus Caraça, houve quem no dito programa televisivo tentasse apagá-la ou ousasse reduzi-la à de mero... «compagnon de route» do Partido.

São frutos de uma época em que a adulteração da História está na moda para alguns, não faltando nomeadamente quem procure ocultar, ou pelo menos diluir, o papel dos comunistas enquanto tal na luta pela Democracia e pela Cultura, embora não negando nem podendo negar o seu mérito pessoal.

Pois bem, estou em condições de assegurar que, pelo menos em fins de 1931, Bento de Jesus Caraça era membro activo e assíduo de um núcleo de intelectuais organizado dentro da estrutura partidária.

Possuo fotocópias daqueles documentos, cujos originais se encontravam num arquivo público, não deixam dúvida séria acerca do que afirmo e reforçam a verosimilhança do próprio «pressuposto» de que Álvaro Cunhal falou, independentemente até da posterior ligação orgânica directa que teve com Caraça.

Reservando-me a sua identificação concreta e a pormenorizada descrição do seu conteúdo para o artigo que vou elaborar, parece-me todavia adequado divulgar a imediata notícia do que deixo dito.

E, claro, fica ao teu critério dar-lhe a publicidade que entendas merecer, inclusive pela transcrição desta carta nas colunas do jornal que diriges.

■ Alberto Vilaça



Na luta pela igualdade

■ Fátima Messias

«Nada pode ser mais absurdo do que a prática que prevalece no nosso país de os homens e as mulheres não prosseguirem os mesmos fins com toda a sua energia e com o mesmo espírito; assim o Estado, em vez de ser um todo, fica reduzido a metade.»

(Platão, séc. 4 a C)

Promovida pelo grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia do Parlamento Europeu, que inclui os representantes do PCP no P.E, realizou-se na semana passada, nos dias 6 e 7 de Julho, em Bruxelas, uma reunião preparatória da 4ª Conferência Mundial sobre a situação da Mulher que se vai realizar em Pequim.

Para além da representação portuguesa, através de uma camarada da Comissão Junto do CC para os Problemas e a Luta das Mulheres, estiveram presentes delegações da Bélgica, Espanha, Alemanha, Suécia, Grécia, Finlândia, bem como do Lobby Europeu de Mulheres e do Comité Económico e Social da CE.

No decorrer dos trabalhos e ao longo dos interessantes debates, foi possível constatar, apesar das diferentes culturas e graus de desenvolvimento, linhas comuns no que diz respeito às realidades com que as mulheres se confrontam, a nível europeu: as questões do emprego e desemprego, do trabalho não remunerado, da dificuldade de acesso aos postos de decisão, as situações de violência, as penalizações da maternidade, para além da ofensiva que se faz sentir para o retrocesso social e político acompanhada pela ofensiva de retrocesso das mentalidades.

Foi constatado, em graus diferentes, que o crescimento das desigualdades e injustiças sociais e o desenvolvimento e alargamento de novas áreas de pobreza e situações de violência são problemas vivos dos dias de hoje e que afectam, directa ou indirectamente, as mulheres.

E que a luta contra este estado de coisas, a luta pela igualdade, passa necessariamente pela transformação profunda da actual sociedade e dos seus valores retrógrados, através de outra política e de medidas concretas.

O camarada Sérgio Ribeiro fez questão de realçar que «a luta das mulheres é uma luta de todos» e que a raiz da discriminação está em todo o lado; está no aproveitamento que é feito das diferenças entre homens e mulheres, numa base socio-económica, como alguns exemplos concretos demonstraram. Considerou ainda ser um esforço prioritário colocar as mulheres nos lugares de decisão.

A camarada presente, em representação da Organização das Mulheres Comunistas, realçou fundamentalmente as questões do emprego/desemprego das mulheres, as situações de discriminação no trabalho e a diversos níveis da sociedade, traduzindo-se nalguns exemplos concretos resultantes da política governamental, nomeadamente o aumento da idade de reforma das mulheres, no crescimento do desemprego feminino, na apologia de ideias retrógradas acerca do «retorno da mulher ao lar», no trabalho parcial, na cláusula de excepção para o trabalho nocturno das grávidas na recente alteração da Lei da Maternidade/Paternidade, entre outras, e nas propostas e medidas para alterar estas situações por parte do PCP, dos homens e das mulheres comunistas, a diversos níveis de intervenção, exigindo o respeito e a salvaguarda da Constituição e da legislação portuguesa que encerram em si um caminho de progresso e de democracia participada e participativa.

Realçando este ou aquele aspecto mais significativo em cada país, as perspectivas das representantes dos diversos partidos comunistas e correntes de esquerda unitária, a nível europeu, foram concretizadas no documento final de Conclusões.

Nele se reafirma o princípio da universalidade dos direitos humanos, entre os quais se integram os direitos das mulheres em particular e se considera que a falta de participação das mulheres nas instituições constitui um défice democrático sendo indispensável a luta pela igualdade de oportunidades, a qual deve integrar as políticas de desenvolvimento a todos os níveis e a todos os domínios.

Foi também constatada as regressões e as lacunas em pontos fundamentais no projecto de Plataforma final da Conferência.

Neste documento de Conclusões, sendo também um documento reivindicativo, foi considerado exigir à União Europeia e aos Estados membros medidas concretas e eficazes visando a aplicação da legislação existente sobre o direito à igualdade entre as mulheres e homens e a adopção de directivas referentes à igualdade de salário para trabalho de valor igual, à inversão do ónus da prova e à conciliação da vida familiar com a vida profissional.

Para além da exigência da promoção da igualdade para as mulheres na educação e na formação profissional; da luta contra a feminização da pobreza e da exigência por parte da UE da adopção do Quarto Programa de Acção contra a Pobreza, bem como de medidas concretas por parte dos Estados membros para lutar contra a violência e a exploração sexual e o tráfico de mulheres.

Foi ainda exigido o respeito pelo princípio da livre escolha da maternidade e o direito à interrupção voluntária da gravidez, bem como a necessidade, de lutar contra todas as formas de integralismo e de totalitarismo e contra a utilização das religiões para fins discriminatórios.

Decidido ainda exigir da UE o respeito pelos direitos fundamentais das mulheres como parte integrante dos Direitos Humanos; a necessidade de estimular as mulheres para o acesso aos postos de decisão a todos os níveis políticos, económicos e sociais; insistir na necessidade do ensino da igualdade, bem como solicitar a todos os governos a promoção de campanhas de sensibilização sobre as questões da igualdade junto dos professores e dos pais e de campanhas de informação sobre os direitos das mulheres, para além da instituição de um código de conduta visando a preservação da dignidade da mulher na publicidade.

Por último, foi aprovada uma recomendação junto dos Estados membros da UE no sentido de ser criado um organismo fiscalizador do cumprimento das medidas apresentadas.

No final é justo realçar o importante papel dos representantes do PCP no PE, quer na organização desta representativa reunião, quer na concretização do trabalho a realizar até Pequim em termos de coordenação dos contactos e interligação das representantes europeias que participaram nesta reunião.

Timor-Leste na ONU e a confissão de Kissinger

■ Miguel Urbano Rodrigues

Uma atmosfera diferente da habitual envolveu este ano no Comité dos 24 (o famoso **Special Committee**) da ONU a sessão dedicada a Timor Leste para audição dos petiçãoários.

No dia 11 p.p., quando o presidente, da Serra Leoa, deu a palavra ao primeiro orador, já se sabia que horas depois Henry Kissinger seria interpelado sobre a invasão de Timor Leste no acto de lançamento de um livro seu, no Central Park.

O ex-secretário de Estado foi apanhado de surpresa. Inicialmente, Allan Nairn – o jornalista americano sobrevivente do massacre de Santa Cruz – repetiu a pergunta que Mário Creso, da RTP, dirigiu recentemente ao ex-presidente Gerald Ford. Na primeira resposta, Kissinger quase imitou Ford. Apenas mentiu um pouco menos. Afirmou que somente no aeroporto, antes de deixarem Jacarta, haviam sido informados de que a Indonésia iria invadir Timor-Leste.

Depois foi difícil reagir à estocada. Nairn tinha no bolso a acta de uma reunião de Suharto com Ford e Kissinger na qual os três haviam discutido, não à partida mas no início da visita, o plano de invasão indonésio.

O ex-secretário de Estado descontrolou-se. Bateu na mesa, gritou. Perdeu a serenidade na tentativa de encontrar uma explicação para salvar a face. Finalmente, acabou por admitir a evidência, embora minimizando o significado da invasão, tal como a viu na época (até citou Goa).

Mas a **confissão** da cumplicidade emergiu com clareza. Inteligente, Kissinger esforçou-se por compensar o estudado distanciamento da agressão indonésia do ano 75 com uma clara demarcação da política desenvolvida por Jacarta no Território. Afirmou lamentar muito tudo o que se passou após a ocupação.

Foi aziago aquele dia, no Central Park, para Kissinger.

Um rio de solidariedade

Este ano a Indonésia não tentou impugnar a sessão sobre Timor no Comité com o ridículo argumento de que a integração

do território se processou em paz, de acordo com a Carta da ONU... Mas apareceram como petiçãoários dois porta-vozes de Jacarta: José Martins III e Domingos Soares. O segundo foi presidente da Câmara Municipal de Dili e desempenha actualmente um cargo importante na Administração do Território. O discurso pró-indonésio foi, porém, mal recebido e encontrou pronta resposta. Mari Alkatiri, secretário das Relações Internacionais da Fretilin, desmontou e ridicularizou a lengalenga da praxe sobre as benesses da anexação.

Um dos depoimentos mais significantes da sessão – que se prolongou por três dias – veio do enfermeiro australiano Simon de Faux. É um libelo demolidor contra a barbárie indonésia em Timor. Preso pela polícia em diferentes ocasiões, Faux foi categórico: não conheceu em Timor Leste uma só família que não tenha sido vítima da violência e do arbítrio indonésios.

O número de petiçãoários quase atingiu as três dezenas. Homens e mulheres vindos do Japão, da Austrália, da Europa, da América Latina, da África – a maioria ligada à defesa dos direitos humanos – confirmaram que o movimento de solidariedade ao povo maubere assume proporções ecuménicas.

A presença norte-americana foi muito notada. Sobretudo porque alguns petiçãoários não hesitaram em criticar frontalmente a política da Administração Clinton e as fragilidades do Congresso na hesitante condenação da política de Jacarta. Charles Scheiner chamou a atenção para o facto de o *lobby* indonésio já contar no Congresso com um «advogado» da política timorense de Suharto.

A posição do governo português foi mais uma vez sustentada pelo dr. Rui Quartim Santos, o diplomata que no Ministério dos Negócios Estrangeiros melhor conhece a questão de Timor-Leste. A sua exposição, inteligente, bem redigida e minuciosa quanto aos factos, evita, contudo, aspectos fundamentais da problemática em causa. Não entra, obviamente, na apreciação da estratégia timorense do Governo Cavaco e abstém-se de qualquer crítica à relação de cumplicidade existente entre Washington e Jacarta.

Os deputados Luís Geraldês, do PSD, Luís Amado, do PS, e Manuel Queiró, do CDS-PP, intervieram como petiçãoários, em nome dos respectivos partidos.

Desabafo esclarecedor

A Conferência Interparlamentar de Lisboa foi, naturalmente, muito citada e comentada em múltiplas intervenções. Um petiçãoário, do Canadá, leu na íntegra os nove pontos iniciais da Declaração de Lisboa.

Em encontros com personalidades muito diferentes tive a oportunidade de registar o interesse que a Conferência suscitou em meios ligados à questão de Timor-Leste. Com poucas excepções, quase todos esses interlocutores – incluindo funcionários das Nações Unidas, diplomatas, juristas e jornalistas – consideraram frouxa, tímida e sem imaginação a atitude do governo português na sustentação da causa do povo maubere.

De um intelectual norte-americano, dirigente de uma prestigiada ONG, ouvi sobre o tema uma opinião que anotei, por ser expressiva dessa tendência crítica:

«A política oficial portuguesa não ajuda o nosso combate. É tímida e insuficiente. E não apenas no diálogo com os indonésios. O governo de Lisboa não mostra compreender que nos EUA, a Casa Branca e o Congresso somente respeitam quem não teme criticar os erros americanos. Vou dar-lhe um exemplo: no Departamento de Estado apenas começou a notar-se uma cautelosa mudança na política timorense depois de o jornalista Mário Creso, o correspondente da televisão portuguesa, ter com muita firmeza, em sucessivas conferências de imprensa, insistido em perguntas que envolviam críticas directas à política oficial dos EUA sobre Timor-Leste, incluindo o reconhecimento *de facto* da anexação. Primeiro ficaram irritados no Departamento de Estado. Depois reflectiram sobre a essência das críticas. Tire o senhor as conclusões deste episódio...»

A transcrição do desabafo dispensa comentários.

Representante do PCP responsabiliza os EUA

Publicamos a seguir extractos da intervenção que, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, o deputado Miguel Urbano Rodrigues pronunciou perante o Comité dos 24, nas Nações Unidas, no dia 12 de Julho p.p.:

(...) «O general Suharto tem utilizado o enorme potencial económico e a importância estratégica do seu país para criar uma rede de cumplicidades. Os EUA e a Austrália – dois exemplos expressivos – reconheceram como facto consumado a anexação ilegítima de Timor Leste.

Os generais que representam em Dili o poder da potência ocupante continuam – apesar de tudo o que o ministro Ali Alatas tem dito sobre a necessidade da criação de «medidas de confiança» – a proceder como se Timor Oriental fosse uma colónia rebelde.

(...) As relações privilegiadas que os EUA mantêm com o governo da Indonésia são um factor muito negativo. A política amistosa de Washington fortalece a intransigência do general Suharto. A cumplicidade dos EUA na invasão é conhecida e foi denunciada muitas vezes. Ontem mesmo, a poucos quarteirões deste edifício das Nações Unidas, no Central Park, o ex-secretário de Estado dos EUA,

Henry Kissinger, em resposta a uma pergunta do jornalista Allan Nairn, foi forçado a reconhecer – desmentindo afirmações recentes de Gerald Ford – que tanto ele como o ex-Presidente tiveram conhecimento antecipado da invasão de Timor quando se encontravam em Jacarta em visita oficial em Dezembro de 1975.

(...) O último Relatório do Departamento de Estado sobre a situação dos Direitos do Homem no Mundo oferece-nos no capítulo dedicado à Indonésia um quadro de autêntico pesadelo. Está tudo no texto. O documento reconhece que em Timor Leste a tortura é coisa de rotina assim como outras punições «cruéis e desumanas», bem como as prisões arbitrárias. Não obstante, o Presidente Clinton adopta perante a questão de Timor uma atitude ambígua, para não dizer farsaica. Em Bogor, onde as suas demonstrações de simpatia para com o general Suharto foram chocantes, não foi além de generalidades no tocante a Timor. A política timorense americana está marcada por contradições que traduzem as cumplicidades que ligam Washington a Jacarta, como bem sublinhou ontem, aqui, Charles Shei-

ner, do East Timor Action Network, dos EUA.

(...) O Tribunal Internacional de Justiça declarou-se há dias não competente para apreciar a queixa de Portugal contra a Austrália, resultante da assinatura do Tratado de Timor Gap sobre a exploração do petróleo timorense. Essa recusa de julgar não surpreendeu porque a Indonésia não reconhece a jurisdição do Tribunal de Haia. Contudo, a posição timorense saiu reforçada por que a mais alta corte internacional de Justiça sublinhou que o Território vive numa «situação de intervenção», ou seja ilegítima. O Direito da nação maubere à autodeterminação acaba assim de ser reconhecido pelo Tribunal Internacional de Justiça. Estamos, portanto, diante de um acto de enorme significação moral, política e jurídica.

(...) Um acontecimento muito importante chamou recentemente com intensidade a atenção da opinião mundial para os sofrimentos do povo de Timor Leste: a Conferência Interparlamentar que se realizou em Lisboa, de 31 de Maio a 2 de Junho, por iniciativa da Assembleia da República de Portugal. Parlamentares de mais de 30 países e personalidades eminentes de todos os Continentes anunciaram nela a sua disposição para prosseguir com a solidariedade ao povo maubere

e ampliá-la. Na **Declaração de Lisboa**, aprovada por unanimidade, encontra-se um programa de acção. Permite-me citar aqui, perante o Comité, quatro das exigências apresentadas:

- Medidas capazes de tornar eficaz o embargo à venda de armas à Indonésia, condenada pelo Parlamento Europeu;
- A libertação imediata de Xanana Gusmão e de todos os prisioneiros políticos timorenses encarcerados em Timor Leste e na Indonésia;
- A participação de Xanana Gusmão e de representantes da Resistência nas negociações conduzidas pelo secretário-geral da ONU;
- O respeito pela Indonésia das Resoluções da ONU sobre Timor Leste.

Espero que o Comité Especial faça o que estiver ao seu alcance para que as reivindicações da Conferência de Lisboa sejam escutadas nas Nações Unidas.

A Conferência de Lisboa exprimiu também um desejo para o qual chamo a atenção do Comité: a proclamação pelas Nações Unidas do 7 de Dezembro – data da invasão indonésia – como Dia Internacional de Timor Leste.

O povo maubere tornou-se, após 20 anos de luta, herói colectivo da humanidade. Resiste e continuará a resistir.»

IIª
Assembleia do sector
intelectual
de Lisboa
do **PCP**

■ Eduardo Chitas

Comunicações
escritas
enviadas
à II Assembleia
do Sector
Intelectual da
DORL
(selecção da
responsabilidade
da Redacção do
«Avante!»)

1. Por «alianças sociais» pode-se entender a conjugação de interesses e propósitos concretos entre classes, camadas e sectores da sociedade, numa grande diversidade de situações decorrentes das lutas sociais e, em particular, das lutas de classes. Tratando-se de alianças sociais básicas, essa conjugação traduz em geral:

- o carácter estrutural
- a estabilidade no tempo
- a importância estratégica

de um conjunto de formas de entendimento, de cooperação e de acção comum por objectivos comuns, extensíveis a todos ou aos principais campos de actividade das forças sociais em presença. Tratando-se, ao mesmo tempo, de «os intelectuais e as alianças sociais básicas», de há muito o PCP reconhece e integra na sua análise própria, como factores constitutivos mas também condicionantes da proximidade, da convergência ou da unidade de propósitos:

- a diversidade social
- a pluralidade de concepções
- a mobilidade de interesses
- a amplitude de contributos
- o acervo de especificidades

por parte de uma camada social que nós, intelectuais comunistas, conhecemos ou julgamos conhecer particularmente bem.

2. Consinta-se, todavia, a elementar precisão: conhecer bem não é apenas conhecer por existência, por proximidade ou por pertença. Nem apenas por reflexão perspicaz se trate. Conhecer uma camada social heterogénea que cresce e se diferencia, visando com isso uma fundada política de alianças, tem sido e é certamente trabalho de muitos. E resulta de certa prudência, de alguma audácia, da sabedoria e da ciência de muitos, o buscar conhecê-la com suficiente aproximação sob múltiplas focagens conjugadas nas quais essa camada se manifesta socialmente. Destes múltiplos aspectos, são de assinalar, entre outros: a inserção dela, em massa, no pólo dos assalariados, a evolução das gerações que a compõem, a sua distribuição territorial, as formações e especializações profissionais que inclui, a diversidade da sua influência social, as esperanças, desesperanças e interrogações que a afectam, as formas da sua capacidade criadora; e, necessariamente, o estudo do aparelho estatístico (quando existe) que lhe quantifica aproximadamente os movimentos internos e a evolução comparada. É sabido que estas premissas não se encontram já prontas na sociedade. Estão lá, mas por descobrir, fundamentar e construir. Isso requer instrumentos de informação e critérios de análise apropriados, assim como novos avanços no conhecimento da sociedade, e integração de resultados em cada novo exame ou novo ajustamento na «arru-

Os intelectuais e as alianças sociais básicas

mação das forças de classe» (como dizemos no PCP). Por isso, também, na visão de conjunto do estádio de desenvolvimento presente da sociedade portuguesa.

3. Não tem sido difícil observar, quando o PCP traz a lume a **questão da democracia** no Portugal de hoje, que o faz invocando em geral quatro vertentes constitutivas da democracia (interdependentes e inseparáveis), as vertentes

- política
- económica
- social
- cultural.

Que importância pode ter, para os intelectuais, o conteúdo desta formulação? Resumidamente, respondo aqui, pela minha parte, em dois momentos.

a) Vejo nessas quatro dimensões uma totalidade concreta - «uma democracia avançada no limiar do século XXI»* - que dá nome, de resto, ao Programa saído do XIV Congresso do PCP em Dezembro 1992 (e é título do capítulo II do mesmo programa). Parece-me de liminar relevância, neste âmbito, a explícita articulação entre **programa e política de alianças**. Escreve-se logo na Introdução do Programa (depois de se assinalar a amplitude do leque social a que diz objectivamente respeito a democracia avançada):

«Desta realidade e arrumação de forças decorre o sistema de alianças sociais, no qual são alianças básicas a aliança da classe operária com o campesinato (pequenos e médios agricultores) e a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias» (p. 177).

(Nestes limites, sem respostas de conjunto e fundamentadas, correr-se-ia o risco de quase só especular sobre o que significa ser, hoje, objecto e sujeito de uma aliança básica.)

b) Escreve-se ainda, no Programa mas agora na secção 4 do capítulo II:

«No mundo contemporâneo, e também em Portugal, a cultura adquire um peso crescente na vida social. A democracia cultural que o PCP defende é indissociável da democracia nas suas dimensões política, económica e social, que são condições materiais da sua realização. Radicada no movimento da sociedade, componente da vida do povo, a democracia cultural constitui um dos factores de transformação da realidade» (p.193).

Elejo aqui como direcções de trabalho de particular significado, as três seguintes:

- mundo contemporâneo, Portugal, «peso» crescente da cultura
- indissociabilidade das dimensões da democracia
- a democracia cultural, factor de transformação.

Em tais matérias, é certo, o que a uns mais importa pode coincidir ou não com o que mais interessa a outros, comunistas ou não. Esse não é o problema. Sem excluir outras formulações (e sem limitar o problema àquelas direcções de trabalho), vejo-o aproximadamente assim: que força objectiva, que evidencia das coisas e dos processos, que consciência da necessidade, podem, afinal, produzir e sustentar efeitos de mais informada aproximação, de mais livre e esclarecida convergência, de mais decidida unidade?

«Nos nossos dias» (como no tempo de Marx!) «tudo parece prenhe do seu contrário» **

Chega-se a perguntar:

Teria deixado de haver lugar para um vasto, necessário e urgente entendimento para a acção comum, nas coisas nacionais e internacionais do trabalho intelectual em todas as suas formas?

Prevalecerá nos intelectuais portugueses uma generalizada indiferença quanto às componentes concretas da democracia?

Dissipou-se no ar deste tempo a quota-parte de esperança dos trabalhadores intelectuais no seu próprio contributo para a transformação da realidade para melhor?

São, talvez, questões em excesso. Se houvesse que responder afirmativamente a tudo isso, seria a cooperação dos intelectuais comunistas com outros intelectuais a sofrer também a mais severa refutação dos próprios factos.

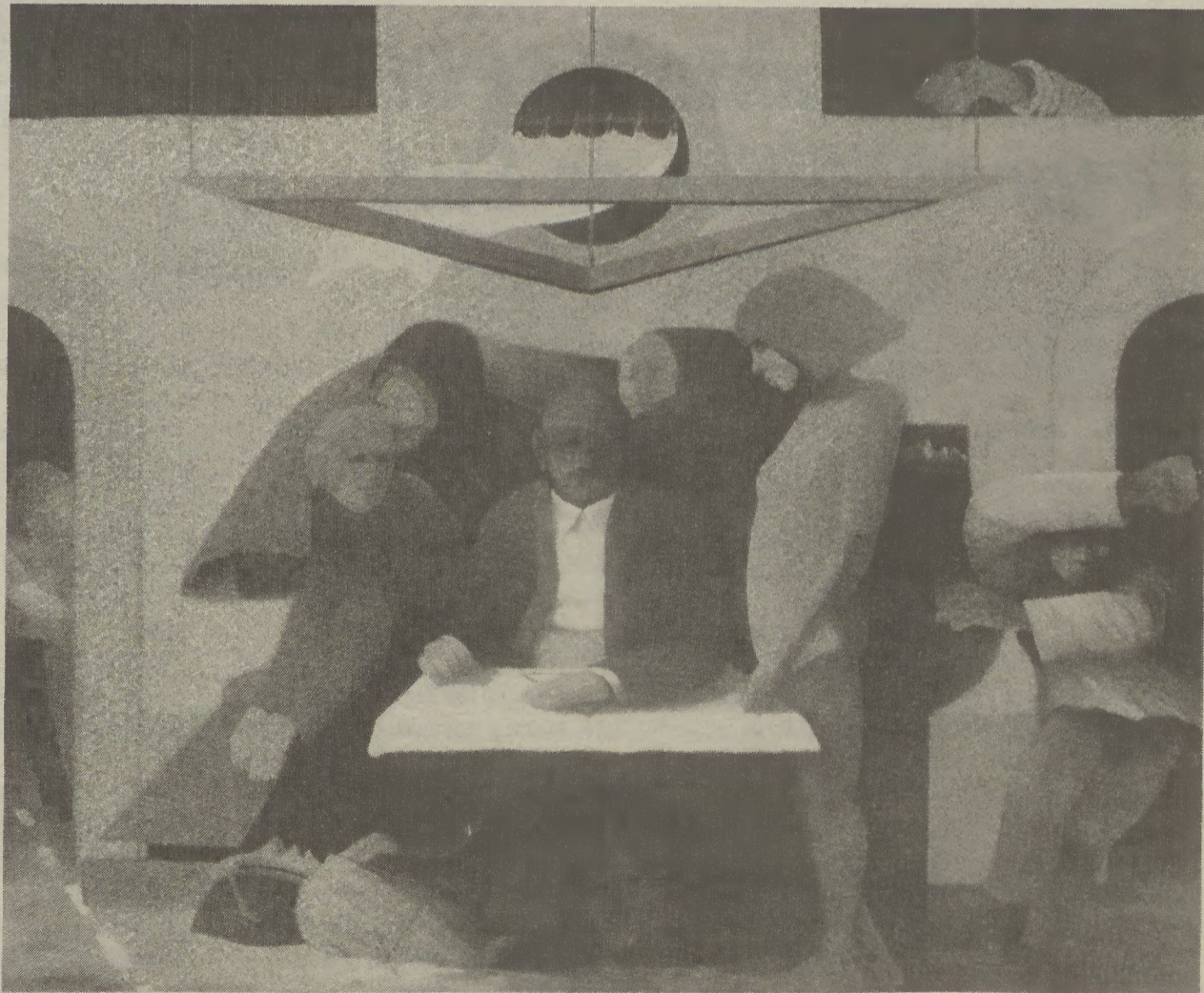
Decididamente, não é disso que se trata. É preciso ver, então, do que se trata. Pelo menos, para nos assegurarmos de que (como no tempo de Marx!) «pela nossa parte, não nos engana a forma do

espírito astucioso que continua a marcar todas estas contradições». ***

* Qualquer que seja, em plano diferente, a minha reserva pessoal quanto à frequente, inconsiderada e gratuita idealização implícita de um «século XXI» imaginário ou, melhor, em si mesmo sem conteúdo, porque socialmente vazio tal como é geralmente apresentado.

** K. Marx, Discurso no aniversário do «The People's Paper», em Marx/Engels, Obras Escolhidas em três tomos, I, Lisboa, «Avante!», 1982, p. 527.

*** Ibid.



Conclusão: enquanto camada social intermédia, os intelectuais são, pois, **objecto e sujeito** de uma aliança básica. Ficam os corolários para outra ocasião. Por ora e antes disso, creio que é de perguntar: que motivações subjectivas, que graus de acolhimento, que formas de acção comum temos verificado e temos considerado mais significativas a este respeito, desde o XIV Congresso? Podemos dizer que de um modo geral se avançou, desde então, no entendimento e na acção comum?

IIa
Assembleia do sector
intelectual
de Lisboa
do
PCP

■ Gisela
de Conceição

Comunicações
escritas enviadas
à II Assembleia
do Sector
Intelectual da
DORL
(selecção da
responsabilidade
da Redacção do
«Avante!»)

A questão da independência dos intelectuais

Algumas
reflexões

1. Em jeito de introdução, formularia uma pergunta: por que razão a questão da independência, enquanto preocupação teoricamente formalizada, se circunscreve aos intelectuais com exclusão de outras camadas sociais?

Esta primeira interrogação desdobra-se: trata-se da expressão da defesa corporativa de privilégios ou, fundamentalmente, do sinal de um problema real colocado pela própria natureza contraditória dos intelectuais enquanto camada social e pelas condições e especificidade do seu trabalho criativo?

E indagaria ainda: se se trata de um problema real, radicado em questões estruturais e em necessidades objectivas, até que ponto é ele atravessado pela persistência de representações míticas que turvam a desejável transparência da sua compreensão?

Uma vez enunciado, deixarei em suspenso este núcleo de questões que não será, aqui, tematizado. A dispersão brevíssima, inconclusa de indicadores alusivos surge determinada por uma dupla exigência prévia: configurar, ainda que sob a estrutura da pergunta, alguns dos marcos que balizam o horizonte concreto da problemática, a partir do qual se constitui o presente texto; atenuar o isolamento que uma perspectiva circunscrita, enquanto procedimento metodológico, inevitavelmente induz.

A questão da independência dos intelectuais reflecte, no plano teórico, um fenómeno complexo longamente tecido, nas suas articulações nodais significativas, pela história e pela ideologia. Enquanto objecto teoricamente identificável, o tema da independência dos intelectuais reproduz e unifica, num quadro de inteligibilidade, posições mais ou menos fragmentárias ancoradas na prática, vividas na prática, modeladas na prática. Quer no registo teórico da prática que é o seu fundamento, a questão envolve constitutivos elementos contraditórios, por vezes traduzidos em códigos heterogéneos, cuja intersecção, quando surpreendida, não é imediatamente portadora de sentido. Um movimento de compreensão global deste preciso objecto de pesquisa exigira o delineamento e a análise crítica das várias dimensões que dialecticamente integra e convocaria uma pluralidade de perspectivas de abordagem.

Não é esse o meu propósito. Este texto apresenta-se como um simples segmento de reflexão que elege um ângulo de incidência restrito sem pretender esgotá-lo. O que não significa nem a instauração de uma qualquer fractura na unidade orgânica, nas suas vertentes prática e teórica, do campo problemático que atravesso, nem a desvalorização de outros legítimos e necessários planos de análise, de outros percursos de sentido. Trata-se apenas de uma determinação metodológica.

O presente escrito propõe-se traçar algumas linhas de esclarecimento sobre o modo como a questão da independência dos intelectuais, na sua exclusiva vertente ideológica e política, tem sido construída enquanto problema teórico. Examinarei assim, no essencial (permitindo-me alguma digressão fragmentada), certos procedimentos formais implicados na génese e constituição de um conteúdo temático que, de forma manifesta ou latente, na sua adopção como na sua rejeição, tem atravessado boa parte das decisões, dos posicionamentos e dos compromissos dos intelectuais dos portugueses.

2. A realidade objectiva insiste em ser contraditória. Para já não falar desse incontornável desconforto que é a sua natureza mutável.

Pensar a realidade concreta é pensá-la nas suas contradições que não se resolvem, nem se dissolvem, pelo facto de as eliminarmos formalmente.

No entanto, determinadas teses que, depois de devidamente amplificadas, conhecem uma circulação feliz constituem-se a partir de mecanismos formais que reduzem o devir contraditório da realidade objectiva a enunciados estáticos, a magros dispositivos de enunciação de elementos abstractos desgarrados da totalidade concreta contraditória a que pertencem.

Assim, pratica-se assinalável entusiasmo: a indicação do distinto; a dissociação do indissociável; a absolutização abstracta de um dos elementos dissociados, com a consequente desvalorização ou eliminação do outro. Em suma: opera-se a dissolução do conceito de relativo, no exacto sentido de que tudo está em relação, elidindo-se, mesmo passo, a questão da instância determinante.

O resultado formalizado destes procedimentos pode parecer inteligível, na medida em que não subverte as regras elementares da lógica formal; pode mesmo parecer obra de argúcias singulares e de genialidades analíticas. A verdade é que não reflecte, antes desfigu-

ra, a lógica concreta das coisas mesmas no seu devir.

A aplicação deste método de análise não é, necessariamente e sempre, fruto de uma determinação subjectiva consciente, mas é, seguramente, o reflexo, no plano do trabalho teórico, de uma posição de classe.

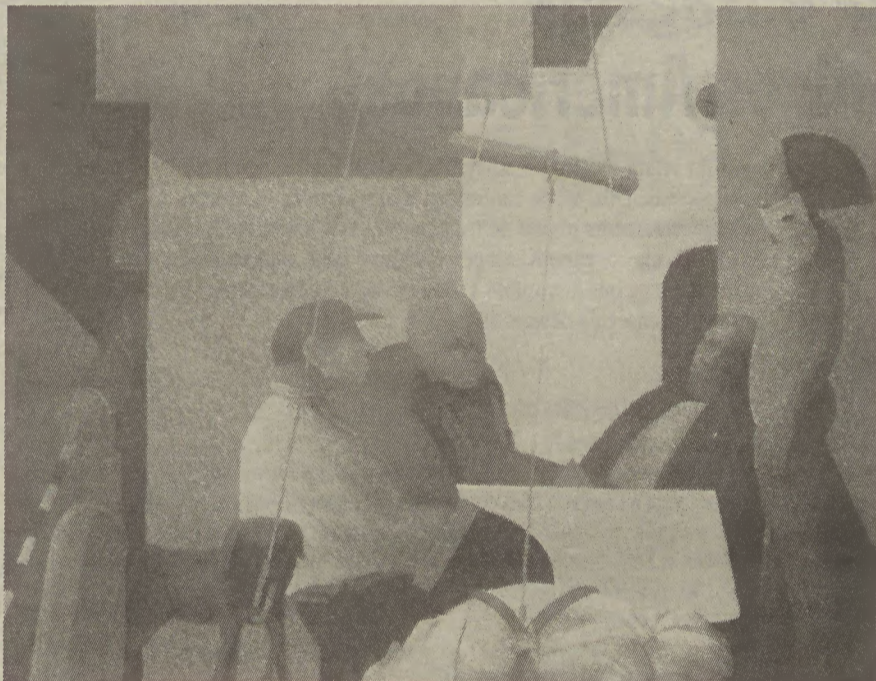
As teses que dele resultam não devem ser subestimadas quanto aos efeitos que produzem. Ao seu nível específico (nomeadamente no que respeita à formação da opinião pública e enquanto conteúdos susceptíveis de se inscreverem, como dados inquestionáveis, na consciência social dos cidadãos), elas agem como factores que interferem ou podem interferir, conjuntamente, no desenvolvimento das contradições objectivas.

«A lógica é simples» - decretava, há algum tempo, o «Expresso» em comentário político subordinado ao título: «O caminho da bipolarização».

Trata-se de uma informação tão surpreendente quanto exemplar dos procedimentos formais que tenho estado a referir.

A lógica é, portanto, simples.

Não aludia o articulista à lógica em geral; o seu juízo diligente



visava a lógica interna dos acontecimentos concretos que o esforço analítico pretendia configurar.

Ficámos a saber: a lógica é simples.

A questão complexa das alianças, por exemplo, decide-se, no «Expresso» e em outros órgãos de comunicação social, por reduções sucessivas, num dispositivo cénico mínimo onde intervêm determinadas personalidades supostamente afins. Por acaso se cuida de analisar as bases sociais de apoio dos respectivos partidos? Não. Por acaso se procede à análise dos partidos em questão enquanto expressões políticas de interesses de classe convergentes ou divergentes? Também não. E quais as afinidades electivas invocadas? Trata-se de afinidades de natureza ideológica? Preferencialmente não - e eis o novo e último patamar da redução do universo concreto que a questão convoca: as personalidades consideradas são, em definitivo, aliados potenciais porque são ambos nados e criados na província, porque gostam ou não gostam de ópera, porque não se movem à vontade em ambientes cosmopolitas, etc... - a ficção poderia, naturalmente, estender-se ao seu gosto eventual pela gravatas às riscas ou à sua hipotética e comum preferência por sapatos confortáveis de biqueira larga.

Assim considerada, a lógica do processo social é realmente simples: uma vez formalmente eliminadas as contradições objectivas pelas sucessivas reduções do real entretanto operadas, trata-se apenas de combinar um + um.

3. Este método analítico (que procurei previamente desmontar e exemplificar) constitui-se, em boa parte, como matriz responsável pela génese e desenvolvimeto da questão teórica da independência dos intelectuais na sua vertente ideológica e política.

A prática política, depois do 25 de Abril, consagrou, num contexto muito preciso, o estatuto de independente, o qual designa os cidadãos que não estão filiados em qualquer organização partidária. Neste quadro, o adjectivo independente investe o cidadão adjectivado de um certo conteúdo informativo, descritivo, mas não valorativo nem portador de normatividade imanente.

O estatuto de independente desempenha uma função designati-

va: indica o lugar que determinado cidadão ocupa em relação às estruturas partidárias. Mas não se esgota em tal função. Porque, ao negar a relação de um cidadão com determinadas redes de dependência (no caso, as organizações partidárias) abre, necessariamente, caminho para o reconhecimento da existência de outras redes de dependência nas quais o referido cidadão se inscreve, em relação às quais se move, a partir das quais ganham sentido a sua identidade pessoal e as decisões que entente tomar, inclusivamente aquela que lhe permitiu adquirir o seu estatuto de independente.

Até aqui não se vislumbra espaço para uma problemática da independência específica do intelectual.

Mas essa problemática emerge. E emerge por acaso. E emerge, em grande parte, porque há razões estruturais e necessidades objectivas (atravessadas ou não elementos elusórios) que se constituem como solo propício à sua configuração.

Vejam como.

A questão teórica da independência dos intelectuais instaura-se, fundamentalmente, pela convergência de três mecanismos formais que providenciam o seu dispositivo nuclear de sustentação: Isto é: a partir de

um suporte reconhecível são produzidas algumas inflexões decisivas que estatuem um sentido, tão magnífico quanto ambíguo, da independência. Passo a inventariar, sumariamente, os procedimentos formais em jogo. Temos assim: em primeiro lugar, a redução do universo criado pelo estatuto do independente, mediante exclusão de todas as outras camadas da população nas mesmas circunstâncias e consequente atribuição (implícita) de um carácter de excepcionalidade à camada social dos intelectuais; em segundo lugar, a inclusão de um suplemento teórico de valorização da situação de independência que o estatuto de independente, so seu registo de indicador descritivo, não contemplá; em terceiro lugar, a dissolução da relação dialéctica complexa independência, dissociando o indissociável, eliminando formalmente as redes de dependência e absolutizando abstractamente um dos termos da relação - a independência - o qual, aglutinado como corpo valorativo à condição do intelectual, lhe fornecia o fundamento de uma «autonomia plena» no seio da sociedade de classes que é a nossa. A ordem da enunciação destes arranjos formais não exclui, naturalmente, a natureza solidária da sua relação.

Este modelo, objectivamente mistificador, tem-se traduzido, na prática, em alguns projectos orientados por um certo intento hegemónico na condução do processo histórico. Nem sempre são imediatamente legíveis: um estatuto dito de «autonomia plena» é bastante permissivo de subtis deslocções no interior do tecido ideológico. Mas partidariamente descomprometidos, tem sabido subtrair-se à sua influência.

4. A linha de análise seguida neste ângulo de abordagem da questão da independência concreta joga-se numa relação dialéctica complexa com as dependências concretas que a realidade objectiva nos vai oferecendo, a independência concreta emerge a desenvolve-se num campo tensional: no campo da rede de dependências que se rejeita e da rede de dependências que se escolhe.

Uma independência que se afirma pela exclusiva nomeação do referencial rejeitado - ou não produz sentido por abstracta ou induz a ideia da natureza inconcessável do referencial escolhido.

A independência é um processo contraditório, não é um estado idealizado, concebido em terra de ninguém, na rigorosa equidistância de todas as redes de dependência.

Nesta perspectiva, não há um ponto de equidistância possível na dinâmica da luta de classes. Não há espaço ideal privilegiado para o criador cultural acima (ou à margem) da dor. Não há varanda privada de onde se mire, com mãos limpas e olhar neutro, a marcha da história.

Penso que o lugar onde se decide o destino e a condição dos intelectuais se inscreve no espaço onde se joga a luta do povo português pela sua libertação. Mas esse espaço acolhe a diferença e exige, cada vez mais, a convergência na diferença. Resta que a diferença se defina, na sua transparência, sem recurso a esquemas objectivamente mistificadores.

Tomar partido não é exclusivamente, nem necessariamente, militar num partido político. Tomar partido pode assumir, e assume, as mais diversas expressões no nosso viver quotidiano. Tomar partido é capaz de requerer, na raiz, que os intelectuais interroguem os contornos da sua independência - na sua realidade e nos seus mitos.

PONTOS CARDEAIS

Sem controlo

A fazer fê numa notícia divulgada pelo 'Expresso' a semana passada, a próxima campanha eleitoral vai andar fora de controlo, já que, ao contrário do que "tem acontecido praticamente em todas as campanhas eleitorais dos últimos anos", desta vez "os agentes do SIS não acompanharão as caravanas partidárias". O caso não se deve a qualquer mudança de orientação na política de vigilância orquestrada pelo PSD com a conivência de outras forças políticas (é bom não esquecer que o PS partilha

largamente a paternidade da dita), mas tão só ao facto de a actual polémica que envolve os serviços do SIS ter levado os seus responsáveis a não destacar "as usuais equipas de vigilantes que seguem de perto as actividades propagandísticas dos diversos partidos", como escreve aquele semanário.

Abstendo-se de comentar - o que não deixa de ser curioso num jornal basto opinativo - o 'Expresso' adianta que a vigilância se traduzia em relatórios sobre "pormenores das actividades de campanha, bem como a identificação de militantes e activistas dos

partidos políticos acompanhados". Portugal vive uma democracia vigiada? Não! Que ideia!!! Se for caso disso, os agentes do SIS até se identificam, enquanto nos pedem um sorriso para o retrato que há-de ilustrar a nossa ficha nos arquivos. Nos tempos da PIDE ninguém se dava a esse trabalho. Uma dúvida momentosa nos assalta: que vai desta campanha sem controlo?

Sem preservativos

Como se não bastassem as malvadezas que os portugueses

podem vir a fazer na campanha eleitoral, Portugal está ainda a braços com outro problema. A campanha de verão "Europa Contra a Sida", que devia ter arrancado no nosso país a 21 de Junho, primeiro, a 1 de Julho, depois, está agora em *stand by*, não sendo previsível o seu arranque antes de Agosto. O motivo é simples: não há preservativos.

"Os nossos utentes pedem-nos preservativos. A Alternativa Positiva não tem preservativos, Já contactámos a ARS (Administração Regional de Saúde) de Lisboa sem sucesso. Ninguém sabe quem tem preservativos e ninguém tem

preservativos..." - queixava-se a Alternativa Positiva, em 22 de Junho, em carta enviada ao subdirector-geral de Saúde, Jorge Torgal, segundo notícia do 'Publico'. Um mês depois, a situação mantém-se. Ao que consta, porque Bruxelas, que começou por prometer 500 mil preservativos, número depois reduzido para 230 mil, ainda não fez chegar ao nosso país "o material da campanha". Enquanto os responsáveis nacionais andam a pedir preservativos emprestados a outras campanhas, já quem receie que a imagem de marca da iniciativa - um preservativo gigante voador - acabe por se tornar no único preservativo disponível.

Sem salário

Cavaco Silva tem ideias curiosas sobre a investigação científica em Portugal. O primeiro-ministro acha, por exemplo, que os investigadores não devem ter subsídios porque isso os pode tornar dependentes, nem sequer salário certo por que isso os desviaria da missão última para que estão talhados, isto é, a investigação. A força das suas convicções é tanta que durante o seu consulado à frente do Governo não se deu ao trabalho de dar o mínimo apoio ao desenvolvimento de projectos científicos, como esta semana recordou o catedrático Luiz Moniz Pereira, ao ser agraciado com o Prémio Boa Esperança. "Fazer investigação em Portugal é um acto heróico", disse o catedrático, nada sintonizado com a política governativa, ao mesmo tempo que sugeria que os projectos passem a ter "uma rubrica de salários para contratar investigadores nacionais" e defendia a autonomia das universidades nessa contratação. Cavaco não se comoveu. Afirmando que a investigação em Portugal está de parabéns, o primeiro-ministro, como quem faz um favor aos investigadores, foi deixando escapar que essa coisa do salário certo é uma maçada, inibora de altos voos da imaginação. Afinal, sempre se disse - e Cavaco concorda - que a pobreza é a mãe de todos os engenhos. Caia-se na asneira de pagar aos investigadores e lá se vai a inteligência nacional por água abaixo.

FRASES da SEMANA

"Uma política económica má não pode permitir uma política social boa."

(Carlos Carvalhas, citado em «Público», 15.07.95)

"Quando se trata de demagogia e de faltar à verdade, não é preciso fazer trabalhos de casa, e o senhor primeiro-ministro tem faltado várias vezes à verdade."

(Carlos Carvalhas - «Público», 14.07.95)

"Considero-me um admirador do prof. Cavaco Silva, que fez uma obra histórica no país, que conseguiu duas maiorias absolutas, que conseguiu as reformas essenciais da economia portuguesa para que pudesse emparceirar com as restantes economias europeias e poder competir com elas."

(Lucas Pires - «Semanário», 15.07.95)

"É uma escolha de completa convicção. (...) Quis mostrar aos eleitores que não estava indeciso."

(Vasco Pulido Valente - «Semanário», 15.07.95)

"Eu própria me interrogo muitas vezes como é que estive equivocada tanto tempo."

(Zita Seabra, citada em «Público», 15.07.95)

"Há realizadores e produtores para os quais o importante é apenas fazer o filme e receber o subsídio do Estado."

(Zita Seabra - «O Independente», 14.07.95)

"Não digo que a reencarnação seja uma crença ridícula."

(Frei Bento Domingues - «Público», 16.07.95)

"Se o PSD perder, os que agora promoveu culpá-lo pela derrota. Se o PSD ganhar, os barões a quem ofereceu os primeiros lugares das listas apresentarão as vitórias como suas e usá-las-ão para aumentar o seu poder e a sua importância."

(José António Saraiwa, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 15.07.95)

"Não discutimos os processos utilizados."

(Silva Correia, Presidente da EDP - «Expresso», 15.07.95)

PONTOS NATURAIS

Comédia e tragédia dos «Amigos Americanos»

I - Narração

J. Rodrigues dos Santos — O antigo secretário de Estado americano Henry Kissinger revelou que os Estados Unidos sabiam de antemão que a Indonésia ia invadir Timor. A revelação não constitui grande surpresa, mas é a primeira vez que um dirigente americano da altura confirma que Washington conhecia tudo. O correspondente da RTP nos Estados Unidos, Mário Crespo, foi ouvir Henry Kissinger.

II - Confissão

Mário Crespo — Estabelecer os contornos exactos da responsabilidade dos Estados Unidos na invasão de Timor-Leste em 75 tem sido um trabalho difícil. Washington considera secreta a maior parte da documentação referente ao período e os funcionários americanos têm sido lacónicos sobre o assunto.

«Henry Kissinger é tido como o responsável pelo encorajamento do regime de Suharto para ocupar Timor-Leste. Ontem à noite, em Nova Iorque, o ex-secretário de Estado foi confrontado de surpresa com o tema que é manifestamente ingrato, numa conferência para promover o seu último livro. O primeiro a questioná-lo foi Constâncio Pinto, dissidente timorense que pediu a Kissinger que falasse do papel dos Estados Unidos durante a invasão. E veio a primeira revelação: Kissinger admitiu, e pela primeira vez, ter sabido da invasão durante uma visita oficial a Djakarta, mas, segundo ele, soube-o mesmo em cima da hora da partida.

III - Nenhuma razão

Kissinger — Para nós, Timor é um pequeno ponto no mapa, no meio de um enorme arquipélago. Metade era português. Nós não tínhamos nenhuma razão especial para dizer que Portugal devia lá ficar. Portanto, quando os indonésios nos informaram, não respondemos sim, nem não. Estávamos já no aeroporto.

IV - A irritação

Mário Crespo — Um outro participante no coló-

qui foi Alain Merle, jornalista americano que sobreviveu ao massacre de Dili. Merle confrontou Kissinger com documentação recentemente obtida de transcrição das conversações em Djakarta, em 75, entre Kissinger, Suharto e Ford, em que declaradamente os três discutiram Timor-Leste. Kissinger irritou-se, mas não conseguiu desmentir.

V - A questão

Kissinger — O senhor não sabe o que está nesses documentos. Os factos foram na essência como eu os descrevi. Timor não era um problema significativo para a política americana. Se Suharto levantou a questão, se Ford disse alguma coisa que pareceu encorajadora, é possível. Não era problema significativo para a política externa americana.

VI - A administração

Mário Crespo — Elemento também revelador foi o facto apontado por Emi Goodman, a outra jornalista americana que testemunhou o massacre de Dili. Fez notar que Kissinger faz parte do Conselho de Administração de uma gigantesca empresa mineira americana que opera sobretudo na Indonésia.

VII - A revelação

Mário Crespo — Merle e Goodman acabaram por ser apupados por uma audiência que manifestou muito pouco interesse na verdade. Verdade que está também a ser ouvida no Comité de Descolonização das Nações Unidas com cerca de quarenta oradores de todo o mundo, a testemunhar contra a Indonésia. Particularmente vibrante foi o depoimento do australiano Simon Defoe, acabado de regressar de Dili, onde esteve durante vários meses como técnico de saúde, que fez revelações chocantes: massacres, como o de 91, disse ele, já houve pelo menos mais seis.

(Telejornal, 12-7-95)



Mário Castrim

Iniciativas com Carlos Carvalho secretário-geral do PCP

Sexta-feira, 21

Visita à ACECO 95 (Feira de Actividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira), acompanhado de autarcas e candidatos da CDU, às 15 horas. Antes (cerca das 13 horas) participa numa sardinhada-convívio com jovens da CDU do Alentejo, no Parque de Campismo do Sitava, em Vila Nova de Mil Fontes.

Sábado, 22

Encontro com reformados, em Santa Iria da Azóia, junto ao Jardim Ary dos Santos, às 15 horas. Visita às piscinas de Odivelas (junto à Quinta do Mendes), às 16.30 horas, acompanhado de autarcas e candidatos. Às 21 horas, visita às Festas do Concelho de Loures.

Domingo, 23

Passeio num barco de pesca, aberto à comunicação social, com partida às 12 horas do Porto de Abrigo, em Sesimbra. Às 13 horas, almoço-convívio de candidatos e apoiantes da CDU, na Prainha. Jantar CDU em Setúbal (Esplanada Casa Morena/Horácio, no Largo da Fonte Nova), com intervenção política cerca das 21.30 horas. Visita à Feira de Santiago.

Terça-feira, 25

Às 16 horas, visita à exposição de fotografias de Augusto Cabrita, patente na Galeria Municipal do Barreiro. Encontro com dirigentes sindicais e membros da Comissão de Trabalhadores da Quimigal, às 17 horas, nas instalações da CT.

Barreiro contra o racismo

Festival organizado pela Frente Anti-Racista, na Avenida da Praia, a partir das 16 horas de domingo, dia 23.

Homenagem a João Dias

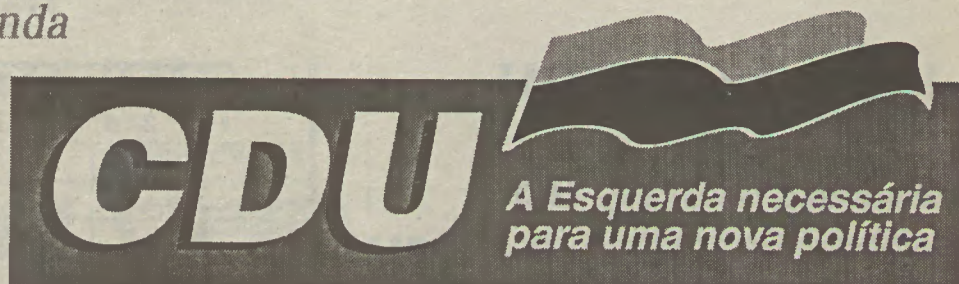
Jantar promovido por um grupo de democratas do distrito de Braga, amanhã, na Quinta da Cachada (Ronfe - Guimarães), a partir das 20 horas.

«Verdes» por Foz Côa

Amanhã, a partir das 21.30 horas, em Benavente, com música ao vivo. Artistas da região pintarão uma tela gigante pela defesa das gravuras rupestres.

Antes de Abril em cena

A carga repressiva do fascismo, na peça «A última semana antes da festa», de Carlos Coutinho, encenada por Mário Jacques e com coreografia de Aldara Bizarro, no Teatro da Malaposta (Odivelas), até 30 de Julho (às 21.30, de 3ª a sábado, às 16 horas ao domingo).



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



HOJE

Beja - sessões públicas com os candidatos da CDU António Machado e José Coutinho, no Largo da Estação (21 horas) e na Sociedade Recreativa da aldeia das Amoreiras.

Coimbra - apresentação à comunicação social do manifesto distrital dos candidatos da CDU, às 11 horas, no Almedina Coimbra Hotel.

Santarém - visita de candidatos CDU (nomeadamente do Partido Ecologista «Os Verdes») ao Parque Natural da Serra d'Aire e Candeeiros.

SEXTA

Barcelos - festa CDU na escola do Souto (Arcozelo), às 21.30 horas. Animação musical com Jorge Lomba. Intervenções de candidatos CDU pelo distrito de Braga.

Lisboa - noite de canto livre, a partir das 22 horas, no terraço do CT Vitória, com a Juventude.

Lourosa - debate sobre a CDU e o mundo do trabalho, às 21.30 horas, no salão da Lourocoop, com a participação de candidatos da CDU pelo distrito de Aveiro e de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP.

Valongo - plenário de activistas e apoiantes da CDU, na Junta de Freguesia, a partir das 21.30 horas, com João Amaral, cabeça-de-lista pelo Porto.

SÁBADO

Algés - plenário da Juventude CDU, no CT do PCP, a partir das 15 horas, com Bernardino Soares, candidato pelo círculo de Lisboa.

Braga - convívio distrital de trabalhadores, reformados e jovens da CDU, a partir das 17 horas, no Carvalhal (junto à Igreja de Pedôme). Espectáculo com Jorge Lomba. Participação de António Lopes, cabeça-de-lista, outros candidatos CDU com actividade em sindicatos e CTs, e Manuel Carvalho da Silva. Inscrições nos centros de trabalho do PCP em Barcelos, Braga, Fafe, Guimarães e Famalicão.

Maia - festa CDU, na Feira de Moreira, a partir das 21.30 horas. Intervenções de João Amaral e do candidato Serafim Nunes.

Oeiras - sessão-debate sobre as propostas da CDU para uma política alternativa, às 21.30 horas, no salão da JF de Paço de Arcos. Com os candidatos Luís Sá, da Comissão Política do PCP, e Tavares da Cruz, vereador da CM Oeiras.

Vila Nova de Famalicão - festa da Juventude CDU, com Jorge Lomba, às 22 horas, em Amoso Stª Eulália.

DOMINGO

Castelo de Paiva - festa jovem da CDU, em Pedorido (junto ao rio Douro), com actuação de grupos musicais. Participam a cabeça-de-lista, Manuela Silva, e os candidatos Ricardo Jorge e Manuel Rodrigues.

Gondomar - festa CDU, a partir das 15.30 horas, em Rio Tinto (Quinta das Freiras). Participa João Amaral.

TERÇA

Gondomar - encontro-debate com empresários do concelho, a partir das 20 horas, no restaurante Choupal dos Melros (R. Cabanas, Fânzeres). Participação de João Amaral.

PCP

Lisboa

Reunião alargada de militantes na EDP sobre as eleições legislativas, hoje, dia 20, às 18.30 horas, no CT Vitória.

Alandroal

Sexta-feira, dia 21, o deputado Lino de Carvalho visita o Pomar do Monte Branco, às 15 horas, seguindo-se uma visita ao rio Guadiana, com a vereação da Câmara Municipal do Alandroal, e às 19.30 horas uma reunião com a população, na Junta de Freguesia de Jerumenha. Em debate vai estar a situação do rio Guadiana e suas consequências na região.

Montelavar

Sábado, dia 22, plenário de militantes nas Freguesias de Montelavar e Pero Pinheiro, às 21.30 horas, no CT de Montelavar, com a participação de Romeu do Rosário.

Madeira

Visita dos eurodeputados Honório Novo (PCP) e Ângela Sierra (Esquerda Unida/Espanha), de 21 a 25 de Julho. Durante a sua estada na Madeira, os eurodeputados da Coligação de Esquerda Unitária Europeia serão recebidos na Assembleia Legislativa Regional, na União de Sindicatos, na Câmara do Comércio-ACIF (Associação de Comércio e Indústria do Funchal), terão encontros com bananicultores, armadores e pescadores, e participarão ainda no II Encontro das Zonas Altas. A visita inclui ainda uma reunião com o Presidente da Câmara de Porto Santo, audiências no Instituto do Bordado, Tapeçaria e Artesanato da Madeira (IBTAM), Instituto do Vinho da Madeira (IVM), Associação de Retalhistas e Associação de Agricultores, e, a finalizar, com o Governo Regional.

S. Domingos de Rana

Domingo, dia 23, convívio e sardinhada no CT de Tires, às 13 horas, seguido de debate sobre o trabalho autárquico e as próximas eleições legislativas, com a participação de Carlos Sota, vereador da CDU na Câmara de Cascais, e Aníbal Guerreiro, da DORL do PCP.

Colóquio em Évora sobre património cultural

Sábado, a partir das 21 horas, no Teatro Garcia de Resende, a CDU promove um debate-colóquio sobre o património cultural (arqueológico, geológico, monumental) do País e as políticas necessárias para a sua preservação e valorização.

Moderado por Mário Barradas, contará com a participação de Lino de Carvalho, deputado e cabeça-de-lista da CDU no distrito, e dos oradores convidados António Carlos Silva (presidente da Pró-Associação dos Arqueólogos Portugueses), Cláudio Torres (director do campo arqueológico de Mértola), Galopim de Carvalho (director do Museu Nacional de História Natural) e Jorge Araújo (reitor da Universidade de Évora).

Juventude CDU ACAMPAMENTOS NESTE FIM-DE-SEMANA

Vila Nova de Mil Fontes - acampamento da Juventude CDU do Alentejo, de 19 a 23 de Julho, no Parque de Campismo do Sitava. No programa de actividades figuram duas festas na praia (solidariedade com Timor e Cuba), um debate com a presença de **Carlos Carvalhas**, uma sardinhada colectiva, um torneio de futebol de 5, e um concerto (sábado, com os «Anonimato»). Inscrições (2 contos para sexta, sábado e domingo) nos CT's do PCP no Alentejo.

Valhelhas - acampamento «pela esquerda», de 21 a 23 de Julho, no Parque de Campismo de Valhelhas, com actividades de convívio, desporto, música e debate (com destaque para os problemas ambientais). Está garantida a participação de **André Martins**, dirigente e deputado do Partido Ecologista «Os Verdes» e cabeça-de-lista da CDU pelo distrito da Guarda, e de **Luís Lourenço**, do PCP, deputado municipal na Covilhã e cabeça-de-lista da CDU pelo círculo de Castelo Branco. Informações e inscrições no CT do PCP na Covilhã.

Alpiarça - acampamento distrital de Santarém, de 22 a 23 de Julho, no Parque de Campismo de Alpiarça, aberto à participação de todos os jovens que se opõem à política de direita do PSD e querem uma nova política para Portugal. Actividades de convívio, música e piquenique. Inscrições nos CT's do PCP do distrito.

... E EM AGOSTO

Couce/Campo/Valongo - acampamento da Juventude CDU da região Norte, de 3 a 6 de Agosto. Do programa constam, entre outras, actividades desportivas, iniciativas culturais (as gravuras vão aprender a nadar), caminhadas, música ao vivo, jogos (caça ao emprego), momentos de solidariedade com os povos em luta. Participa **João Amaral**, cabeça-de-lista da CDU pelo círculo do Porto. Inscrições nos CT's do PCP do distrito.

teatro malapošta

De **Carlos Coutinho**
Enc. **Mário Jacques**

Coreografia de Aldara Bizarro
Cenografia de Fernando Filipe
Iluminação de José Eduardo

A Última Semana
antes da Festa

AUDITÓRIO CARLOS PAREDES
Lisboa, Benfica. Tel. 7154565. De 5ª a sáb. às 21.30. **RICARDO III**, de Shakespeare, encenação de Pedro Wilson, pelo Grupo Cénico de Direito.

CADEIA DA RELAÇÃO
Porto. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. 16.00. **PORTO D' HONRA**, textos de Benjamin Veludo, Manuel Dias e Norberto Barroca, encenação de Norberto Barroca, pelos Seiva Trupe.

CASA DAS ARTES
Porto, R. António Cardoso, 175. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **OS POLÍCIAS**, de Mrozek, encenação de Helder Costa, pelo Teatro Experimental do Porto (até 9/7).

COMUNA
Lisboa, Pç. Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **A PULGA ATRÁS DA ORELHA**, de George Feydeau, encenação de João Mota, pelo Teatro da Comuna. **Café-Teatro** - sábado às 23.30 (último espectáculo): **ATÉ AS CORISTAS FALAM**, encenação de Fernando Gomes. **Sala Nova** - todos os dias às 21.30: **A NOSSA ALDEIA**, de Carlos Jorge Pessoa, pelo Teatro da Garagem.

MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES
Cascais. Marcação: tels. 4670320 e 4867933. De 3ª a dom. às 21.30. **ESTÁ LÁ FORA UM INSPECTOR**, de J. B. Priestley, pelo Teatro Experimental de Cascais.

TEATRO CINEARTE
Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. - 6ª e sáb. às 21.45 (dias 23, 24 e 30 de Junho e 1 de Julho): **LORCA ESPANHA CUMPLICIDADES**, dramaturgia e encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro. - De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **O AVARENTO**, de Molière, encenação de Helder Costa.

TEATRO IBÉRICO
Lisboa, Rua de Xabregas, 54. De 5ª a dom. às 21.30. **O VENENO DO TEATRO**, de Rodolf Sierra, encenação de José Blanco Gil, pela Companhia do Teatro Ibérico.

TEATRO MALAPOSTA
Olival Basto, R. Angola. Tel. 9388407. Todos os dias às 21.30. **I MOSTRA DE TEATRO DE LÍNGUA PORTUGUESA** (grupos de Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor).

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 - Pomposos; peça teatral em que se põe em acção, de um modo jocoso, os caracteres, costumes ou factos da vida social. 2 - Frangância; azeitona. 3 - Flecha; erva-doce. 4 - Comparecer; igual (farm.); colocou; Astatino (s.q.); o mais (ant.). 5 - Laço apertado; tabaco moído para cheirar (pl.); nota musical. 6 - Patrão; intrepidez; grande extensão de água salgada. 7 - Despacha; encolerizar. 8 - Agora; acompanhavam; aqui está. 9 - Mofa; dominei; articulação das falanges dos dedos. 10 - Rio costeiro de França; batráquio; geme (pop.); Samário (s.q.); Alumínio (s.q.). 11 - A parte mais alta; desmorrar. 12 - Reverência; nome de homem. 13 - Relógio de sol usado pelos antigos romanos; devastar.

VERTICAIS: 1 - Torno de marceneiro; ermidas fora do povoado. 2 - Peregrinação religiosa. 3 - Tecidos quentes (fig.); ovário de peixe; protóxido de cálcio. 4 - Feita de bronze, cobre ou arame (pl.); seca. 5 - Papel-moeda; cabelos brancos; paixão. 6 - Ave corredora; letra grega; também (arc.); apelido de poeta português. 7 - Apelido; acto ou efeito de parar; àquele. 8 - Caldo; unificava. 9 - Cobalto (s.q.); consecutiva; basta. 10 - Remoinho de água (prov.); igreja episcopal; interj. designativa de dor; graças. 11 - Carga para lapiseiras; a minha pessoa; transpiras. 12 - Esquiva-se; aliado. 13 - Concedes; progenitora; relação. 14 - Produto que se extrai do asaro. 15 - Anular; resolver.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

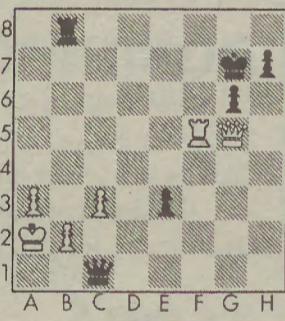
HORIZONTAIS: 1 - Identificaram. 2 - Aderia; Aramis. 3 - Oiros; azo; orago. 4 - Soas; al; ló; arum. 5 - Tm.; avisava; ãe. 6 - Ía; ato; opa; lá. 7 - Ari; ali; ais. 8 - Ut; elo; ora; ré. 9 - Ró; abonada; Be. 10 - Seta; a.C.; fé; orca. 11 - Ómega; ama; aliam. 12 - Colava; Erasmo. 13 - oro; emblema; Aar.

VERTICAIS: 1 - Aos; itu; soco. 2 - Idiota; tremor. 3 - Deram; Otelo. 4 - Eros; are; agá. 5 - Nis; Átila; ave. 6 - Tá; avo; oba; Am. 7 - Ali; oca. 8 - Foz; Sólou; mil. 9 - Ola; afã. 10 - Ca.; ovo; óde; em. 11 - Aro; apara; ara. 12 - rara; aia; olá. 13 - Amara; brisa. 14 - Miguel; recama. 15 - Som; até; amor.

XADREZ

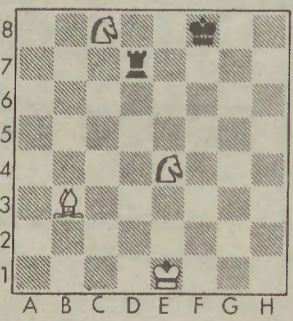
DXXI - 20 DE JULHO DE 1995
PROPOSIÇÃO N.º 1995X055
Por GIAMBATTISTA LOLLI
In Osservazioni: Bologna, 1763
[Centuria Nr. 71]

Pr: [6]: Ps. é3, g6, h7 - Tb8 - Dç1 - Rg7
Br: [6]: Ps. a3, b2, ç3 - Tf5 - Dg5 - Ra2



PROPOSIÇÃO N.º 1995X056
Por HENRI RINCK
La Stratégie, 1920

Pr: [2]: Td7 - Rf8
Br: [4]: Cs. ç8, é4 - Bb3 - Ré1



SOLUÇÕES DO N.º DXXI

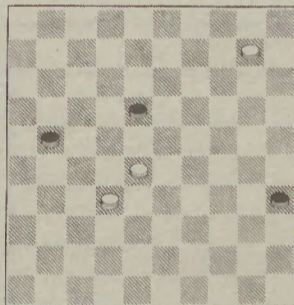
N.º 1995X055 [G.L.]: 1. Dç7+, Rh6; 2. Dh4+, Rg7; 3. Dd4+, Rh6!4Df4+, Rg7; 5. De5+, Rh6; 6. Th5+, g:h5; Df6# L...; Rg8; 2. Dé6+, Rh8; 3. Dç5-, 4. D:b8...#
N.º 1995X056 [H. R.]: 1. Cç5!, Th7; 2. Cç6+, Ré8; 3. Ba4+, Rf7; 4. Cç5+e.g.

A. de M. M.

DAMAS

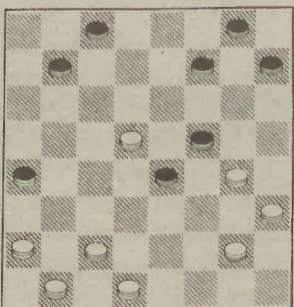
DXXI - 20 DE JULHO DE 1995
PROPOSIÇÃO N.º 1995D055
Por J. F. MOSER
NL, 1939

Pr: [3]: 18-21-35
Br: [3]: 10-28-32



PROPOSIÇÃO N.º 1995D056
GOLPE N.º 129
Inserto no J. de A. N.º 2236 de 15.IV.1994,
sem indicação de autor.

1. 11-15, 21-18; 2. 10-13, 23-20; 3. 6-11, 28-23; 4. 5-10, 23-19; 5. 1-5, 20-16; 6. 2-6, 27-23; 7. 15-20, 24-15; 8. 11-27, 30-23; 9. 6-11, 32-28; 10. 11-15, 19-14; 11. 10-19, 23-14; 12. 15-19, 22-15; 13. 12-19. **DIAGRAMA** [Pr. 18]: 14-16-18-25-26-28-29-31;
[Br. 18]: 3-4-5-7-8-9-13-19 Pr. fazem Damas



SOLUÇÕES DO N.º DXXI

N.º 1995D055 [J.F.M.]: 1. 10-4=D, (26-31); 2. 4-22!, (35-40); 3. 22-6!, (40-44); 4. 6-11!...+
N.º 1995D056 [?]: 13. ... 25-21; 10. 13-22, 14-11; 11. 7-14, 28-23; 12. 19-28, 26-1=D e +.

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 20

Caminho para Dois
«Two for the Road» (Gr.Br./1967). Real.: Stanley Donen. Int.: Audrey Hepburn, Albert Finney, Eleanor Bron, William Daniels. Cor, 112 min. *Ver Destaque.* (22.00, TVI)

Objecto de Arte
«Object of Beauty» (EUA/Gr.Br./1991). Real.: Michael Lindsay-Hogg. Int.: John Malkovich, Andie MacDowell, Lolita Davidovich. Cor, 99 min. *Ver Destaque.* (22.45, TV2)

A Vida e Morte de Peter Tosh
«Stepping Razor-Red X» (Can./1992). Real.: Nicholas Campbell. Int.: Peter Tosh, Bob Marley, Mick Jagger, Marlene Brown, Joe Higgs. Cor, 97 min. *Ver Destaque.* (01.25, Canal 1)

SEXTA, 21

Última Caravana
«The Last Wagon» (EUA/1956). Real.: Delmer Daves. Int.: Richard Widmark, Felicia Farr, Susan Kohner, Tommy Rettig, Nick Adams. Cor, 99 min. *Ver Destaque.* (22.00, TVI)

Amarcord
«Amarcord» (It./Fr./1973). Real.: Federico Fellini. Int.: Puppella Maggio, Magali Noel, Bruno Zanin, Armando Brancia, Ciccio Ingrassia. Cor, 120 min. *Ver Destaque.* (00.15, TV2)

O Homem que Gostava das Mulheres
«Lucky Stiff» (EUA/1988). Real.: Anthony Perkins. Int.: Donna Dixon, Joe Alaskey, Jeff Kober, Barbara Howard, Fran Ryan. Cor, 80 min. *Comédia Negra.* (02.20, Canal 1)

O Diabo no Corpo
«Il Diavolo in Corpo» (It./Fr./1986). Real.: Marco Bellocchio. Int.: Maruschka Detmers, Federico Pizzalis, Anita Laurenzi. Cor, 110 min. *Drama.* (02.20, SIC)

SÁBADO, 22

O Furacão
«The Hurricane» (EUA/1937). Real.: John Ford. Int.: Dorothy Lamour, Jon Hall, Mary Astor, C. Aubrey Smith, Thomas Mitchell. P/B, 98 min. *Ver Destaque.* (23.40, TV2)

Alvos Humanos
«Number One With a Bullet» (EUA/1987). Real.: Jack Smight. Int.: Robert Carradine, Billy Dee Williams, Peter Graves, Valerie Bertinelli. Cor, 101 min. *Policial.* (00.15, SIC)

O Adeus às Armas
«Farewell to Arms» (EUA/1957). Real.: Charles Vidor. Int.: Rock Hudson, Jennifer Jones, Vittorio de Sica, Alberto Sordi, Elaine Stritch. Cor, 152 min. *Ver Destaque.* (00.15, TVI)

O Caso da Mulher Infiel
«The Two Jakes» (EUA/1990). Real.: Jack Nicholson. Int.: Jack Nicholson, Harvey Keite, Meg Tilly, Madeleine Stowe, Eli Wallach. Cor, 132 min. *Ver Destaque.* (00.25, Canal 1)

Companheiro de Quarto
«The Roommate» (EUA/1984). Real.: Nell Cox. Int.: Lance Guest, Barry Miller, Elaine Wilkes, Melissa Ford, David Bachman. Cor, 93 min. *Ver Destaque.* (02.40, Canal 1)

DOMINGO, 23

A Carga do Búfalo Branco
«White Buffalo» (EUA/1977). Real.: J. Lee Thompson. Int.: Char-

les Bronson, Jack Warden, Kim Novak, Will Sampson, Clint Walker. Cor, 97 min. *«Western».* (22.20, SIC)

Aldeia da Roupa Branca
(Port.). Real.: Chianca de Garcia. Int.: Beatriz Costa, Manuel Santos Carvalho, José Amaro, Óscar de Lemos, Elvira Velez. P/B, 92 min. *Comédia.* (22.45, Canal 1)

Raquel, Raquel
«Rachel, Rachel» (EUA/1968). Real.: Paul Newman. Int.: Joanne Woodward, James Olson, Kate Harrington, Estelle Parsons, Donald Moffatt. Cor, 96 min. *Ver Destaque.* (23.30, TV2)

Marcada para Morrer
«She Was Marked For Murder» (EUA/1988). Real.: Charles Thomson. Int.: Stefanie Powers, Lloyd Bridges, Hunt Block, Debrah Farentino. Cor, 100 min. *Telefilme.* (23.30, TVI)

SEGUNDA, 24

Amor de Perdição
(Port.1943). Real.: António Lopes Ribeiro. Int.: Assis Pacheco, António Silva, António Vilar, Eunice Colbert, Carmen Dolores. P/B, 132 min. *Drama.* (22.00, TVI)

Escândalo
«Scandal» (EUA/1989). Real.: Michael Caton-Jones. Int.: John Hurt, Joanne Whalley-Kilmer, Bridget Fonda, Ian McKellen. Cor, 114 min. *Ver Destaque.* (22.40, SIC)

Mr. North, Um Homem de Sonho
«Mr. North» (EUA/1988). Real.: Danny Huston. Int.: Anthony Edwards, Robert Mitchum, Lauren Bacall, Anjelica Huston, Virginia Madsen. Cor, 90 min. *Ver Destaque.* (01.15, SIC)

A Linha Escaldante
«Call Me» (EUA/1987). Real.: Sol-lace Mitchell. Int.: Patricia Charbonneau, Stephen McHattie, Boyd Gaines, Sam Freed. Cor, 94 min. *«Thriller».* (02.00, Canal 1)

TERÇA, 25

Amor até ao Fim
«I Love You Perfect» (EUA/1989). Real.: Harry Winer. Int.: Susan Dey, Anthony John Dennison, Alley Mills, David Wilson. Cor, 100 min. *Telefilme Dramático.* (22.00, TVI)

Caça ao Outubro Vermelho
«The Hunt For Red October» (EUA/1989). Real.: John McTiernan. Int.: Sean Connery, Alec Baldwin, Scott Glenn, Sam Neil, James Earl Jones. Cor, 132 min. *Ver Destaque.* (22.25, Canal 1)

Segredos de um Homem Casado
«Secrets of a Married Man» (EUA/1984). Real.: William A. Graham. Int.: William Shatner, Cybill Shepherd, Michelle Phillips, Glynn Turman. Cor, 92 min. *Telefilme Dramático.* (01.35, Canal 1)

QUARTA, 26

Lobijovem II
«Teen Wold II» (EUA/1987). Real.: Christopher Leitch. Int.: Jason Bateman, Kim Darby, John Astin, Paul Sand, James Hampton. Cor, 95 min. *Comédia.* (22.00, TVI)

Separados
«Separation» (EUA/Gr.Br./1990). Real.: Barry Davis. Int.: David Buchet, Rosanna Arquette. Cor, 80 min. *Telefilme Dramático.* (01.40, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 20

CANAL 1
 08.00 O Cisne
 08.30 Trampolim
 09.00 Eternos Novatos
 09.30 Asas em Família
 10.00 Beverly Hills
 10.35 Marimar
 11.30 Culinária
 11.45 A Traidora
 12.20 O Avô e Eu
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Sonhos de Mulher
 14.35 Malha de Intrigas
 15.40 Corpo Santo
 16.15 Sempre a Abrir
 17.05 Heróis em Acção
 18.00 Festa na Feira
 19.15 Lotaria Nacional
 19.25 Entrevista Histórica
 20.00 Telejornal
 20.50 Direito de Antena: CGTP
 20.55 A Idade da Loba
 21.55 Desencontros
 21.45 Roberto Leal
 23.40 Despedida de Solteiro
 00.30 24 Horas
 01.10 Remate
 01.25 A Vida e Morte de Peter Tosh
 (ver «Filmes na TV»)

TV 2
 17.00 Perigo nas Montanhas
 18.00 Escola Paraíso
 18.30 Trampolim
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.20 500 Nações
 21.05 Magazine «Artes e Letras»
 21.35 RTP/Financial Times
 21.45 Remate
 22.00 TV2 Jornal
 22.35 Acontece
 22.45 Objecto de Arte
 (ver «Filmes na TV»)
 00.30 Musical: «Recollections»
 01.20 Motociclismo
 02.20 Souvenirs

SIC
 11.00 As Receitas do Dia
 11.30 Por Amar-te Tanto
 12.30 Quatro por Quatro
 13.30 Primeiro Jornal
 14.00 Os Donos do Jogo
 14.30 Walker: O Ranger do Texas
 15.30 Buêrére
 16.45 Os Conquistadores
 18.00 Chuva de Estrelas
 19.00 Tieta do Agreste
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 Moda Mar em Porto Fino
 21.00 A Próxima Vítima
 22.00 Os Trapalhões em Portugal



Tempo de antena da GCTP, na 5.ª-feira 20, no Canal 1 (20.45)

22.50 Animais e Artistas
 23.50 Incidente em Antares
 00.55 Último Jornal
 01.10 Moda

QUATRO
 11.30 Lumen 2000
 11.40 Bucha e Estica
 12.25 Telhados de Vidro
 13.00 Éramos Seis
 13.30 Jornal da Uma
 14.05 McGyver
 16.10 A Hora do Recreio
 17.25 Notícias
 17.50 Caprichos
 18.45 O Jogo da Vida
 19.15 O Preço da Paixão
 19.55 Novo Jornal
 20.50 Marés Vivas
 21.45 Fora de Jogo
 22.00 Caminho para Dois
 (ver «Filmes na TV»)
 00.05 TVI Jornal
 00.35 Dar que Falar
 01.30 Documentário: «Um Papa do Nosso Tempo»

Sexta, 21

CANAL 1
 08.00 O Garo Félix
 08.30 Trampolim
 09.00 Eternos Novatos
 09.30 Asas em Família
 10.00 Beverly Hills
 10.35 Marimar
 11.30 Culinária
 11.45 A Traidora
 12.20 O Avô e Eu
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Sonhos de Mulher
 14.35 Malha de Intrigas
 15.45 Corpo Santo
 16.20 Sempre a Abrir
 17.10 Heróis em Acção
 18.05 Festa na Feira
 19.25 Entrevista Histórica
 20.00 Telejornal
 20.50 A Idade da Loba
 21.50 Desencontros
 22.45 Isto Só Vídeo
 23.20 Amores Perfeitos
 00.10 Marginalidades
 01.00 24 Horas
 01.40 Remate
 01.55 Contos Assombrosos
 02.20 O Homem que Gostava das Mulheres
 (ver «Filmes na TV»)

TV 2
 17.00 Uma Família Feliz
 18.00 Escola Paraíso
 18.30 Trampolim
 19.00 Um, Dó, Li, Tá



Agora «reformulada» em telenovela, «A Idade da Loba» antecede «Desencontros», no Canal 1, a seguir ao Telejornal

20.05 O Mundo em Guerra
 21.00 Viagens na Minha Terra
 21.35 RTP/Financial Times
 21.45 Remate
 22.00 TV2 Jornal
 22.30 Acontece
 22.45 Histórias que o Tempo Apagou
 23.20 Concurso: «À Volta do Coreto»
 00.15 Amarcord
 (ver «Filmes na TV»)
 02.15 Grande Desporto
 03.15 Souvenirs

SIC
 11.00 As Receitas do Dia
 11.30 Por Amar-te Tanto
 12.30 Quatro por Quatro
 13.30 Primeiro Jornal
 14.00 Os Donos do Jogo
 14.30 Walker: O Ranger do Texas
 15.30 Buêrére
 16.45 Os Conquistadores
 17.45 Notícias
 18.00 Chuva de Estrelas
 19.00 Tieta do Agreste
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 Moda Mar em Porto Fino
 21.00 A Próxima Vítima
 22.00 Cenas de Um Casamento
 22.50 Mini Chuva de Estrelas
 23.50 Minas e Armadilhas
 01.05 Último Jornal
 01.20 Playboy
 02.20 O Diabo no Corpo
 (ver «Filmes na TV»)

QUATRO
 11.15 Caixa de Perguntas
 11.40 Bucha e Estica
 12.25 Telhados de Vidro
 13.00 Éramos Seis
 13.30 Jornal da Uma
 14.05 McGyver
 16.10 A Hora do Recreio
 17.25 Notícias
 17.50 Caprichos
 18.45 O Jogo da Vida
 19.15 O Preço da Paixão
 19.55 Novo Jornal
 20.50 Marés Vivas
 21.45 Fora de Jogo
 22.00 A Última Caravana
 (ver «Filmes na TV»)
 23.55 TVI Jornal
 00.25 Dar que Falar
 01.25 Modelo e Detective

Sábado, 22

CANAL 1
 08.00 Programa Infantil/Juvenil
 11.40 Arca de Noé
 12.30 Praça de Touros
 13.00 Jornal da Tarde
 13.15 Beverly Hills
 14.10 Jogos de Praia
 15.05 Made in Portugal
 15.45 A Grande Pirâmide
 16.15 As Aventuras de Brisco County Jr.
 17.10 Seleção de Esperança
 18.05 «A Grande Série»
 19.10 Chefe, Mas Pouco
 19.50 Totoloto
 20.00 Telejornal
 20.45 A Idade da Loba
 21.40 Queridas e Maduras
 22.10 Parábens
 00.05 24 Horas
 00.25 O Caso da Mulher Infiel
 (ver «Filmes na TV»)
 02.40 Companheiro de Quarto
 (ver «Filmes na TV»)

TV 2
 09.00 Universidade Aberta
 12.00 Planeta Terra
 12.30 Fronteira Ocidental
 13.00 Euronews
 14.00 Terra X
 14.45 TV2 Desporto
 18.00 Circo
 18.30 Forum Musical
 19.30 Praia da China
 20.20 Festival da Força Aérea



21.25 Música dos Outros - Com a «Ala dos Namorados»
 22.00 TV2 Jornal
 22.30 Dinheiro em Caixa
 23.05 Jogo Falado
 23.40 O Furacão
 (ver «Filmes na TV»)

SIC
 11.00 Buêrére
 13.45 Portugal Radical
 14.20 Quatro por Quatro
 15.20 Dra. Quinn
 16.25 Cosby Show
 17.00 Muita Lôco
 18.00 Médicos Sem Fronteiras
 19.00 Tieta do Agreste
 20.00 Jornal da Noite + A Semana
 21.20 A Próxima Vítima
 22.15 Big Show Sic
 00.15 Alvos Humanos
 (ver «Filmes na TV»)
 02.20 Último Jornal

QUATRO
 10.00 Clube da Manhã
 11.45 Animação
 12.15 Visto Isto
 12.45 Informação Religiosa
 13.15 Jornal da Uma
 13.35 Contra Ataque
 15.10 A Hora do Recreio
 16.00 Voleibol de Praia
 18.00 Fort Boyard
 19.45 O Céu Como Horizonte
 20.30 Telejornal
 21.15 Feita à Medida
 21.40 Ficheiros Secretos
 22.45 Os Novos Intocáveis
 23.50 Últimas Notícias
 00.15 O Adeus às Armas
 (ver «Filmes na TV»)

Domingo, 23

CANAL 1
 08.00 Programa Infantil/Juvenil
 12.30 Sem Limites
 13.00 Jornal da Tarde
 13.15 Top +
 14.25 Beverly Hills
 15.15 86-60-86
 16.00 A Lei de Burke
 17.05 Eferrea
 18.05 «A Grande Série»
 19.05 Apanhados
 19.50 Joker
 20.00 Telejornal
 20.40 A Idade da Loba
 21.40 Nico de Obra
 22.10 Casa Cheia
 22.45 A Aldeia da Roupa Branca
 (ver «Filmes na TV»)
 00.20 24 Horas
 00.40 Paixões
 01.30 No Calor da Noite

TV 2
 09.00 O Mar e a Terra
 09.30 Caminhos
 10.00 Novos Horizontes
 10.30 70 x 7
 11.00 Missa
 12.50 Vida por Vida
 13.00 Euronews
 13.55 TV 2 Desporto
 19.00 Blanche
 19.45 Artes e Letras: «Kén Loach»
 20.45 Portugal Sem Fim: «Pó e Ambó»
 22.00 TV2 Jornal
 22.30 TV2 Desporto
 23.30 Raquel, Raquel
 (ver «Filmes na TV»)

SIC
 11.00 Buêrére
 13.15 BBC - Vida Selvagem
 14.25 Norte e Sul
 16.05 Olho de Falcão
 17.10 Os Imortais
 18.15 A Brincar, a Brincar
 20.00 Jornal da Noite de Domingo
 (ver «Filmes na TV»)
 00.20 O Senhor que se Segue
 01.25 Último Jornal
 01.40 No Fim do Mundo

QUATRO
 10.00 Clube da Manhã
 11.30 O 8º Dia
 12.30 Missa
 13.35 Portugal Português
 14.45 Jornal do País
 15.20 Telemúsica
 15.50 Longe da Guerra
 17.35 O Melhor de Júlio Isidro
 19.00 O Poder da Lei
 20.00 Futebol: Final da Copa América
 21.50 Telejornal
 22.25 Detectives na Onda
 23.30 Marcada para Morrer
 (ver «Filmes na TV»)
 01.20 Últimas Notícias

Segunda, 24

CANAL 1
 08.00 O Gato Félix
 08.30 Trampolim
 09.00 Eternos Novatos
 09.30 Asas em Família
 10.00 Beverly Hills
 10.35 Marimar
 11.25 Culinária
 11.45 A Traidora
 12.20 O Avô e Eu
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Sonhos de Mulher
 14.35 Malha de Intrigas
 15.50 Corpo Santo
 16.20 Sempre a Abrir
 17.10 Heróis em Acção
 18.05 Festa na Feira
 19.25 Entrevista Histórica
 20.00 Telejornal
 20.30 A Idade da Loba
 21.20 Desencontros
 21.50 Jogos Sem Fronteiras
 23.20 Zona +
 01.05 24 Horas
 01.45 Remate
 02.00 «A Linha Escaldante»
 (ver «Filmes na TV»)

TV 2
 17.00 Casa do Caçador
 18.05 Segredos da Ilha do Tesouro
 18.30 Trampolim
 19.00 Um Dó Li Tá
 20.15 Que Família
 20.45 Magazine: Saúde
 21.10 Segunda Parte
 21.40 RTP / Financial Times
 21.50 Remate
 22.00 TV2 Jornal
 22.35 Acontece
 22.45 Ópera: «On The Town»
 00.20 Morte Suspeita
 01.05 Golo Europa
 02.00 Souvenirs

SIC
 11.00 As Receitas do Dia
 11.30 Por Amar-te Tanto
 12.30 Quatro por Quatro
 13.30 Primeiro Jornal
 14.00 Os Donos do Jogo
 14.30 Walker: O Ranger do Texas
 15.30 Buêrére
 16.45 Os Conquistadores
 17.45 Notícias
 18.00 Chuva de Estrelas
 19.00 Tieta do Agreste
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 A Próxima Vítima
 21.50 Ponto de Encontro
 22.40 Escândalo
 (ver «Filmes na TV»)
 01.00 Último Jornal
 01.15 Mr. North, Um Homem de Sonho
 (ver «Filmes na TV»)

QUATRO
 11.15 Novos Ventos
 11.55 Bucha e Estica
 12.15 Telhados de Vidro
 12.45 Éramos Seis
 13.15 Jornal da Uma
 14.05 McGyver
 16.10 A Hora do Recreio
 17.25 Jornal Nacional
 17.50 Caprichos
 18.45 O Jogo da Vida
 19.15 O Preço da Paixão
 19.55 Novo Jornal
 20.50 Marés Vivas
 21.45 Fora de Jogo
 22.00 Amor de Perdição
 (ver «Filmes na TV»)
 00.15 TVI Jornal
 00.45 Por Trás do Crime
 01.15 Dar que Falar



Paula Aresta apresenta mais um «Fórum Musical», na TV2

Terça, 25

Canal 1
 08.00 O Gato Félix
 08.30 Trampolim
 09.00 Eternos Novatos
 09.30 Asas em Família
 10.00 Beverly Hills
 10.35 Marimar
 11.25 Culinária
 11.45 A Traidora
 12.20 O Avô e Eu
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Sonhos de Mulher
 14.35 Malha de Intrigas
 15.50 Corpo Santo
 16.25 Sempre a Abrir
 17.10 Heróis em Acção
 18.05 Festa na Feira
 19.25 Entrevista Histórica
 20.00 Telejornal
 20.30 A Idade da Loba
 21.20 Desencontros
 21.50 Tudo ao Molho e Fé em Deus
 22.25 «Caça ao Outubro Vermelho»
 (ver «Filmes na TV»)
 00.40 24 Horas
 01.20 RTP / Financial Times
 01.35 «Segredos de Um Homem Casado»
 (ver «Filmes na TV»)

TV 2
 17.00 Immenhof (1ª. Episódio)
 18.05 Tintin (1ª. Episódio)
 19.00 Um Dó Li Tá
 20.00 Rotações
 21.00 Magazine: «Cinema»
 21.35 RTP / Financial Times
 21.45 Remate
 22.00 TV2 Jornal
 22.35 Acontece
 22.45 Tourada
 00.25 Quatro Raparigas
 01.15 Grande Desporto
 02.15 Souvenirs

SIC
 11.00 As Receitas do Dia
 11.30 Por Amar-te Tanto
 12.30 Quatro por Quatro
 13.30 Primeiro Jornal
 14.00 Os Donos do Jogo
 14.30 Walker: O Ranger do Texas
 15.30 Buêrére
 16.45 Os Conquistadores
 17.45 Notícias
 18.00 Chuva de Estrelas
 19.00 Tieta do Agreste
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 A Próxima Vítima
 21.50 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
 23.20 A Taberna do Touro
 01.40 Último Jornal
 01.55 Uma Família no Paraíso

QUATRO
 11.15 Lumen 2000
 11.55 Bucha e Estica
 12.25 Telhados de Vidro
 13.00 Éramos Seis
 13.30 Jornal da Uma
 14.05 McGyver
 16.10 A Hora do Recreio
 17.25 Jornal Nacional
 17.50 Caprichos
 18.45 O Jogo da Vida
 19.15 O Preço da Paixão
 19.55 Novo Jornal
 20.50 Marés Vivas
 21.45 Fora de Jogo
 22.00 Amor até ao Fim
 (ver «Filmes na TV»)
 23.50 TVI Jornal
 00.20 Dar que Falar
 01.25 Doido por Ti

Quarta, 26

Canal 1
 08.00 O Gato Félix
 08.30 Trampolim
 09.00 Eternos Novatos
 09.30 Asas em Família
 10.00 Beverly Hills
 10.35 Marimar
 11.25 Culinária
 11.45 A Traidora
 12.20 O Avô e Eu
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Sonhos de Mulher
 14.35 Malha de Intrigas
 15.35 Corpo Santo
 16.10 Sempre a Abrir
 17.00 Heróis em Acção
 17.50 Festa na Feira
 19.15 Entrevista Histórica
 19.45 Vamos Jogar no Totobola
 20.00 Telejornal
 20.30 A Idade da Loba
 21.20 Desencontros
 21.50 Falhas e Fifiás
 22.20 Roleta Russa
 23.10 Em Directo Com: convidado Fernando Nogueira (PSD)
 00.45 24 Horas
 01.25 Remate
 01.40 «Separados»
 (ver «Filmes na TV»)

TV 2
 17.00 Arsène Lupin
 18.05 O Meu Verão Secreto
 18.30 Trampolim
 19.00 Um Dó Li Tá
 19.55 Comboios Como Não Há Outros
 20.55 América Selvagem
 21.30 RTP / Financial Times
 21.45 Remate
 22.00 TV 2 Jornal
 22.35 Acontece
 22.45 Reportagem: «O Plano Hidrológico Nacional»
 23.50 Fogo no Coração
 00.40 O Super-Inimigo
 01.30 Motores
 02.30 Souvenirs

SIC
 11.00 As Receitas do Dia
 11.30 Por Amar-te Tanto
 12.30 Quatro por Quatro
 13.30 Primeiro Jornal
 14.00 Os Donos do Jogo
 14.30 Walker: O Ranger do Texas
 15.30 Buêrére
 16.45 Os Conquistadores
 17.45 Notícias
 18.00 Chuva de Estrelas
 19.00 Tieta do Agreste
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 A Próxima Vítima
 21.50 Agora É a Sua Vez
 23.00 Prémios Internacionais de Magia
 00.35 Último Jornal
 00.50 Uma Família no Paraíso
 01-50 Boxe: Samaniego - Rodriguez

QUATRO
 11.15 Informação Religiosa
 12.00 Bucha e Estica
 12.15 Telhados de Vidro
 12.45 Éramos Seis
 13.15 Jornal da Uma
 14.05 McGyver
 16.10 A Hora do Recreio
 17.25 Jornal Nacional
 17.50 Caprichos
 18.45 O Jogo da Vida
 19.15 O Preço da Paixão
 19.55 Novo Jornal
 20.50 Marés Vivas
 21.45 Fora de Jogo
 22.00 Lobjovem II
 (ver «Filmes na TV»)
 23.50 TVI Jornal
 00.25 Dar que Falar
 01.25 Dudley Moore Apresenta...

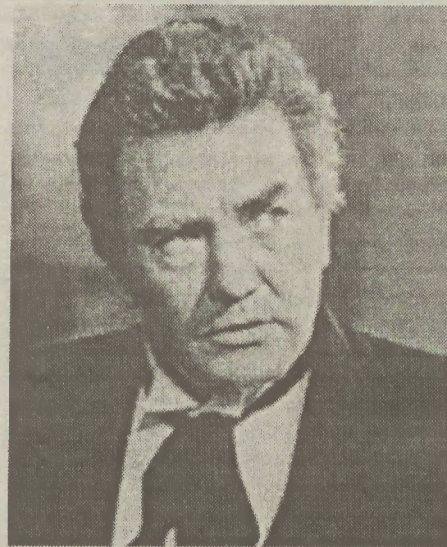


Tarde e a más horas, regressou «Modelo e Detective» à TVI

Por isto e por aquilo...

Caminho para Dois (Quinta, 22.00, TVI)

Um arquitecto inglês e sua mulher percorrem, pela terceira vez, um percurso que os leva de Londres até ao Sul de França. Mas as coisas já não são o que eram e a usura do tempo fez das suas: desde a primeira viagem em que se conheceram, amaram e apaixonaram, a única coisa que se mantém inalterada é a fabulosa beleza da paisagem envolvente. Independentemente de se tratar de uma história banal entre tantas, o filme é um dos melhores realizados por Stanley Donen no seu período posterior às excelentes comédias musicais em que se distinguiu. E a música de Henry Mancini e a fotografia de Christopher Challis envolvem da melhor maneira a evolução deste casal pleno de charme (Audrey Hepburn e Albert Finney), em busca de um periclitante equilíbrio.



Audrey Hepburn e Albert Finney, os dois intérpretes principais de «Caminho para Dois», de Stanley Donen

Objecto de Arte (Quinta, 22.45, TV2)

Ex-proprietário de uma plantação de cacau, algures no Terceiro Mundo (e de que uma «inoportuna revolução» o privou), Jake vive com a sua bela namorada Tina, ex-modelo, num grande hotel de Londres, fazendo os possíveis por adiar a inevitável situação em que todos irão reconhecer que nem um nem outro têm um tostão! É então que ambos pensam em inventar o «roubo» de uma escultura de Henry Moore (o tal «objecto de arte» a que o título do filme se refere) que o anterior companheiro da ex-modelo lhe oferecera, para arrecadarem o dinheiro do seguro - só que alguém se tinha lembrado disso pouco tempo antes... Bem interpretada por John Malkovich e Andie MacDowell, esta sofisticada comédia com argumento de Michael Lindsay-Hogg é uma agradável alternativa para a noite de quinta-feira.



Andie MacDowell e John Malkovich (aqui numa foto de «Ligações Perigosas» o par de «Objecto de Arte», de Michael Lindsey-Hogg

A Vida e Morte de Peter Tosh (Quinta, 00.25, Canal 1)

Utilizando imagens de arquivo excelentemente montadas com depoimentos actuais, o realizador Nicholas Campbell realiza aqui um documentário cujas referências distinguem pela novidade da sua feitura e que é dedicado a Peter Tosh, famoso cantor de raggae jamaicano, morto em 1987 por razões ainda não suficientemente apuradas, e cuja biografia acompanha não apenas os principais traços da sua trajectória musical como também a da sua não menos importante intervenção política. Desconhecido entre nós, a descobrir.

Última Caravana (Sexta, 22.00, TVI)

Um mestiço é ferozmente perseguido por quatro homens, conseguindo eliminar três deles, mas é preso pelo sheriff, integrando-se ambos numa caravana cujos membros acabam por se indignar perante o tratamento sádico que aquele lhe inflige. O mestiço acaba por matar o seu carrasco mas, pouco depois, toda a caravana é exterminada por um ataque dos índios, salvando-se apenas seis pessoas, entre as quais o mestiço, uma bela jovem e seu irmão mais novo. Um western não isento de clichés mas admiravelmente interpretado por Richard Widmark.

Amarcord (Sexta, 00.15, TV 2)

Recheado de personagens pitorescas, a um tempo impagáveis e ternas, *Amarcord* (que em dialecto romano significa «lembro-me») é uma viagem de Fellini ao seu passado e às suas recordações de infância, ao contar-nos o ambiente paisagístico e humano de uma pequena localidade de província onde a vida é comandada pela sequência das estações. Extremamente original, como todas as obras do grande realizador italiano, *Amarcord* contém elementos que encontramos em *I Vitelloni* ou em *Roma* mas antecipa já algumas ideias filmicas que vamos encontrar mais tarde, em *E La Nave Va*, por exemplo.

O Furacão (Sábado, 23.40, TV 2)

Objecto de um remake desastroso em finais dos anos 70, *O Furacão* é um belo e excitante filme de aventuras em que John Ford nos

dá a ver a paixão que se desenvolve entre uma jovem nativa e um homem que é perseguido por um cruel governador europeu. Filmado parcialmente nas ilhas Samoa, a rotagem das sequências do furacão é impressionante e a produção é de primeira água, destacando-se, neste domínio, a maravilhosa banda sonora de Alfred Newman.

O Adeus às Armas (Sábado, 00.15, TVI)

Segunda adaptação ao cinema do célebre romance de Ernest Hemingway, este filme de Charles Vidor que, mais uma vez, se debruça sobre as desventuras e os amores tormentosos do tenente Henry com a enfermeira Catherine na frente italiana durante a Grande Guerra 1914-1918, está bastantes furos abaixo da primeira e fabulosa versão datada de 1932 e realizada por Frank Borzage. Além do mais, é bem provável que o *Cinemascope* em que foi originalmente rodado seja mal-tratado pelas dimensões do écran de televisão. Se não houver mais nada para ver...



Jack Nicholson, numa cena de «O Caso da Mulher Infiel», por si realizado

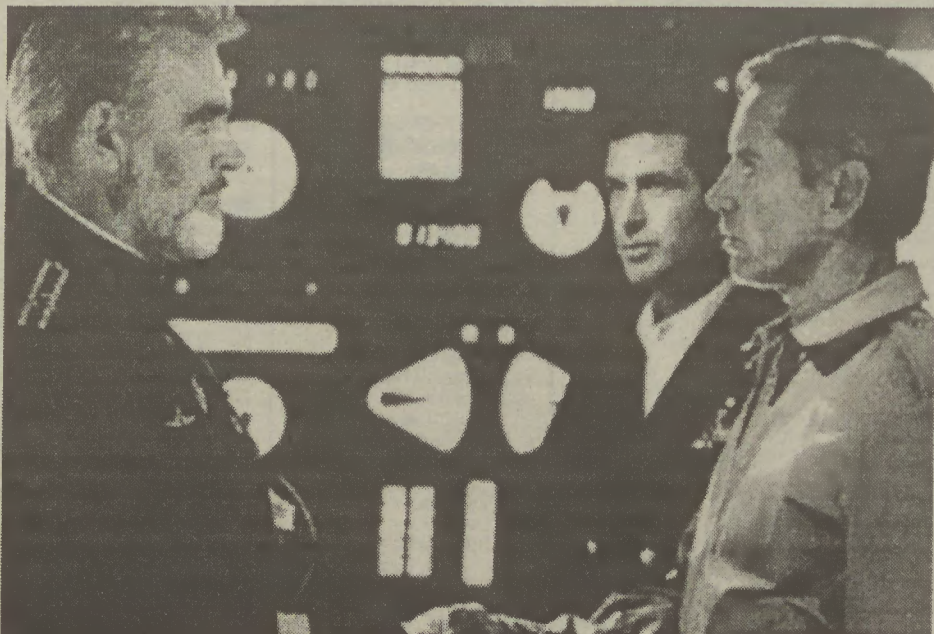
a este filme um potencial impacte. Nem tudo é mau, entretanto: o melhor do filme é a evocação, nas imagens e nos sons, do ambiente político e social da Inglaterra na passagem dos anos 50 para os anos 60.

Mr. North, Um Homem de Sonho (Segunda, 01.15, SIC)

Primeiro filme de Danny Huston, filho de mestre John Huston que, para além da co-autoria do argumento, foi seu produtor pouco antes de falecer, tem por base o romance de Thornton Wilder *Theophilus Norton* e relata a tempestuosa chegada à alta sociedade de Newport, nos anos 20, de um jovem pleno de charme e de carisma que singularmente se destaca entre os demais por uma pouco habitual quantidade de electricidade no seu corpo. O espantoso naipe de intérpretes e a beleza dos cenários não chegam para esconder algumas fraquezas, próprias de um primeiro filme.

Caça ao Outubro Vermelho (Terça, 22.25, Canal 1)

Um filme passado nas profundezas do mar e debruçando-se longamente sobre o intrigante caso de um submarino atómico soviético cujo comandante quer desertar para o Ocidente. Um «jogo das escondidas» entre a inteligência do comandante e a argúcia de um decifrador de códigos da CIA, excelentemente desempenhados por Sean Connery e Alec Baldwin, num filme comercial profissionalmente bem urdido e que prende o espectador. O maniqueísmo dos «maus» contra os «bons», num mais que repetido filme de *suspense* envolvendo as duas superpotências - um pedaço de anticomunismo *soft* e de guerra morna, ao sabor dos novos tempos.



Sean Connery e Alec Baldwin, num fotograma de «Caça ao Outubro Vermelho»

O Caso da Mulher Infiel (Sábado, 00.25, Canal 1)

Constituindo à primeira vista uma seqüela do argumento de *Chinatown*, realizado anos antes por Roman Polanski, *O Caso da Mulher Infiel* vai recuperar a mesma personagem daquele filme e coloca-a numa idêntica situação de crime e mistério. É mais uma evocação do grande filme-negro clássico, em que Jack Nicholson, para além de desempenhar o papel da mesma personagem - um detetive irónico e arrogante - tem excelente desempenho atrás das câmaras, não apenas como realizador (em alguns momentos brilhante) mas ainda na direcção de actores.

Sem legendas

■ Correia da Fonseca

Por amor de MacGyver, a TVI cometera acção, de duvidosa inspiração cristã, de arrumar no sótão horário das madrugadas um Júlio Isidro que se lhe confiara, porventura convencido de que, tantos séculos depois, os vendilhões ainda não tinham voltado ao templos. Agora, com uma série vagamente sexy no período horário de onde Isidro fora desalojado, a TVI foi-se a MacGyver, entretanto transferido para o princípio da tarde, e fez-lhe qualquer coisa de terrível: arrancou-lhe a língua. Em seu lugar, pôs-lhe uma dobragem em português do Brasil, idêntica à que já implantara nos aparelhos fonadores das telenovelas venezuelanas e de séries género «Esquadrão Classe A», de coisas assim.

Por mim, para falar com franqueza, não me importei, mas fiquei em cuidados pela sensibilidade do senhor professor Cavaco que, como é público, em tempos não muito recuados identificou «MacGyver» como a sua série favorita.

Os encantos do professor

Vem a propósito dizer que este fraco do senhor professor por «MacGyver» diz muito não apenas acerca do seu índice de desenvolvimento cultural mas também quanto à sua preparação para exercer o cargo de Presidente da República para o qual, segundo tudo indica, já anda a fazer uma rodagem por sinal bem pacóvia. É que «MacGyver», para além de fazer namoro ao encanto adolescente pelo mundo supostamente miraculoso das engenhocas (e, quanto a isso, pode Cavaco estar perfeitamente à vontade para cultivar os atrasos mentais que mais lhe apeteram), é também um repositório de todas as calúnias e preconceitos anticomunistas e filofascistas que há muito se infiltraram na circulação sanguínea da produção norte-americana para os audiovisuais. É praticamente de rotina que MacGyver enfrente odiosos bolchevistas do ex-Leste Socialista pintados com aquelas nigérrimas cores que a CIA e seus anexos tão empenhadamente produzem; barbáros guerrilheiros latino-americanos especializados no bombismo, no rapto de irrepreensíveis cidadãos dos States e na violação de virgens indefesas; hiper-sinistros árabes mais que fundamentalistas, fundamentalíssimos para infectar nos telespectadores o horror e o nojo por tal gente; chineses de olhos e fins oblíquos, fiéis discípulos de Fú-Manchú na arte de nos mobilizar contra a real existência do Perigo Amarelo. Pelos vistos, Cavaco assiste a isso tudo, e gosta, talvez acrescente ali a sua bagagem enorme quanto a política internacional. Contudo, esta explosiva mistura de ortodoxia comunista próxima do paleolítico e de puro e

simples analfabetismo já não se usa. Num tempo em que, em público, o presidente dos Estados Unidos cita o poeta comunista Pablo Neruda (logo ele!), o clandestino candidato à presidência de Portugal não pode fazer públicas declarações de amor, ou sequer de rendida admiração, a um MacGyver contrabandista de venenos.

As boas razões da dobragem

Regressemos, porém, ao que se vinha dizendo: a série «MacGyver» está agora dobrada em português e assim nos é impingida todos os dias úteis pela TVI. Mensagens políticas aparte, o facto, adicionado a outros semelhantes, repõe e actualiza o problema das dobragens de filmes não-infantis. Há os que desde há muito são a favor, e não pense ninguém que com frágeis razões: pensam nos milhões (sim, milhões!) de portugueses que por um motivo ou por outro não são capazes de acompanhar e ler as legendas, lembram que a legenda é um elemento estanho ao filme cuja presença perturba a «leitura» do próprio filme, sustentam que a legenda atraiçoa sempre o diálogo original que é forçoso amputar e comprimir. Numa outra

de filmes como processo sistemático não me tem conquistado. Porém, o recente caso de «MacGyver» talvez me tenha rasgado horizontes. Olho um e outro episódio da série e reflecto como a dobragem, que veio pôr estes episódios mais ao dispor dos portugueses que não sabem ler, é o método mais adequado e coerente nesta Televisão posterior à longamente desejada entrega da TV à posse e, mais ainda, à filosofia e às prioridades, dos grupos financeiros privados. Mesmo a RTP pública já se rendeu, como bem se sabe, à superioridade dos critérios da gula pragmática e sem complexos que é a imagem de marca da iniciativa privada e, justamente por isso, já colocou no seus «Top ten» Marco Paulo, João Alberto Jardim e Amália, todos num único e repolhudo ramalhete (dados recolhidos pela AGB Portugal na semana de 26/6 a 2/7). Ora, digam-me: para saborear Marco Paulo, para apreciar devidamente Alberto João,

é preciso ou sequer vantajoso saber ler e escrever? É claro que não: o perfeito estado do telespectador português em 1995 é o analfabetismo em estado puro. De onde, já se vê, a desnecessidade, e mesmo a contra-indicação, de legendas. Ainda que na série «MacGyver».

A prenda inútil

Veja-se quais são as grandes apostas e os grandes êxitos da actual TV portuguesa. É preciso saber ler (legendas ou qualquer outro texto) apreciar devidamente a arte de Marco a cantar versos de repiupiu e a supor que é capaz de falar, ouvir, fazer entrevistas, pensar? É preciso saber ler (excepto para obter a carta de condução, única vantagem dessa sabedoria de facto inútil) para sonhar ganhar um automóvel em qualquer dos concursos que diariamente nos são aviados? A prática, mesmo tosca, da leitura, reforça o prazer de ver Teresa Guilherme e o «Não se esqueça da escova de dentes»; de ouvir os textos das cantigas que no «Parabéns» relegam as anedotas de Bocage para a educação praticável nas Doroteias; de rir quando de «Tudo ao molho e fé em Deus» nos chega ordem para dispararmos gargalhadas; quando na TV2, canal cultural, nos brindam com as rubricas «Motores», «TV2 Desporto», «Golo Europa», «Rotações», «Tourada», «Grande Desporto», «Remate», e «Motociclismo», tudo isto numa única semana, e ainda com a quotidiana «Televendas»? É claro que não.

Agora, às quintas-feiras, não temos apenas o «Avante!», temos também, ao serão, o Roberto Leal, esse caso particularmente feliz do negócio de reimportação. Havíamos de o receber numa paisagem audiovisual que continuasse a estimar as legendas, isto é, a palavra escrita, fosse em que contexto fosse? Na verdade, a TV a que temos agora acesso graças à convergência de esforços governativos com a acção natural da iniciativa privada (aliás, convenhamos, duas faces de uma só moeda) é uma TV para analfabetos. Ora, quem do analfabetismo literal, técnico,

cultural ou outro, está colhendo o «doce fruto», como diria o poeta (quem?), não precisa de legendas para coisa nenhuma. Pelo contrário, sem legendas é que é bom, fica longe a mínima sugestão de que saber ler é preciso. Ou era. No tempo em que se acreditava que fora da Televisão havia mundo.



óptica, é preciso não esquecer que o trabalho de dobragem pode dar trabalho a muitos profissionais do Teatro sempre ou quase sempre em situação de emprego ou subemprego, desse modo lhes assegurando a sobrevivência sem os exilar para outras profissões.

Por mim, apesar destas razões e mais algumas, a dobragem

de FOICE A Grande Dúvida

Cavaco Silva deu esta semana o seu alto patrocínio à entrega do prémio "Boa Esperança", que incentiva a investigação em Portugal.

"Incentivar" é um verbo excessivo na circunstância, como assinalaram os próprios investigadores homenageados ao denunciarem, perante a luzida assistência, que a falta de apoios governamentais fazia da investigação em Portugal um verdadeiro "Cabo das Tormentas".

Esta irónica antítese apontava claramente uma coisa: a ausência de subsídios à investigação no nosso País, transformando-a numa aventura pessoal a correr por risco, e sobretudo por conta, do investigador que nela se lance.

Confrontado pelos jornalistas com este velho anseio de a investigação ser adequadamente remunerada em Portugal - como acontece em qualquer país que investe no seu desenvolvimento estratégico - Cavaco Silva afirmou ter "dúvidas", pois "temia" que isso conduziria à "funcionalização dos investigadores". Não sabemos se esta é uma das raras "dúvidas" que assaltam o Primeiro-Ministro nos intervalos em que nunca se engana.

Do que não há dúvidas é sobre a originalidade deste temor que a remuneração dos investigadores se torne pernicioso para os próprios.

Um temor que deixa a descoberto, tanto o desprezo por quem trabalha na Função Pública, como a desconfiança analfabeta face às actividades de investigação, envolvendo tudo e todos no mesmo ferrete pejorativo: a "funcionalização".

Sabendo que Cavaco Silva é um professor que, aplicadamente, se doutorou para uma carreira académica na Função Pública até lhe sair a taluda da governação do País, ficamos pendurados de dois enigmas.

Um, o de como o professor de Boliquire defendeu sucessivas teses até chegar ao doutoramento, se a ideia que tem de investigação é a de uma actividade para madraços, quando remunerada e portanto tomada institucionalmente a sério.

O outro, o do porquê da sua opção pela carreira académica, quando considera o funcionalismo uma forma irresponsável de ganhar a vida.

É uma evidência do tamanho de toda a obra humana que a investigação é uma das linhas mestras do desenvolvimento. Assegurá-la, através do apoio e protecção aos seus protagonistas, é um caminho trilhado há milénios por todos os poderes que investem no progresso, fale-se de Ramsés II ou dos mecenas renascentistas, de D. João II ou dos projectos espaciais, da construção de pirâmides ou da síntese de detergentes.

Ter, da investigação, a rústica ideia que deve ser um trabalho caseiro, aplicadamente roubado à vida pessoal e às custas do próprio, não anda longe da filosofia salazarista que defendia, em matéria de educação, ser suficiente ao povo saber ler, escrever e contar.

Apesar de dito no crepúsculo dos 10 anos de "funcionalização" como chanceler do reino, este raciocínio de Cavaco Silva ainda vem a tempo de lhe beneficiar o perfil de estadista com melhor luz que as carradas de parágrafos de auto-elogio debitados no seu livro *As Reformas da Década*.

Pelo que - e adaptando Mark Twain - "os boatos da sua clarividência são ligeiramente exagerados". (Já agora esclareça-se o professor Cavaco Silva que Mark Twain é um escritor norte-americano do século XIX. Não confundir, por exemplo, com "Marca Towny", que é um vinho do Porto, ou "Marca Taiwan", que, a ser alguma coisa, é uma chinesice. Julgamos poupar-lhe, assim, uma investigação não remunerada.)

■ HC

Agricultores exigem em Aveiro Medidas de apoio à lavoura e reconhecimento da CNA

O ministro da Agricultura foi recebido com uma grande manifestação de protesto pelos agricultores que o aguardavam no passado sábado, em Aveiro. Duarte Silva, que inaugurava a Agrovouga - Feira Nacional do Bovino Leiteiro - teve de ouvir as preocupações dos agricultores associados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que lhe entregaram um documento reivindicativo contendo as medidas que entendem necessárias para defender o sector, exigindo simultaneamente o fim das discriminações contra a CNA e o seu reconhecimento "como parceiro social de pleno direito", bem como a integração e participação das suas Associações filiadas em todas as actividades ou acções promovidas pelas Direcções Regionais do Ministério da Agricultura.

Os agricultores pediram ao ministro uma audiência urgente "para que se encontrem soluções para os problemas da agricultura no distrito de Aveiro", tendo-lhe entregue um documento com 16 pontos reivindicativos. Entre as questões recenseadas, destaca-se a "defesa da produção nacional e o fim das importações desnecessárias de carne e leite", assim como o fim da "asfixia financeira do sector cooperativo".

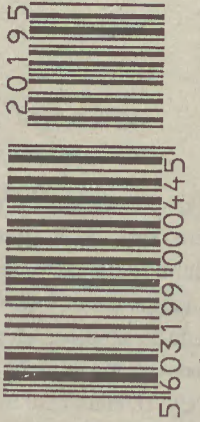
Num documento subscrito pela Associação dos Agricultores do Porto, filiada na CNA, igualmente distribuído no decorrer da visita do titular da pasta da Agricultura, é também recordada a "situação aflitiva dos agricultores" do distrito, podendo ler-se que "nunca como hoje se viveu tamanha crise".

Salientados no documento são os problemas relacionados com o baixo preço do milho e da carne, os elevados preços dos factores de produção, a queda do preço do leite e da batata na produção, a questão do matadouro regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, as discriminações de agricultores no acesso às medidas de apoio pelos prejuízos

sofridos com a seca e as geadas. Considerando que "não é possível continuar a entreter a lavoura com medidas artificiais e eleitoralistas", a Associação dos Agricultores do Porto exige a adopção de medidas urgentes para acudir a todos estes problemas, de entre as quais destaca o desendividamento dos agricultores e das organizações da lavoura, a baixa da taxa de juro para o crédito agrícola, a baixa do preço dos factores de produção, reformas dignas, subsídio gover-

namental à recolha do leite nas zonas mais isoladas e junto dos pequenos e médios produtores, distribuição racional e não concentração das quotas leiteiras, valorização e defesa da região dos vinhos verdes, valorização de todos os produtos nacio-

nais e controlo rigoroso das importações.



Hoje, em Setúbal Protesto dos produtores de tomate

Produtores de tomate do distrito de Setúbal vão concentrar-se hoje, a partir das dez horas, junto das instalações da Zona Agrária, situadas perto da Rodoviária. Promovida pela Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, Comissão de Produtores de Tomate e Cooperativa Agrícola do Poceirão, esta jornada visa protestar contra a decisão da Comissão Europeia (com o consentimento do Governo) de baixar o preço aos produtores de tomate em 1,5 por cento para a campanha deste ano.

Tendo em conta o aumento dos custos de produção - recordam os promotores da concentração -, a baixa de preço do tomate aos produtores acabará em termos práticos por rondar os dez por cento, facto que leva os agricultores a não compreenderem nem aceitarem as razões de mais esta medida contra o sector agrícola.

Reclamada pelos produtores de tomate é uma compensação pelos prejuízos causados, de modo a que não haja quebra de rendimento em relação ao ano passado, bem como a afixação do preço do tomate antes do início da campanha.

Amanhã, em Braga Homenagem a João Dias

Um grupo de democratas do distrito de Braga promove amanhã, dia 21, na Quinta da Cachada, Ronfe, um jantar de homenagem a João Dias, prestigiado democrata que desenvolveu uma conseqüente acção no combate à ditadura fascista, destacando-se depois do 25 de Abril pela trabalho à frente da Junta de Freguesia de Gondar.

Na convocatória subscrita por dezenas de personalidades da região, os promotores da homenagem realçam a coragem e a lucidez de João Dias, homem que "há mais de meio século ocupa o seu lugar na trincheira das batalhas decisivas da nossa história contemporânea", democrata que "nunca foi neutro e não recusou o compromisso".

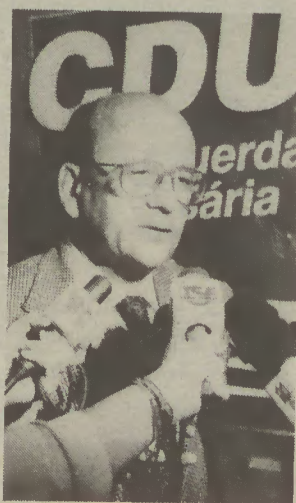
Num tempo em que a pobreza e a exclusão social são hoje "ainda mais intoleráveis e escandalo-

sas do que algum dia o foram" e em que as desigualdades se acentuam, apesar das "virtualidades do império tecnológico", o documento salienta que João Dias, militante comunista, muito perto dos 75 anos, "mantém a confiança num futuro melhor" e continua a lutar, "sem vacilar, ao lado dos mais desfavorecidos".

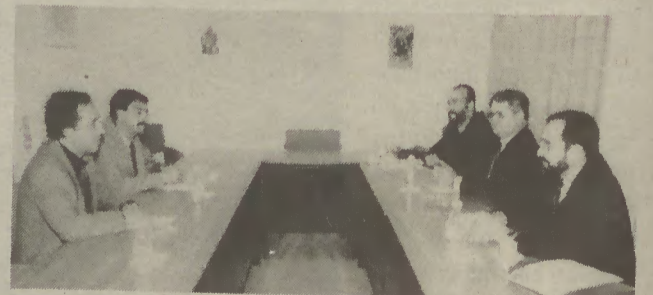
"Há poucos homens assim. São, aliás, cada vez mais raros. Lembrá-lo, é do interesse de todos; homenageá-lo é uma manifestação da mais elementar justiça", concluem os promotores da iniciativa.

Quem quiser participar pode ainda fazê-lo, podendo contactar para os telefones 532236 (sr. António Fernandes), 531184 (Dr. Salgado Almeida) ou para as sedes do PCP em Guimarães ou Braga.

Suicultores na Soeiro Pereira Gomes



O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que estava acompanhado por Agostinho Lopes, da Comissão Política, recebeu terça-feira, na Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da Associação Portuguesa das Associações de Suicultores constituída pelo seu presidente (na foto), Conceição Dias, e pelo eng. Luís Dias, um dos seus directores.



Carvalhas recebe Associação de Sargentos

Uma delegação da Associação Nacional de Sargentos foi recebida terça-feira, a seu pedido, pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que estava acompanhado por António Rodrigues, colaborador do CC. A delegação da Associação era constituída pelo seu presidente, Carlos Lage, pelo vice-presidente, Teixeira da Silva, e por Álvaro Martins, da direcção.

**Um acto de solidariedade:
compra já a tua EP!**

O fruto da venda da EP é, antes do mais, o seguro de vida da Festa do «Avante!». A EP é a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização de tão importante iniciativa política e cultural.

Por isso é tão necessário que todos concretizemos esse gesto de solidariedade para com a Festa que é a compra antecipada da EP. Não basta ir em Setembro à Atalaia e adquirir a EP como se de um simples bilhete de ingresso se tratasse. É preciso comprá-la desde já. Para adquirir desde já uma EP basta procurá-la nos centros de trabalho do PCP em todo o país e nas mãos de dezenas de milhar de activistas.



a festa!
AMORA-SEIXAL
1, 2 e 3 SETEMBRO

Avante!

Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO
20 de Julho de 1995
Não pode ser vendido
separadamente

**Não há festa
como esta**

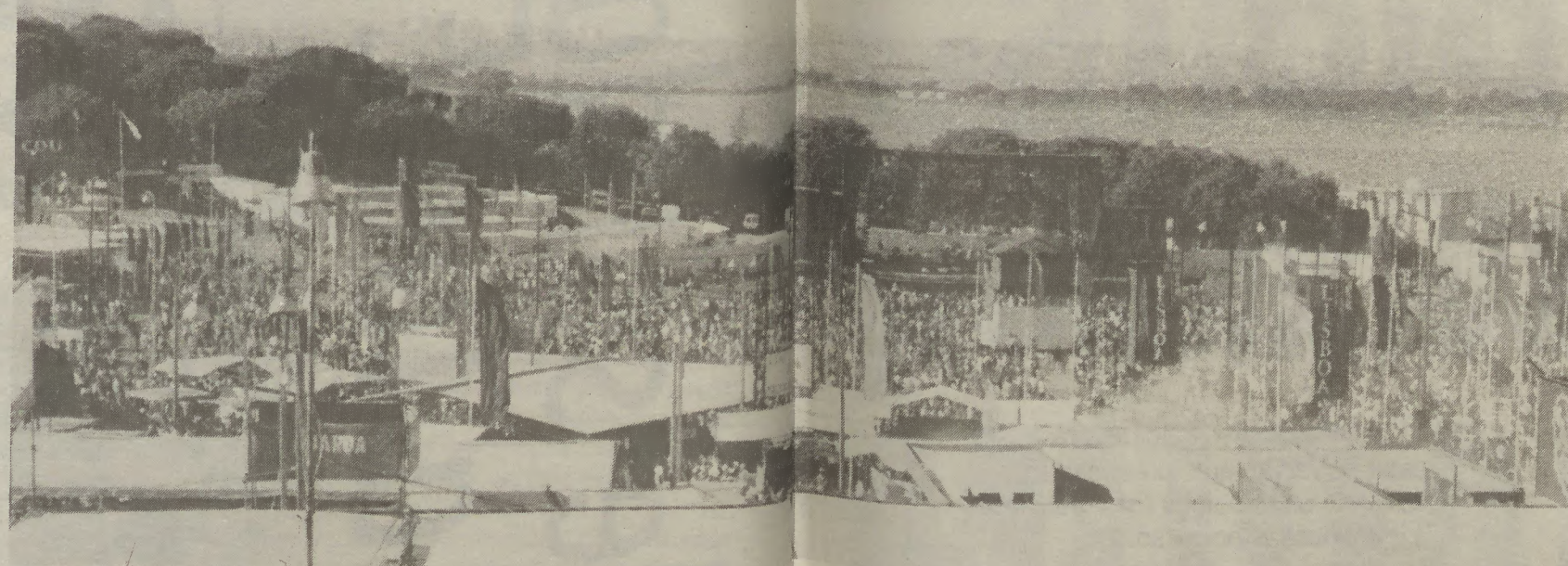


3 REGIÕES

LISBOA

Lisboa, «menina e moça com o Rio Tejo a banhar-lhe os pés e o verde dos campos a fazer de saia rodada», estará este ano na Festa do «Avante!» com uma presença decorativa que pretende ser uma homenagem a quem trabalha, vive e luta num distrito em transformação e que precisa preservar as suas características populares, culturais e profundamente humanistas. A Organização Regional de Lisboa terá na sua zona o Café-Concerto, espaço de convívio, espectáculo e debate, onde se falará no estado da Cultura no nosso país, de José Gomes Ferreira e do 50º aniversário da derrota do nazi-facismo. Para comer há iscas no pão, uns tordos fritos, ou toma-se uma bebida espirituosa.

Mas se pretender provar outros petiscos ou provar algo de mais substancial pode ir à Cervejaria de Lisboa e comer um arroz de marisco ou marisco a peso (gamba ou sapateira). No Restaurante de Vila Franca de Xira encontrará a famosa caldeirada à fragateira ou os pães com chouriço. Mas se lhe apetecer frango no churrasco passe pelos Grelhados de Lisboa ou, em alternativa, como um bife na pedra em Oeiras. O bacalhau à Cascais é, entretanto uma alternativa saborosa para os apreciadores do fiel amigo. No Pavilhão de Sintra encontrará o famoso leitão de Negrais ou na Amadora o «coelho à Porcalhota» e para rebater como um pastel de nata ou feijão (produção própria) na Pastelaria Oeste e de seguida



uns queijinhos e até uns enchidos para acompanhar um copo com os amigos. Não podíamos esquecer o pão caseiro do Bairro das Pites, feito diariamente e transportado para a Atalaia.

Mas não se fica por aqui, porque no espaço da ORV vai também funcionar o «Bar da Beira», em que além de se poder consumir, para acalmar rapidamente o estômago, a bela «sopa de cebola», pode também comer-se a morcela beirã frita (uma delícia), o chouriço caseiro cozido em vinho, ou um autêntico chouriço de javali, ou ainda as simples e saborosas bifanas. Como alternativa, o(a) visitante tem à sua disposição umas óptimas «punhetas de bacalhau» a servir em qualquer momento. A exposição política versará as «14 propostas da CDU para o desenvolvimento do distrito de Viseu». Tudo isto com muita animação e algumas surpresas.

UISEU

A participação da Organização Regional de Viseu na Festa do «Avante!» 95 vai contar com algumas novidades, mantendo uma linha de representação regional genuína. Assim, veremos ressurgir o «Pátio Beirão» (Restaurante Central), apoiado por óptima esplanada sombreada e que vai servir uma ementa tipicamente regional. Senão, vejamos: o visitante da Festa poderá aí saborear a autêntica «sopa de

3 IDEIAS PARA A FESTA

Três regiões do país. Três propostas diferentes para a Festa do «Avante!». Dos problemas locais à especialidade regional, dos vinhos ao artesanato, Lisboa, Évora e Viseu trazem um pedaço de si à Quinta da Atalaia

ÉVORA

A Organização Regional de Évora está na Festa do «Avante!» inserida na área Alentejo conjuntamente com Beja e Portalegre, sendo o espaço a edificar um aglomerado com a brancura que caracteriza o Alentejo e as suas barras características da região, assim como a torre de um relógio das aldeias alentejanas. O Pavilhão Político com cerca de 180 m²

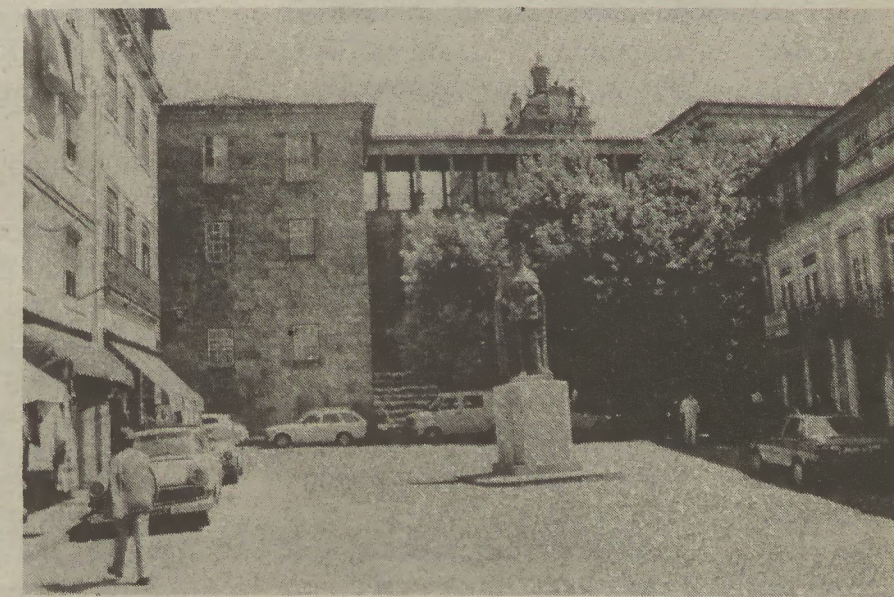
levará à Festa uma perspectiva das potencialidades da região, com uma temática e configuração muito importantes de onde se salientam o Património construído, o Património Cultural, as potencialidades do solo alentejano e a necessidade do Alqueva. Será um pavilhão que será ponto de encontro dos alentejanos no seu espaço mas também uma demonstração que o Alentejo não está condenado, mas tem futuro, tem potencialidades.



Na participação da OREV na Festa do «Avante!» está o Restaurante onde se come o melhor ensopado de borrego que se faz na Festa, regado com o bom vinho do Alentejo. No Bar vamos ter o entrecosto, as melhores bifanas, a carne fria do cozido, as potaniscas com o bacalhau, a orelha de parco de coentrada, tudo isto regado com o vinho de região demarcada. E, então, um queijo de Évora não seria uma delícia? Então poderá prová-lo no

Bar de Évora ou comer ali um docinho conventual... Depois de bem comido e bebido, aconselhamos um cafezinho com uma aguardente de Reguengos ou Borba e, se preferir, pode deliciar-se com o melão da zona de Mourão. E, depois, ao passar pela Adega, pode comprar para levar para a sua garrafeira os bons vinhos da Região de Borba, Redondo, Reguengos, Évora, as boas reservas do Alentejo, também pode levar

cebola à moda de Viseu», e escolher entre dois suculentos pratos típicos, «rojões à moda beirã» ou «grão cozido com bacalhau, como se come em dias de feira». Tudo isto a regar com os magníficos vinhos regionais, podendo optar-se pelo Dão corrente tinto ou branco, pelo fresquíssimo Terras do Dão, ou ainda preferir a incursão (sempre difícil pela dificuldade de escolha) pelos vinhos do Dão (UDACA), especiais e de reserva.



visite a Praça das Lojas onde encontrará artesanato, lembranças várias e artigos de coleção e leve para casa as famosas queijadas de Sintra ou os fofos de Belas. Não saia de Lisboa sem antes visitar a Exposição sobre a realidade social do distrito, os efeitos da política de direita e as propostas do PCP/CDU, e aproveite para dar dois dedos de conversa com os candidatos da CDU no distrito.



Concurso de cartazes Contra o racismo e a xenofobia



Pela oitava vez na Festa do «Avante!» a Juventude Comunista Portuguesa promove o concurso «Tomar a Iniciativa» que, depois de em anos anteriores ter por objecto temas tratados em torno da fotografia, cerâmica, pintura e outras formas de artes plásticas, terá este ano a organização feita em torno de um concurso de cartazes submetidos ao tema «Contra o racismo e a

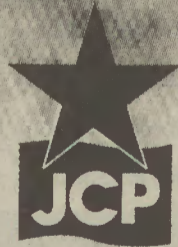
xenofobia» que, conforme se diz num folheto de promoção, «constitua um espaço de criatividade, participação e diálogo entre diferentes sensibilidades artísticas e, simultaneamente, uma manifestação de combate a estes

fenómenos». «É tempo de agir, é tempo de Tomar a Iniciativa» é o lema deste concurso, um apelo à criatividade dos jovens cujas condições de participação aqui se divulgam através da publicação do regulamento da acção.



TOMAR A INICIATIVA

1. "TOMAR A INICIATIVA" terá lugar no Espaço da Juventude, na Festa do Avante, de 1 a 3 de Setembro.
2. "TOMAR A INICIATIVA" assumirá a forma de um Concurso de Cartazes subordinado ao tema "Contra o Racismo e a Xenofobia"
3. Podem participar no "TOMAR A INICIATIVA" todos os jovens interessados com idade até 30 anos, mediante inscrição. Não é permitida a participação aos membros da organização do concurso.
4. Cada participante poderá concorrer com o máximo de 3 trabalhos.
5. É da total opção dos concorrentes, as técnicas e materiais utilizados nos seus trabalhos. **Os únicos requisitos a que devem obedecer são:**
- **dimensão máxima dos trabalhos:** 70 x 50 cm
- **entrega dos trabalhos em arte final**
6. As inscrições e entrega dos trabalhos efectua-se, pessoalmente das 10.00h às 19.00h nos dias úteis, ou por correio:
- em Lisboa na sede Nacional da JCP (R. Sousa Martins, 8, 1050 LISBOA),
no Porto na sede da JCP (R. Barão de S. Cosme, 240, 4100 PORTO),
em Coimbra na sede do PCP (R. da Sofia, 78, 3000 COIMBRA)
é em Setúbal (Av^a 5 de Outubro, nº35, 2º, 2900 SETÚBAL) até dia 25 de Agosto.
7. A ficha de inscrição deverá estar correctamente preenchida, devendo os trabalhos estar assinados e identificados no verso.
8. Um Júri procederá à escolha dos cartazes a expor e a premiar, e das suas decisões não haverá recurso.
9. Serão atribuídos prémios em dinheiro, respectivamente no valor de 60.000\$00 (1.º), 25.000\$00 (2.º) e 15.000\$00 (3.º). O Júri pode ainda atribuir Menções Honrosas. Como complemento do 1º prémio, será editado a nível nacional, o cartaz vencedor.
10. A Organização reserva-se no direito de Editar outros Cartazes.
11. Ao Júri reserva-se o direito de não atribuir os prémios no caso das obras a concurso não corresponderem ao nível exigido.
12. A participação no "TOMAR A INICIATIVA" pressupõe a aceitação deste regulamento.
13. Qualquer omissão deste Regulamento será resolvida pela Organização.



Boletim de inscrição

TOMAR
A INICIATIVA

Nome: _____
Morada: _____
Tel: _____
Idade: _____
Título do trabalho: _____

Espaço da Juventude

Música, debates

e

um número
especial
do «Agit»

O «Agit», a publicação periódica da JCP, vai sair com um número especial para ser distribuído na Festa do «Avante!».

Esta é uma iniciativa a que se junta outra: a da formação de equipas de jovens comunistas que vão contactar os jovens visitantes para dar a conhecer as propostas da Juventude CDU e convidando-os à participação na campanha eleitoral.

Outra notícia aqui se deixa: a de que no Espaço da Juventude, durante a tarde de sábado, dois murais serão pintados ao vivo por jovens pintores convidados para o efeito.

Um dos locais fundamentais do Espaço da Juventude é o ocupado pela **Exposição Política** da JCP, onde se faz a afirmação e se divulgam as propostas da organização e da Juventude CDU. Mas outro local importante será o **Café-Concerto**, onde para além do convívio e dos cocktails vai haver animação, música (teremos de ver a programação afixada no local para conhecer os nomes dos participantes) e discutir-se-á política. «O Serviço Militar Obrigatório na Defesa Nacional» é o primeiro desses debates, agendado para as 14 e 30 de sábado. Às 18 e 30 desse dia realiza-se ali um encontro com os candidatos jovens da CDU. No Domingo, às 14 e 30, «Uma Nova Política para o Ambiente» é o tema de um outro debate.

Bem perto funciona uma Banca com diversos materiais de propaganda da JCP e da CDU.

Refira-se também a existência do imprescindível Bar da Juventude,

onde serão servidos cachorros, tostas mistas e a já famosa sangria...

Já na semana passada falámos aqui de uma iniciativa que se realiza pela oitava vez, o concurso «Tomar a Iniciativa» que, depois de em anos anteriores ter por objecto temas tratados em torno da fotografia, cerâmica, pintura e outras formas de artes plásticas, é agora feita em torno de um concurso de cartazes submetidos ao tema «Contra o racismo e a xenofobia» que, conforme se diz num folheto de promoção, «constitui um espaço de criatividade, participação e diálogo entre diferentes sensibilidades artísticas e,

simultaneamente, uma manifestação de combate a estes fenómenos». «É tempo de agir, é tempo de Tomar à Iniciativa» é o lema deste concurso, um apelo à criatividade dos jovens cujo resultado importa ir ver. Vamos todos lá...

Diga-se que os interessados podem entregar os trabalhos até ao próximo dia 25 de Agosto, contactando para tal as sedes da JCP em Lisboa e Porto e as sedes do PCP em Coimbra e Setúbal, onde o regulamento está disponível. Também o «Avante!» do passado dia 20 de Julho publicou esse regulamento.

Comboio da Juventude CDU

Um comboio de jovens vai descer do norte do país até à Atalaia! Trata-se de uma iniciativa intitulada «Comboio Juventude CDU - "Avante!" 95» que envolve jovens dos distritos do Porto, Aveiro, Coimbra e Santarém. No primeiro dia da Festa, 1 de Setembro, este comboio inicia às

dez e meia da manhã a sua viagem, partindo da Estação de Campanhã no Porto e passando pelas seguintes estações: Gaia, Espinho, Ovar, Aveiro, Coimbra, Alfarelos, Entroncamento, Santarém, Santa Apolónia. A chegada está prevista para as 15 horas e em Lisboa

vai haver autocarros que conduzirão estes jovens para a Atalaia. Na madrugada de domingo para segunda (duas da manhã é a hora marcada), faz-se a viagem de regresso, que chegará ao Porto às seis horas da manhã. Os bilhetes estão à venda nos Centros de Trabalho do PCP e nas sedes da JCP.

